

BCME.DOAÇÃO

T338.1746
O47c
T

N.Cham. T338.1746 O47c T
Autor: Oliveira, Joana D'a
Título: O Complexo agroindustrial de



00939315 Ac. 29797
UFCE - BCME

O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE SUCOS DE FRUTAS TROPICAIS NO ESTADO
DO CEARÁ: Uma Visão de Organização Industrial

CATIVO

BCME-BIBLIOTECA

BCME.DOAÇÃO

O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE SUCOS DE FRUTAS TROPICAIS NO ESTADO
DO CEARÁ: Uma Visão de Organização Industrial

204 P.

JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM
ECONOMIA - CAEN - PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CATIVO

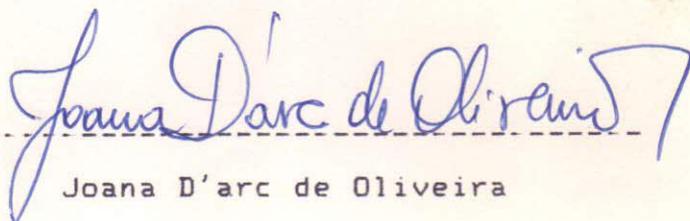
BCME-BIBLIOTECA

FORTALEZA - 1990

BCME.DOAÇÃO

Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de mestre em economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

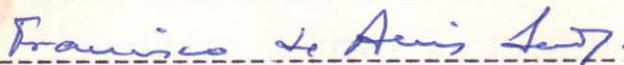
A citação de qualquer trecho desta tese é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas de ética científica.



Joana D'arc de Oliveira

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 04.04.90

BCME - BIBLIOTECA



Prof. Francisco de Assis Soares

Orientador da Tese



Prof. Jair do Amaral Filho



Prof. Roberto Smith

À FONTE DA VIDA

À FONTE DO AMOR

À FONTE DO ESPÍRITO

À FONTE DA VERDADE ABSOLUTA

À FONTE DA INTELIGÊNCIA E DA SABEDORIA

AO PRINCÍPIO DE TODAS AS COISAS

... laborar nos
disciplinas de História da Arte e da Literatura
neste período de transição de uma profissão para outra
se a avaliação de desempenho for satisfatória
concluído.

... intelectual, além de apresentar a totalidade
dessa disciplina. Prof. Francisco de Sales
orientador, acredita que esta grande experiência de vida
e das disciplinas que compõem o curso de graduação em
Arquitetura e Urbanismo.

"... não importa tanto o tema
da tese quanto a experiência de
trabalho que ela comporta."

Umberto Eco

BCME-BIBLIOTECA

trabalho e suas condições, além de garantir a qualidade
qualidade.

Sempre que Prof. ...
importantes, em Prof. ...
fortalecer. ...

AGRADECIMENTOS

O que torna mais fácil a árdua tarefa de elaborar uma dissertação de mestrado é contar com a ajuda de tantas pessoas, numa relação que transcende o "puro profissionalismo" estendendo-se à amizade e ao desejo verdadeiro de ver nosso trabalho concluído.

Inicialmente, gostaria de agradecer a banca examinadora dessa dissertação. Ao Prof. Francisco de Assis Soares, orientador, agradeço pelo seu grande empenho na indicação do tema e nas discussões das questões teóricas e empíricas. Ao Prof. Roberto Smith (examinador) que acreditou e confiou no valor do meu trabalho, com incentivo e críticas sempre construtivas imprescindíveis à realização da tese, o meu carinho especial e a certeza de que não há palavras suficientes para expressar a minha gratidão. Ao Prof. Jair do Amaral Filho (examinador), que representa uma grande aquisição para o Curso de Mestrado em Economia (CAEN), agradeço pela seriedade com que leu o meu trabalho e pelas sugestões valiosas no sentido de melhorar sua qualidade.

Sou grata ao Prof. Ivan Castelar por haver acompanhado o desenvolvimento da tese, contribuindo com sugestões muito importantes; ao Prof. Álvaro Manoel, que mesmo distante de Fortaleza, leu meu projeto de tese e sugeriu proveitosas

modificações para a dissertação. Agradeço aos Profs. Francisco Correia e Pedro Sisnando Leite que colocaram inúmeras informações estatísticas sobre a agroindústria de sucos de frutas à minha disposição. Agradeço, também, a Profa. Cristina Pereira pela ajuda nas questões metodológicas.

O meu muito obrigada ao Prof. José Dantas da Silveira, meu orientador acadêmico, que sempre me ajudou na escolha das disciplinas mais adequadas para os diversos momentos e me encorajou a seguir em frente no curso de mestrado; à Profa. Liana Carleial por sua amizade e incentivo e por muito do meu conhecimento na área de economia política.

Agradeço a todas as empresas processadoras de castanha e de sucos de frutas, por me haverem fornecido, em maior ou menor grau, informações que tornaram possível o bom andamento desse trabalho. Registro, especialmente, meus agradecimentos ao Sr. Guilherme Guimarães (Presidente da Agrolusa S/A e da Associação das Indústrias de Sucos Tropicais do Norte e Nordeste - ASTN), ao Sr. Fernando Rodrigues (Diretor Industrial da empresa Irmãos Fontenele), aos técnicos engajados no processamento de castanha da CLONE, e ao Dr. Osny Monteiro (Presidente da COBICA S/A).

Sou grata ao Sr. Francisco Guimarães, um dos dirigentes da Agrolusa S/A, que me dedicou muito do seu tempo fornecendo informações sobre a empresa; ao Dr. Etélio de Carvalho Prado

(Secretário Executivo da ASTN), que mesmo à distância revelou muito boa vontade em prestar informações valiosas a respeito das empresas produtoras de sucos de frutas associadas.

Ao Dr. Luciano Flávio F. Holanda (em memória) que exercia as funções profissionais de Diretor Comercial da Cajubraz e Professor do Curso de Mestrado em Tecnologia de Alimentos da UFC, devo parte substancial de meu conhecimento sobre o Complexo Agroindustrial do Caju, no que diz respeito às questões tecnológicas da industrialização de castanha e de sucos e às questões agronômicas das plantações do cajueiro, bem como informações sobre a Cajubraz. Ao Senhor, Dr. Luciano, que não foi permitido participar da conclusão e da defesa dessa tese, como havíamos tantas vezes programado, o meu carinho especial.

O meu reconhecimento aos Professores José de Anchieta Esmeraldo Barreto (ex-Reitor da UFC), Raimundo Hélio Leite (atual Reitor da UFC), Flávio Torres (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC), Agamenon de Almeida (Diretor da FEAC-UFC) e Assuêro Ferreira (Coordenador do CAEN) que tornaram possível a minha liberação da Universidade Federal, da qual sou servidora, para fazer os créditos de mestrado e, posteriormente, para elaborar essa dissertação.

Ao Dieese-CE, na pessoa da Dra. Marlene Casella, sou grata, por colocar à minha disposição os serviços de telex e

telefone para comunicação com órgãos detentores de informações sobre a indústria de castanha e de sucos de frutas localizados em outros estados do Brasil.

Agradeço ao Banco do Nordeste do Brasil, especialmente a Edvaldo Tavares de Souza, Vicente de Paula Maia Santos Lima, Francisco Mavignier Cavalcante França e a Ismênia Cardoso (bibliotecária do ETENE), pelo acesso a tantas informações importantes que tive naquela Instituição. Sou grata também a EMBRAPA e ao Centro Nacional de Pesquisa do Caju (CNPc).

Quero registrar o meu reconhecimento a dois casais muito especiais. Rosélia Fernandes e Niltinho e Wagner Resende e Soraya. Rosélia e Wagner foram meus colegas de turma e são pessoas muito queridas, cuja amizade extrapolou os limites da Universidade e estendeu-se aos lares. Por Marlene Casella tenho muito carinho e sou grata por sua amizade e apoio. A Socorro Gondim (Help) e a Luiza Ondina, o meu muito obrigada pela amizade e torcida.

Aos funcionários do CAEN, também meus colegas de trabalho, desejo expressar meus agradecimentos: a Maria Estrela Girão, sempre brilhando na Instituição, pelos serviços prestados a mim enquanto aluna do curso de mestrado e, principalmente, pelo apoio que deu nos momentos mais difíceis; a Leci Diógenes, Remilda Quaresma, Sr. Aluísio (da xerox), Mano e Líria (da

Biblioteca), a Carmem, Júlio César e Sr. Ricardinho pela boa vontade nos serviços prestados. A Edna Gomes Pinheiro (bibliotecária do CAEN) o meu muito obrigada pela normalização dessa tese e, principalmente pela amizade. Não poderia deixar de reconhecer a amizade do Kleber.

INTRODUÇÃO

À moçada do Setor de Computação do CAEN, principalmente Aprígio Lócio, Suely Chacon, Kelma Marques e Oscar Sarquis, agradeço pelo que aprendi a respeito do manuseio do programa redator de textos. Nos momentos em que surgiram variadas dificuldades, quando eu digitava esse trabalho, havia sempre um deles ali para me tirar do "aperto".

Sou grata ao Dr. Roberto Caldas, médico e amigo, que esteve presente com seus cuidados profissionais e, especialmente, com seu incentivo na elaboração dessa tese.

Por último, mas não menos importante, agradeço a minha família (pais e irmãos) que suportou o meu cansaço e mau humor de muitos dias, numa atitude de incentivo e encorajamento. O meu carinho especial por Vangleuma e Girlene, irmãs muito queridas.

Às pessoas que também contribuíram de uma forma ou de outra para a elaboração dessa dissertação e que, por esquecimento meu, nesse momento, não estão citadas aqui, as minhas desculpas e o meu muito obrigada.

BCME - BIBLIOTECA

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	xiv
RESUMO.....	xv
SUMMARY.....	xvii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O SEGMENTO PROCESSADOR DE FRUTAS NO BRASIL.....	7
1.1 A Indústria de Suco de Laranja no Brasil.....	7
1.2 A Indústria de Derivados de Tomate no Brasil.....	17
CAPÍTULO II - O SEGMENTO PROCESSADOR DE FRUTAS TROPICAIS NO NORDESTE	21
2.1 O Segmento Processador de Frutas Tropicais Regional no Período Pré-Sudene.....	25
2.2 O Segmento Processador de Frutas Tropicais Regional no Período Pós-Sudene.....	31
CAPÍTULO III - COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E TEORIA DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL.....	43
3.1 Abordagem dos Complexos Agroindustriais e Teoria da Organização Industrial.....	44
3.2 Complexos Agroindustriais e Estruturas de Mercado.....	60
3.3 Estruturas de Mercado do Complexo Agroindustrial Brasileiro.....	72
3.3.1 Oligopólio Diferenciado.....	72
3.3.2 Oligopólio Competitivo.....	75
3.3.3 Indústria Competitiva (No sentido de não oligopolista)..	78
CAPÍTULO IV - A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NO BRASIL E O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DE ALIMENTOS.....	80
4.1 A Formação dos Complexos Agroindustriais no Brasil.....	80

4.2 O Complexo Agroindustrial de Alimentos.....	91
CAPÍTULO V - DA INDÚSTRIA PROCESSADORA DE CASTANHA A INDÚSTRIA DE SUCOS DE FRUTAS TROPICAIS DO CEARÁ.....	
102	
CAPÍTULO VI - O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO CAJU NO CEARÁ.....	
125	
6.1 A Indústria Cearense Processadora de Castanha de Caju....	127
6.1.1 Características da Integração à Jusante.....	127
6.1.2 Organização da Indústria Processadora de Castanha - Tipo de Complexo Agroindustrial que Conformam.....	152
6.2 A Indústria Processadora de Sucos de Frutas Tropicais do Ceará.....	161
6.2.1 Características da Integração à Jusante.....	161
6.2.1 Organização da Indústria Processadora de Sucos de Frutas Tropicais - Tipo de Complexo Agroindustrial que Conformam.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	199

BCME - BIBLIOTECA

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1 - Nordeste: Capacidade Instalada, Produção Efetiva e Projetos Aprovados pela SUDENE das Empresas que Beneficiam Castanha de Caju..... 109
- TABELA 2 - EXPORTAÇÕES: Preço Médio da Castanha de Caju sem Casca..... 129
- TABELA 3 - Ceará: Principais Características das Empresas Processadoras de Sucos de Frutas Tropicais..... 170

RESUMO

O principal objetivo desta dissertação é analisar a origem, evolução e organização do Complexo Agroindustrial de sucos de frutas do estado do Ceará.

Inicialmente, nos reportamos ao segmento processador de frutas no Brasil, onde a produção de suco de laranja para exportação se configura como sendo a atividade principal, seguida pela produção de derivados de tomate.

No Nordeste, o segmento processador de frutas tropicais apresenta dois momentos bem definidos. O período pré-Sudene onde a produção de doces caseiros ocupa lugar de destaque e o período após a ação da Sudene, no qual a produção de sucos de frutas, respeitando a concentração da matéria-prima por estados da região, passa a predominar.

A nível teórico procuramos relacionar elementos da Teoria da Organização Industrial e abordagens dos Complexos Agroindustriais, porquanto tais abordagens são insuficientes para apreendermos a dinâmica dos Complexos, necessitando, então, de uma teoria que analise o processo de concorrência e crescimento das firmas ativas no interior da Indústria, que por sua vez tendem a impelir um comportamento modernizador ao setor agrícola produtor de matéria-prima.

Por ocasião da análise da indústria de sucos de frutas tropicais, concluímos que a referida indústria se distingue no estado do Ceará e naqueles mais dinâmicos do Nordeste.

No Ceará, o suco de caju ocupa posição estratégica. A indústria de suco de caju se origina num processo de complementariedade da produção de derivados da castanha, no qual a linha de produção para sucos é montada com a finalidade de aproveitar o pedúnculo (caju).

A indústria de sucos do estado do Ceará se insere num Complexo Agroindustrial de relações pouco estreitas, que não têm possibilitado a modernização da base produtiva da agricultura, sendo também, menos competitiva relativamente a dos estados de Pernambuco, Bahia e, nos últimos anos, Sergipe.

BCME-BIBLIOTECA

SUMMARY

BCME - BIBLIOTECA

The main objective of this thesis is to analyze the origins, evolution and organization of the fruit-juice Agroindustrial Complex in the State of Ceará, Brazil.

Initially, we will study the fruit processing industrial segment in Brazil, where orange juice production for exporting represents the principal activity, followed by tomato processing production.

In the Northeastern Region the tropical fruits processing segment presents two well defined moments. The pre-SUDENE period where the home made fruit paste production occupies the most important place, and the post-SUDENE period in which the fruit juice production starts to predominate, respected the concentration of raw material production by State of the region.

At the theoretical level we will try to relate elements of the Industrial Organization Theory and the approaches concerning the analysis of Agroindustrial Complexes, in so far as, such approaches are not sufficient for an understanding of the dynamic movements of the Complexes. Thus, it becomes necessary a theory which analyze the competitive processes and the growth of the acting firms within the industry which, on the

other hand, stimulates a modernizing performance of the raw material producing agricultural sector.

The analysis of the tropical fruit juice industry leads us to the conclusion that such industry became quite important in Ceará, as well as, in the most dynamic states of the Northeastern Region.

In the State of Ceará, cashew juice occupies a strategic position. The cashew juice industry originates as a complementary production of the cashew nuts processing industry, in which the fruit juice production line is created to process the cashew apples.

The fruit juice industry in Ceará is inserted within an Agroindustrial Complex which does not show very close relationships and that do not have stimulated the modernizing process of the agricultural productive basis which, on the other hand, is less competitive with respect to the agricultural productive basis in the States of Pernambuco, Bahia and, in the last years, Sergipe.

INTRODUÇÃO

BCME - BIBLIOTECA

O fenômeno da industrialização marca o início do processo de desenvolvimento de um país ou região, bem como determina a sua urbanização. Por sua vez a urbanização implica na modificação da própria maneira de viver das pessoas. Entre estas mudanças estão aquelas referentes aos hábitos alimentares. De fato, a população urbana tende a consumir cada vez mais alimentos processados em detrimento daqueles predominantemente agrícolas.

No Nordeste, o processo industrial se revitaliza na década de 60, sobretudo através da ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão criado com o objetivo de desenvolver a região, e ao mesmo tempo integrá-la aos demais mercados regionais. No âmbito dessas mudanças está a presença da indústria processadora de sucos de frutas tropicais, que muito se aproveita dos benefícios oriundos da Sudene.

Os sucos de frutas tropicais (suco de caju, maracujá, abacaxi, entre outros) vem conquistando uma posição relevante nos padrões de consumo de produtos alimentares modernos.

Alguns estados da região tem participado de forma mais efetiva na produção de sucos de frutas a partir de certas circunstâncias, como por exemplo a concentração de matéria prima.

O Ceará, grande produtor de caju, reúne as condições de produção, em larga escala, do suco desse fruto, em oposição aos demais estados do Nordeste que concentram sua produção, principalmente na última década, nos sucos de outras frutas tais como maracujá, abacaxi e laranja.

A presente dissertação tem como objetivo geral a análise da organização da indústria de sucos de frutas tropicais no estado do Ceará. O modo como se conforma o processamento de sucos de frutas desse estado, está diretamente ligado a sua origem e evolução. Reconstituir o processo de desenvolvimento da referida indústria se torna uma tarefa imprescindível. Muito pouco se tem escrito sobre essa indústria, o que torna qualquer tentativa de descrição e análise no mínimo uma novidade.

Os trabalhos dedicados a área de produtos alimentares, normalmente elaborados por economistas agrícolas, têm se referido mais as culturas agrícolas de alimentos, notadamente a problemática da oferta de alimentos para atender às populações urbanas.

A industrialização de alimentos que surge para abastecer as populações das economias modernas, porquanto pode resolver parte dos problemas de perecibilidade, de transporte e de armazenamento, propiciando, assim, o aumento na oferta, não tem recebido a devida atenção analítica por parte dos

economistas, em especial daqueles ligados a área de Organização Industrial (OI).

FARINA supõe quatro razões básicas pelo desinteresse dos estudiosos de Organização Industrial, pela produção industrial de alimentos, aí incluído o fabrico de suco de frutas:⁴

i) o grau reduzido de dinamismo do gênero quando comparado a ramos tais como metal-mecânico e eletro-eletrônico;

ii) o gênero já é considerado "tecnologicamente maduro";

iii) o gênero é bastante desconcentrado em relação aos demais setores da Indústria de transformação e, portanto, não estimula os interesses dos pesquisadores ligados a área de O.I., que muito se dedicam a análise dos oligopólios;

iv) e, principalmente, pela necessidade do conhecimento prévio requerido do setor agropecuário e de distribuição, para a compreensão do gênero de Produtos Alimentares.

Analisar a organização de uma indústria requer a presença de uma teoria que dê conta de seu movimento dinâmico, de sua lógica de funcionamento, que relacione a firma (unidade autônoma de capital destinada ao crescimento) ao ambiente em que ela se reproduz, não esquecendo, assim, que seus padrões de crescimento de certa forma estão relacionados aos da indústria a

⁴ FARINA, E.M.M.Q. O Sistema agroindustrial de alimentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 16., 1988, Belo Horizonte: Anais... Belo Horizonte: ANPEC, 1988. v.3 p.298

qual pertence.

Recorre-se, nessa dissertação, aos elementos da Teoria da Organização Industrial, entre eles a classificação de oligopólios proposta por Maria da Conceição Tavares, elaborada a partir das tipologias de Labine e Steindl, por serem sintéticas, mas já em boa medida testadas em estudos de estrutura industrial e estudos de caso setoriais, como bem esclarece Possas (1985),² para identificar a tipologia da indústria de sucos de frutas tropicais.

Como se trata da agroindústria alimentar são necessárias estabelecer algumas suposições que tentem relacionar comportamento da firma ativa, no âmbito da estrutura de mercado e retroguarda agropecuária, ou seja, aspectos da dinâmica dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e estratégias de sobrevivência e crescimento das firmas, no seu meio ambiente.

A fim de cumprir nosso objetivo básico, o primeiro capítulo da dissertação trata do segmento processador de frutas no Brasil, na qual são analisadas, sob um ponto de vista histórico, a indústria de sucos de laranja que tem origem na região Sudeste do país, mas que começa a invadir a região Nordeste. Extensão é feita, embora de forma mais breve, para os

² POSSAS, M. L. Estruturas de mercado em oligopólio. São Paulo: Hucitec, 1985. p. 182 (Economia & Planejamento)

produtos derivados do tomate.

O segundo capítulo registra a análise, também de forma histórica, do segmento processador de frutas tropicais na região Nordeste, cuja concentração da matéria-prima e os incentivos oriundos da Sudene são fundamentais na origem e transformações desse segmento.

No terceiro capítulo estão as proposições de ordem teóricas, onde procura-se relacionar a Teoria da Organização Industrial com as abordagens estáticas conferidas aos Complexos Agroindustriais, sob a proposição de que tais abordagens são insuficientes para explicar o processo de crescimento dos Complexos. Portanto, somente com a inserção de elementos da referida teoria (O.I.) se torna possível a compreensão da forma como se expande os diversos Complexos no Brasil.

No quarto capítulo pode ser encontrado uma análise teórico-histórico sobre o processo de constituição dos Complexos Agroindustriais, no Brasil, a partir dos anos 70, e que recebe intervenção decisiva do Estado.

No capítulo cinco recebe dedicação especial a formação do Complexo Agroindustrial cearense, onde a indústria processadora de castanha de caju, uma vez originada das atividades industriais de oleaginosas (a partir de óleos de

sementes de mamona, oiticica, etc,) pôde, via diversificação das atividades, permitir a emergência da indústria de sucos de frutas tropicais, notadamente a produção de suco de caju, no estado.

No capítulo sexto (e último capítulo) procuramos analisar, sob o ponto de vista da Teoria da Organização Industrial, a indústria de sucos de frutas tropicais no estado do Ceará, e a indústria processadora de castanha de caju que a originou. Nesse capítulo evidenciamos as condições de origem e expansão, bem como as características da organização atual dessas indústrias (ACC - LCC e Sucos de Frutas).

CAPÍTULO I

O SEGMENTO PROCESSADOR DE FRUTAS NO BRASIL

O objetivo desse capítulo é discutir, de forma breve, a origem da Indústria de Suco de Laranja no Brasil, no âmbito do processo de industrialização nacional.

Essa Indústria ocupa posição estratégica dentro do segmento processador de frutas no país, porquanto se desenvolve para atender as necessidades do mercado externo, aproveitando as significativas mudanças nos hábitos alimentares das populações dos países industrializados. Nesse contexto, o Brasil se torna o maior exportador mundial de suco de laranja.

Extensão é feita, ainda, para os produtos oriundos do tomate que, voltados especialmente para atender a população nacional, nos últimos anos tem se colocado nos padrões internacional de produção de gêneros alimentícios.

1.1 A Indústria de Suco de Laranja no Brasil

O aproveitamento industrial da fruticultura brasileira é, de fato, muito antigo. De acordo com o documento elaborado pela SICCT, no ano de 1950, o segmento "conserva e doces de

frutas (exceto legumes)" respondia por 61% do valor da transformação industrial do setor de alimentos.¹

A partir dessa década o gênero de produtos alimentícios passa por um processo de crescimento substancial, acompanhado por um movimento de modernização e diversificação, que possibilita o surgimento de indústrias alimentares com alto grau de elaboração. PINA apud SICCT.² No palco dessas transformações, constata-se uma queda na participação relativa do segmento processador de frutas e legumes no valor da transformação industrial do gênero de produtos alimentares. Contudo, o segmento de produtos elaborados a partir das frutas e legumes vem acompanhando o processo de modernização industrial nacional, fortalecendo a integração agricultura-indústria, ao mesmo tempo em que evita a perda de parte considerável dos produtos (frutas e legumes) perecíveis.

A Indústria de sucos de frutas, incluída no grupo de

¹ SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SICCT). Coordenadoria da Indústria e Comércio. Perfil técnico-econômico da agroindústria no estado de São Paulo - análise da agroindústria de alimentos São Paulo: CIC, 1982. p.438

² Estamos utilizando a classificação de produtos alimentares elaborado por Maura Pina, que os divide em: produtos "in natura" (produtos hortícolas, peixe fresco e ovos); produtos industrializados com menor grau de processamento (cereais, farinhas, açúcar e café, carnes de animais e aves) e finalmente os produtos industrializados com maior grau de processamento (laticínios, carnes, café solúvel, óleos, conservas, sucos de frutas e hortaliças, doces, enlatados em geral). SICCT op. cit. p.23

produtos alimentícios com alto grau de processamento, recebe impulso fundamental na década de 60, especialmente com a produção de suco de laranja, que encontra no Brasil e, em particular, no estado de São Paulo, condições favoráveis para sua expansão.

Nesse sentido, a indústria processadora de citrus, que até 1963 produzia apenas óleos essenciais, passa a merecer atenção especial, na qual a produção de suco de laranja para exportação, recebe um intensivo volume de investimentos.

A instalação da primeira fábrica de suco de laranja no Brasil (SANDERSON - Bebedouro - 1962) se deve a dois importantes elementos:

i) Uma geada de grandes proporções ocorrida na Flórida, em 1962, que determina a escassez da oferta de suco de laranja e a conseqüente elevação dos preços desse produto no mercado internacional;

ii) A citricultura de porte muito significativo, principalmente em São Paulo, incorporando amplo conhecimento tecnológico, mão de obra especializada e características edafoclimáticas favoráveis, proporcionando uma oferta não desprezível de matéria-prima de baixo custo, permitindo, assim, que o produto se torne competitivo no mercado externo.² Tais fatores

² Desde 1928 foram criadas em São Paulo as estações experimentais de Limeira e Sorocaba, com amplo apoio técnico-agronômico por parte do Estado, no sentido de aperfeiçoar a produção agrícola da laranja.

possibilitaram a transferência daqueles empresários norte-americanos ligados a industrialização de citrus para o país.

Um outro elemento explicativo da instalação da indústria de citrus no Brasil foi a existência de infra-estrutura adequada, no que diz respeito a transporte, energia elétrica, portos marítimos, entre outros. Contribuiu também, de forma expressiva, a política governamental de incentivos especiais à exportação, através das facilidades creditícias para importar equipamentos em regime de "draw-back" e incentivos fiscais especiais.⁴

A partir daí segue-se a instalação de novas fábricas. Em 1975, o estado de São Paulo contava com oito grandes empresas produtoras de suco de laranja concentrado, que utilizavam a mais moderna tecnologia de processamento do mundo (via pagamento de royalties) e laboratórios próprios de controle de qualidade, bem como um moderno sistema de representação comercial junto ao mercado europeu. Tais condições de desempenho permitiu, em tempo muito curto, a ampliação da capacidade de processamento, de 196 mil toneladas de sucos em 1975, para 246.208 toneladas no ano

⁴ Uma visão mais detalhada da formação e desenvolvimento da Indústria de Suco de Laranja no Brasil pode ser observada nos seguintes autores:

- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. A participação brasileira no mercado internacional de laranja e de suco de laranja: comportamento recente e perspectiva. Brasília, 1978. p.20 et. seq. e

- SICCT op. cit. p.300 a 315

seguinte (1976).⁵

Nesse contexto o Brasil passa a ocupar a posição de maior exportador mundial de suco de laranja. A produção de laranja em larga escala que compunha fortemente a pauta de exportações do país perde a sua participação relativa para a grande produção de laranja para fins industrial. No período de 1976/77, 69,4% da produção paulista de laranja se destinava a industrialização, enquanto em 1978/79 esse percentual cresce para 79%.⁶

O rápido crescimento da Indústria processadora de suco de laranja levou-a a uma forte crise organizacional, magnificada em termos de desempenho pela surpreendente queda da demanda externa, sustentáculo anterior da expansão.

A recomposição da indústria ocorre mediante um típico processo de centralização de capitais através de fusões, incorporações e associações entre empresas, e um controle mais

⁵ As oito empresas são: Frutesp S/A Agroindustrial (antiga Sanderson), Sucocítrico Cutrale S/A, Citrosuco Paulista S/A, Citrobrasil (Cargill), Frig Avant, Citral, Sucorríco S/A, e Tropsuco Ltda. Essa relação de empresas bem como os dados estatísticos sobre capacidade instalada estão citados no relatório BRASIL.MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, op. cit. p.20 et. seq.

⁶ SICCT op. cit. p.300 - 315

efetivo do Governo Federal sobre os mecanismos de exportações.⁷

Nesse processo de centralização de capitais, a Cargill Agrícola (Bebedouro) compra a Citrobrasil; a Citrosuco Paulista (Matão) adquire a Friag Avant S/A (Limeira). A Sucorrico (Araras), a Atrol (Limeira) e a Tropsuco (Sto. Antônio da Posse) se incorporam para formar uma holding, cujo controle acionário estava dividido entre a Cutralle (50%) e a Citrosuco Paulista (50%).

Registra-se, assim, uma modificação substantiva no controle da capacidade de processamento instalada em São Paulo, no ano de 1977, imediatamente após a recomposição do setor. A Sucocítrico Cutrale S/A e a Citrosuco Paulista S/A, liderando um novo conglomerado, passam a controlar 84,25% da capacidade instalada no estado, em oposição ao ano anterior (1976) em que detinham 54,7% da capacidade de processamento de suco de laranja.⁸

⁷ O documento elaborado pelo Ministério da Agricultura (1978) já citado, ressalta a falsificação e a qualidade duvidosa dos sucos concentrados por parte de algumas empresas, e a indisciplina comercial caracterizada pela prática de dumping por parte da Citrosuco Paulista como aspectos específicos da desorganização administrativa-econômica e financeira da indústria, na segunda metade dos anos 70. O relatório se refere, ainda, aos mecanismos de ação do Governo Federal para combater semelhante "desorganização", visando recuperar os altos preços atribuídos ao produto nos anos anteriores, o que pode ser observado nas p.14 e 27 et. seq.

⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. op. cit. p.22 - 23

Um traço significativo da indústria de suco de laranja é o elevado índice de integração vertical com a produção de citrus. Como exemplo, tem-se as Cooperativas Citrovalle e Frutesp, que plantam toda a laranja que esmagam, a holding Sucorrico contando com vastos pomares vindos de seus associados e a Sucocítrico que também tem seu pomar.

A despeito da forte integração vertical, as empresas ainda não são auto-suficientes na produção de matéria-prima, sendo necessário a compra organizada de laranjas a partir da produção de terceiros. Realmente há uma sólida relação entre a indústria e os produtores, onde a celebração de contratos (principalmente a partir de 1976) garantem a entrega da produção da matéria-prima nos moldes estipulados.

Os preços da matéria-prima (laranja) são discutidos entre produtores e processadores com maior ou menor índice de sucesso, recebendo também o arbítrio da CACEX. Contudo, não se pode afirmar que os industriais do ramo tenham poder suficiente para demarcar o preço da laranja, porquanto esse produto tem grande aceitação internacional, passando a formação de preços do setor pelas condições vigentes no mercado externo. Se o preço de comercialização interna não agrada aos produtores, estes podem direcionar o produto "in natura" diretamente ao mercado internacional (a despeito dos incentivos governamentais às exportações de produtos industrializados serem mais intensos que

aqueles dirigidos ao produto "in natura").

Por essa razão diversos tipos de acordos têm sido celebrados com o objetivo de garantir a oferta de matéria-prima nos níveis adequados à produção industrial de sucos. Como exemplo, tem-se o acordo firmado em 1980 introduzindo a possibilidade de participação dos produtores nas receitas de exportações de sucos concentrados de laranja.

No que se refere a fixação de preços do produto final - suco de laranja concentrado - a indústria nacional não tem grande poder de demarcá-los. De fato, o preço do suco de laranja depende do volume de consumo dos países importadores, inclusive da capacidade de reprocessamento e revenda destes países,⁹ e das safras dos demais países produtores, embora nas últimas décadas, as constantes geadas que se abatem sobre os Estados Unidos (Flórida, principalmente) tenha colocado a indústria brasileira

⁹ O suco de laranja brasileiro é exportado na forma concentrado e congelado, embalado em tambores de 265 kg, revestidos de sacos de polietileno duplo e, mais recentemente, a granel. Ao chegar no país de destino o Suco de Laranja Concentrado e Congelado (SLCC) passa por um processo de adição de água, açúcar, etc e embalagem, a partir de uma "marca" obtida nos próprios países de reprocessamento. De 1962 a 1983 os principais mercados consumidores do SLCC produzido no Brasil são os Estados Unidos da América, Holanda, Alemanha Ocidental, Canadá, Suécia e Reino Unido, cujas participações média nas importações do referido produto do Brasil são: 34,3%; 21,5%; 15,0%; 7,6%; 5,0% e 3,4%; respectivamente. Veja: MORETTI, V.A. et. alii. Demanda de exportação do suco de laranja concentrado congelado do Brasil para países não produtores. Revista de Economia Rural. Brasília, v.25, nº 4, p.411, out./dez., 1987.

em posição de destaque.

A indústria de sucos cítricos, no Brasil, apresenta desde sua origem um elevado índice de concentração, onde poucas unidades produtivas detém parcela substancial da produção e do mercado. Utilizam ainda estratégias bem definidas de concorrência no mercado externo, a partir das representações comerciais que garantem a colocação do suco de laranja nesses mercados, devido as características homogêneas desse produto. Fazem uso da mais moderna tecnologia disponível no mundo, a partir de volumosos investimentos, e podem gerar um certo grau de barreiras à entrada. Eis aí apenas algumas características mais importantes dessa indústria. Sobre a questão de sua organização no país, Farina,¹⁰ trabalhando com informações a nível de empresa (e não de estabelecimentos) classifica a indústria de suco de laranja como Oligopólio Concentrado¹¹, onde é significativo o

¹⁰ FARINA, E.M.M.Q. op. cit. p.312

¹¹ O termo Oligopólio Concentrado se refere a tipologia de estruturas de mercado elaborada por Maria da Conceição Tavares, correspondendo as classificações de Oligopólio Concentrado de Sylos-Labini e Oligopólio Puro de Steindl, tendo como características principais o que segue:

- i) elevada concentração técnica e econômica do mercado;
- ii) produto razoavelmente homogêneo, apresentando poucas possibilidades de diferenciação;
- iii) significativas descontinuidades tecnológicas, permitindo diversos níveis de custos associados a empresas de vários tamanhos;
- iv) grau acentuado de Barreiras à Entrada devido a questões tecnológicas e ao montante de capital inicial necessário à instalação;
- v) existência de empresas líderes, normalmente em pequeno número, na qual a relevante magnitude da planta, permite o controle de parte importante do mercado, tornando menor a

domínio das empresas estrangeiras, as maiores produtoras de sucos concentrados no mundo.

Em São Paulo registra-se, também, a presença de empresas menores, com pequena participação na capacidade instalada, tais como: Frutopic (Matão), Branco Peres (Itápoles), Comercial de Frutos de Matão - Grupo Scutti (Matão), Citrovalle (Olimpia) e Citropectina. Existem ainda, empresas produtoras de suco de laranja concentrado no estado do Rio Grande do Sul, apresentando uma pequena capacidade de processamento, porquanto a produção de sucos desse estado está centrado na Uva; e nos estados de Sergipe e Bahia que vêm encontrando condições favoráveis para se desenvolver nos anos 80.^{1º}

Excluindo a industrialização de suco de laranja, tem-se no segmento "Conservas de Frutas e Vegetais" uma linha muito variada de produtos, nos quais os principais são: derivados de tomate, conservas de legumes, condimentos, doces em massas, frutas em calda, geléias, sucos de frutas e derivados de côco.

Um traço marcante desse segmento é a sua constituição em indústrias nas quais predominam grandes empresas de dimensão

possibilidade de eliminação mútua e garantindo uma certa estabilidade a essa estrutura de mercado. TAVARES, M. C. Introdução geral a estrutura industrial e empresas líderes. Relatório de Pesquisa, C.E.P, FINEP. 1978.

^{1º} A produção de suco de laranja nos estados do Nordeste será melhor examinada no capítulo 2.

nacional, e indústrias onde uma grande quantidade de pequenas e médias empresas, utilizando um baixo nível tecnológico, atuando basicamente em mercados locais e regionais são as que prevalecem. Contudo, o respeito à concentração geográfica da matéria-prima tem sido uma característica básica do segmento em questão.

1.2 A Indústria de Derivados de Tomate no Brasil

Atuando a nível nacional, com crescente importância tem-se a produção de derivados de tomate que, em 1974, já respondia por 57,6% do valor da produção do segmento "Conservas de legumes e hortaliças", na forma de molho ou massa de tomate. BADESP/IEA (1978).¹³

Apesar da produção de derivados de tomate apresentar um certo grau de importância para a região Nordeste, é no Sudeste, onde está concentrada a maior parte da produção. O mercado de derivados de tomate é dominado por apenas quatro empresas, onde a prática da diferenciação de produtos e a diversificação das atividades, na maioria das vezes dirigidas ao mesmo segmento,¹⁴

¹³ SICCT op. cit. p.443

¹⁴ Como exemplo, temos o extrato de tomate, um produto largamente utilizado no consumo familiar, concorrendo com os molhos refogados de tomates, no qual cebola, alho, sal e outros condimentos são acrescentados à massa de tomate para gerar um produto novo. Também se registra a produção de ervilhas enlatadas, frutos tropicais ou de clima temperado em caldas, entre outros produtos, passando a constituir a linha de produção das empresas.

acompanhado por um agressivo esforço de vendas, estão presentes em grande magnitude.

BCME-BIBLIOTECA

Desse modo, a interrelação entre a indústria processadora de tomate e a produção agrícola da matéria-prima vem se estreitando significativamente nos últimos anos. A título de ilustração temos o caso da CICA (grande empresa paulista), que mantém estações experimentais em São Paulo, Minas Gerais (regiões do cerrado), Rio Grande do Sul e Vale do São Francisco, a fim de buscar variedades peculiares a cada região, mas que apresente Brix,¹⁵ cor, acidez e rendimento industrial, adequados a melhor qualidade da produção agroindustrial. Além disso, a resistência a pragas e doenças e o aumento da produtividade agrícola são por demais importantes.

A partir das pesquisas desenvolvidas nas estações experimentais, aprimorando a tecnologia da semente, a CICA passa a distribuir as mudas, e orientar e acompanhar diretamente a evolução dos pomares. Ao mesmo tempo celebram contratos, para períodos de cinco a dez anos, nos quais ficam assegurados a compra da matéria-prima eliminando a preocupação do agricultor no que diz respeito a realização do produto.¹⁶

¹⁵ O termo Brix se refere a quantidade de sólidos solúveis contido no produto.

¹⁶ Informações fornecidas por RAVEN e MARTINEZ, ambos técnicos da Cia. Ind. Conservas Alimentícias - CICA - Jundiaí-SP. IX Congresso Brasileiro de Fruticultura - 1988.

O item "processados de tomate" tem na maioria das vezes capital nacional, e é responsável por grande absorção de mão de obra. A Cica sozinha, em todas as suas unidades ocupava aproximadamente 5 mil pessoas, no ano de 1985. Ainda assim toda a indústria opera com alto índice de capacidade ociosa, a exemplo do que ocorre com a indústria de suco de laranja, devido ao caráter sazonal da matéria-prima, onde as fábricas devem ser dimensionadas pelo pique das safras. Por essa razão o capital de giro requerido é bastante alto, principalmente para manter o estoque nas entressafras.

A pesquisa realizada pelo SICCT¹⁷ infere que a hegemonia do tomate processado deve-se à variação do preço do tomate "in natura" no mercado nacional, havendo períodos em que é mais vantajoso comprá-lo na forma transformada. Além disso, os sucessivos controles de preços dirigidos ao extrato de tomate pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), vem determinando que as empresas se voltem para produtos cujos preços não sejam objeto de controle, apresentando-se como uma das causas da diversificação das atividades.

Apesar dos fatos enumerados pela referida pesquisa serem dignos de crédito, tem-se que o desenvolvimento da tecnologia de processamento e fundamentalmente os resultados obtidos nas pesquisas com produção de sementes, além da

¹⁷ SICCT op. cit. p.443

capacidade de armazenamento da matéria-prima, são decisivos no processo de consolidação da indústria processadora de tomate, bem como das demais indústrias que utilizam a matéria-prima vindo diretamente do setor agrícola (sem sofrer transformações anteriores).

Percebe-se que, se em algumas indústrias ocorre uma perfeita integração com o setor agrícola, isso não é verdade no caso geral, embora nos últimos anos as tentativas de integração via contratos de produção e entrega da matéria-prima sejam crescentes. O segmento "Conservas de Frutas e Legumes" apresenta características distintas de acordo com a linha de produtos e os locais de produção, quando muitas indústrias enfrentam grandes problemas relacionado a quantidade, qualidade e preços da matéria-prima, que podem inviabilizar a produção. Em outros casos, essa questão relacionada à matéria-prima não aparece para a indústria como um todo, devido grandes empresas que as compõem já contarem com um grau de integração vertical considerável.

CAPÍTULO II

O SEGMENTO PROCESSADOR DE FRUTAS TROPICAIS NO NORDESTE

Esse capítulo tem como objetivo recuperar elementos importantes na formação do segmento processador de frutas tropicais no Nordeste, em particular na produção de sucos de frutas regional.

Nesse contexto, serão avaliados os incentivos oriundos da Sudene, especialmente aqueles destinados às empresas que utilizem matéria-prima local que, aliados a produção de várias frutas concentrada em diferentes áreas geográficas da região, vem modificar radicalmente e, algumas vezes, originar as diversas indústrias processadoras de frutos regional tais como: doces e sucos de frutas, derivados de tomate e de côco, a partir da década de 70.

A partir dos anos 60, a indústria de transformação regional desenvolve-se de forma mais satisfatória, revelando que o setor produtivo do Nordeste se insere mais intensamente na dinâmica capitalista, isto é, a sua economia se integra nos mesmos moldes de acumulação nacional. Tal fato decorre da ação da Sudene, órgão criado em 1959 com o intuito de desenvolver a

região.¹

No âmbito das transformações econômicas por que passa o Nordeste, a partir da criação da Sudene, pode-se observar as modificações ocorridas na sua estrutura industrial ao longo do tempo, a medida em que a contribuição dos gêneros dinâmicos na formação do produto industrial da região vai se elevando em detrimento daqueles mais tradicionais. Tal fato é esperado em qualquer economia que inicia um processo de modernização industrial.²

Não obstante o desempenho crescente dos gêneros dinâmicos da indústria de transformação regional, o gênero industrial de produtos alimentares merece destaque na economia

¹ Existe um amplo debate a respeito da eficácia da Sudene enquanto órgão de planejamento e desenvolvimento regional, onde a maior parte dos autores (Tânia Barcelar, Wilson Cano, Sílvio Maranhão e outros) reconhecem que o referido órgão não foi capaz de cumprir plenamente os objetivos para o qual foi criado. Mesmo assim, há um reconhecimento por parte desses pesquisadores de que o Nordeste deve parte significativa de sua industrialização à ação da Sudene. Não pretendemos discutir tal questão, entretanto, aceitamos que a colaboração da Sudene foi realmente decisiva para o desenvolvimento do segmento processador de frutos tropicais regional, objeto de nosso trabalho.

² Ainda nos anos 60, já começa a se registrar a perda de posição relativa dos gêneros tradicionais nordestinos em detrimento dos gêneros dinâmicos na composição do valor da transformação industrial do Nordeste. Desse modo, em 1959, os gêneros tradicionais responderam por 70% do Valor da Transformação Industrial do Nordeste, enquanto que em 1972 a participação é reduzida para 57,6%. Ver: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Oportunidades de investimentos no Nordeste: indústria de produtos alimentares. Fortaleza: 1976. p.14. Em 1980 essa participação cai para 40%, segundo informações da FIBGE.

nordestina, porquanto no ano de 1980 o referido gênero ocupa o segundo lugar no valor da transformação industrial do Nordeste (16,85%) e lidera o grupo de gêneros tradicionais representando 41,63% do valor da transformação industrial desse grupo.

Quanto à questão do emprego, o gênero de Produtos Alimentares responde por 25,98% da mão de obra empregada na indústria de transformação, no ano de 1980, constituindo-se assim, no gênero de maior importância para a absorção de mão de obra regional.

Cabe observar que, a exemplo do Brasil, o gênero alimentício nordestino vem sofrendo grandes mudanças ao longo do tempo. A modernização industrial acompanhada pelo processo de urbanização que passa a ser verificado na região, bem como a integração dos mercados regionais, sobretudo após a ação da Sudene,²⁹ viabiliza o aumento contínuo da participação dos alimentos com alto grau de processamento, produzidos a partir da

²⁹ A Sudene foi criada para executar as propostas de desenvolvimento regional contidas no GTDN (Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste). O referido documento, elaborado em meados dos anos 50, se propôs a apresentar um diagnóstico da real e problemática situação econômica e social da região, bem como indicar alternativas concretas para que essa realidade se modificasse. O incremento à industrialização se constituía no elemento central da proposição do GTDN, complementado por propostas de transformação do setor agropecuário Nordestino, para as regiões úmidas e semi-áridas. Veja GTDN: Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. In: VERSIANE, F.R. & MENDONÇA DE BARROS, J.R. (Edit.) Formação econômica do Brasil: A experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977. (Série ANPEC. Leituras de Economia)

agroindústria moderna.

No palco dessas transformações tem-se que os alimentos processados pelas agroindústrias que utilizam como matéria-prima os frutos tropicais vêm encontrando merecido destaque pelo seu ritmo vertiginoso de crescimento, especialmente nos anos 70.

Como o Nordeste é um grande produtor de frutos tropicais, as empresas processadoras dessa matéria-prima encontram condições favoráveis de implantação e funcionamento. Esse fato, aliado aos incentivos destinados à região beneficiando ao segmento processador de frutas, propicia as condições de seu desenvolvimento.⁴

Nesse contexto, e considerando a região como um todo, tem-se que as indústrias ligadas à produção de doces e compotas, sucos e outros processados de frutas (abacaxi, caju, maracujá, côco e tomate são os principais) têm dois momentos bem definidos: Antes e após a ação da Sudene.

⁴ No item "Intensificação dos Investimentos Industriais" (principal item proposto pelo GTDN) estava contido uma proposta de concessão de incentivos às empresas que utilizassem fortemente a matéria-prima regional, ao lado da proposta de fomento da Indústria de Base. O segmento processador de frutos tropicais que, portanto, utiliza caju, maracujá, abacaxi, castanha de caju, entre outras frutas, embora não seja citado expressamente no documento, pôde se beneficiar enormemente dessas proposições, porquanto além de apoiado numa base de matéria-prima local, ainda pôde penetrar de forma competitiva nos mercados em expansão do Sul do país (outro objetivo do GTDN). Veja GTDN. op. cit. p.331 et. seq.

2.1 O Segmento Processador de Frutas Tropicais Regional no Período Pré-Sudene

De um modo geral, até fins da década de 60 a produção industrial de doces e sucos de frutas tropicais regional estava organizada em base artesanal, se constituindo de um grande número de pequenas empresas de ordem familiar.⁵

Uma pesquisa realizada pela Sudene, no ano de 1969, junto às empresas do segmento, constatou a existência de 83 fábricas em funcionamento em toda a região.⁶ Do total de

⁵ Exceção é feita para o caso da "PEIXE" (Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S/A) que foi criada no ano de 1898, e contando com o apoio do capital comercial pesqueirense, pôde se transformar em uma das maiores empresas doceiras nacional logo na primeira metade do século XX. Entretanto, o fabrico de sucos de frutas, também na Peixe, só se torna significativa após a ação da Sudene.

É interessante observar, ainda, que a Sudene foi criada em 1959, mas a aprovação do primeiro projeto destinado ao segmento processador de doces e sucos de frutas regional ocorreu no ano de 1964, beneficiando a Industrializadora Nordestina de Frutas Ltda - INOFRA, localizada em Pernambuco. Tal empresa produzia sucos e doces de várias frutas tais como, abacaxi, maracujá, caju, goiaba, manga, jaca e tamarindo. Dois projetos foram aprovados no ano de 1966, e um total de 12 projetos foram aprovados no período de 1967/69, que, logicamente, só apresentariam resultados na década de 70.

⁶ As 83 fábricas em funcionamento somavam-se mais 19 que estavam com suas atividades paralisadas, perfazendo um total de 102 empresas em toda a região. Não foi aplicado nenhum tipo de questionário aos estabelecimentos paralisados, o que levou a não se conhecer o verdadeiro motivo do encerramento de suas atividades. Veja: CORREIA, R.N. Doces e sucos de frutas regionais - subsídios para a programação industrial. Recife: SUDENE, 1972. Essa pesquisa realizada pela Sudene tinha como objetivo conhecer aspectos da estrutura e mercado do referido segmento a fim de servir de base para a aprovação de projetos industriais na área.

empresas em funcionamento, 7 estavam localizadas no estado do Ceará, 9 no Rio Grande do Norte, 17 na Paraíba, 37 em Pernambuco, 5 em Alagoas, 4 em Sergipe e outras 4 na Bahia.

Das empresas visitadas 70 produziam apenas doces e compotas e/ou pastas de frutas, 6 produziam apenas sucos de frutas e 6 produziam sucos e doces de frutas. No Ceará, a Caju do Brasil S/A Agroindustrial - Cajubraz e Empresa Industrialização do Caju (Doce Tabajara) produziam na época doces e sucos, sendo que a primeira produzia os sucos de caju e maracujá, e a segunda apenas suco de caju. As demais empresas do estado, num total de 5, tinham apenas doces de frutas nas suas linhas de produção.

BCME-BIBLIOTECA

A partir dos dados acima pode-se observar que a indústria caseira de doces (sobretudo doces em pasta) ocupava posição mais importante, no que diz respeito ao número de estabelecimentos e volume de produção, que a indústria de sucos de frutas, devido certas condições objetivas requeridas para a produção de doce, tais como: utilização mínima de equipamentos, matéria-prima (frutos) em estado de conservação variado⁷ e mão de obra com qualificação apenas baseado na experiência adquirida na produção.

⁷ Os frutos utilizados para o fabrico de doces em pasta não exigem um perfeito estado de conservação. Já os doces em calda e as geléias eram menos produzidos, porquanto exigem o mais perfeito estado de conservação além do grau de amadurecimento correto da matéria-prima.

A concentração geográfica da matéria-prima, imprescindível para viabilizar a produção de doces e sucos, coloca o estado de Pernambuco em uma situação de destaque, pois sendo seus sertões o "habitat" natural da goiaba, esse estado pôde desenvolver pioneiramente a técnica da produção de polpa de goiaba, passando a exportá-la para toda a região. Pernambuco também produzia os doces em massa e em calda de goiaba, banana, caju, abacaxi e jaca, em grande quantidade, o que lhe garantia a posição de maior produtor regional de doces na década de 60.

Nos quatro anos considerados pela pesquisa da Sudene (1966/69) tem-se que a região Nordeste produziu um total de 71.945,6 toneladas de doces de frutas. Somente o estado de Pernambuco produziu 47.221,5 toneladas de doces, com participação na produção regional variando entre 71,7% em 1966 a 62,5% em 1969.⁶

O estado do Ceará, segundo produtor regional de doces, se destacava na produção de doces de caju, cujo fruto encontra condições favoráveis de se desenvolver na região litorânea desse estado. Também produzia doces em massa e em calda de banana, jaca e manga a partir da matéria-prima local, e produzia doces de goiaba com a pasta vinda de Pernambuco. No período 1966/69 o Ceará produziu um total de 9.987,7 toneladas de doces de frutas, com uma participação média de 14,5% na produção da região.⁷

⁶ CORREIA, R.N. op. cit. p.42 e 51

⁷ Ibid. p.42 e 49

Como se pode observar cerca de 80% da produção regional de doces, na segunda metade da década de 60, concentrava-se nos estados de Pernambuco e Ceará.

A incipiente indústria de sucos de frutas, da mesma forma organizada, tinha no suco de maracujá a preferência dos consumidores, seguido pelo suco de caju. A produção de sucos de abacaxi, tamarindo, umbu, manga e mangaba era insignificante.¹⁰ Também Pernambuco concentrava a produção regional de sucos de frutas naquele período.

BCME - BIBLIOTECA

No período 1966/67 Pernambuco produziu 9.372.178 garrafas de 500 cc de sucos de frutas, mantendo uma participação média anual de 80%, no total da produção da região. O Ceará produziu 239.500 garrafas de 500 cc, respondendo por cerca de 2% da produção.

No ano de 1968 a participação do Ceará na produção regional de sucos aumenta substancialmente, haja vista que em 1967, esse estado respondeu por apenas 1,75% da produção de sucos do Nordeste, produzindo somente o suco de caju. Em 1968 essa participação chega a 19,04%, onde é notável o crescimento da produção de suco de caju (de quase 1000%), tendo início também a produção de suco de maracujá.¹¹

¹⁰ O estado da Paraíba já se destacava como grande produtor de abacaxi que, entretanto, era destinado ao mercado externo na sua forma "in natura".

¹¹ CORREIA, R.N. op. cit. pg.53

Esse fato deve-se ao aumento na capacidade instalada da Cajubraz, beneficiada pela Sudene, na utilização dos recursos discriminados no artigo 34-18, no ano anterior (1967). Em 1968, mais três empresas cearenses,^{1º} produtoras de sucos e doces recebem os incentivos da Sudene, o que proporcionou o aumento da participação do estado, na produção total de sucos, para 22,75% logo em 1969.

O segmento processador de doces e sucos de frutas regional, no período considerado, estava organizado com as seguintes características:

i) má orientação técnico-administrativa devido ao próprio caráter artesanal do segmento (especialmente na Indústria de doces);

ii) a exigência de um grande volume de capital de giro, dado que as empresas devem comprar toda a matéria-prima e reunir a mão de obra necessária à produção nos curtos períodos das safras, que muitas vezes coincidem. Esse fato exige rapidez no processo de vendas do produto final, devendo ser realizado estritamente à vista e imediatamente a produção, viabilizado apenas pela escassez da oferta face a demanda.^{1º}

^{1º} As empresas eram Cia. Ind. de Tianguá - Citia, Caucaia Industrial S/A - Caisa e Camará Agroindustrial.

^{1º} A pesquisa realizada pela Sudene demonstra que, no ano de 1969, 17 empresas do segmento produtor de doces e sucos de frutas regionais vendiam pelo menos 50% de sua produção rigorosamente à vista. Um total de 9 empresas apresentavam condições para vender mais de 50% de sua produção por um prazo de 60 dias, e apenas 2 reuniam requisitos que possibilitava vender

As questões relacionadas ao abastecimento da matéria-prima impunham outro problema que as empresas do segmento deveriam resolver. A falta de integração vertical desse segmento¹⁴ levava (e ainda leva) a necessidade de comprar parte substancial da matéria-prima de terceiros. Nesse caso, a empresa credenciava um cidadão para comprar matéria-prima em seu nome, a título de uma comissão recebida por caixa adquirida, ou utilizava o intermediário que reunia uma certa quantidade dos diversos frutos dos produtores para revender às empresas, provocando o aumento significativo de preços nas fases de escassez da matéria-prima.

Compondo o estoque de capital fixo do segmento de sucos e doces de frutas, tinha-se que as máquinas e equipamentos eram, na sua maioria, de procedência regional, fornecidas por algumas indústrias semi-artesanais instaladas em Pernambuco. No Ceará, em particular, as empresas mais organizadas do segmento, adquiriam seus bens de capital¹⁵ no estado de São Paulo. O estado de

mais de 50% de sua produção num prazo de até 90 dias. CORREIA, R.N. op. cit. p.21 e 22

¹⁴ Em 1969 apenas 4 empresas tinham integração vertical, sendo elas: Cajubraz-CE com a produção organizada de caju em expansão. Maguary (PE) contando com uma certa produção de abacaxi. Caibe (PE) com uma pequena produção de maracujá, e a Cooperativa de Pindorama (AL) que garantia o maracujá para produzir o ano inteiro, a partir da produção de seus associados.

¹⁵ Entre as máquinas e equipamentos utilizados pela indústria de sucos e de doces de frutas, no estado do Ceará, na década de 60, temos: tachos concentradores, engarrafadoras, caldeira, raspador, despulpadeira, cravadeiras e ventiladores para resfriar doces.

Pernambuco obtinha alguns equipamentos melhores, sobretudo aqueles vindo da Europa. Mas, em geral, essas máquinas e equipamentos, independente da procedência, eram adquiridos de segunda mão (especialmente no caso dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte) e já chegavam ao fim dos anos 60 com a idade útil ultrapassada.

No que se refere ao mercado consumidor, a produção de doces tinha uma demanda regional garantida, onde o próprio Nordeste absorveu 78,57% do total de doces produzidos, no período 1966/69. Já a indústria de sucos de frutas encontrava nos amplos mercados do Centro Sul as condições favoráveis de colocação de seu produto. O percentual de sucos de frutas regional consumidos pela região Sudeste variou de 76,07% em 1966 a 74,54% em 1969.¹⁴ A produção tanto de doces como de sucos dirigida ao mercado externo era insignificante.

2.2 O Segmento Processador de Frutas Tropicais Regional no Período Pós-Sudene

A partir da segunda metade dos anos 60 e, principalmente primeira metade da década de 70, a Sudene passa a privilegiar sistematicamente o segmento processador de frutos tropicais, contribuindo de forma decisiva para modificar o caráter artesanal do referido segmento, especialmente a

¹⁴ CORREIA, R.N. op. cit. p.56

Indústria de sucos de frutas que tem sua organização radicalmente transformada.

De fato, a indústria de doces de frutas regional organizar-se-á com pequeno número de grandes empresas, na maior parte, com integração vertical e diversificação das atividades (podendo operar na área de sucos e derivados de tomate e outros) orlado por um grande número de pequenas empresas de ordem familiar utilizando largamente o processo artesanal, conseguindo inclusive colocar o "doce caseiro" nos grandes supermercados, ao lado dos doces com marcas bem caracterizadas. A indústria de sucos de frutas perde o caráter artesanal da produção, chegando aos anos 80 com uma organização oligopolizada.

A ação da Sudene vai se registrar através da utilização do Sistema 34-18/FINOR e do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN), criado em 1974 com o objetivo geral de desenvolver o Complexo Agroindustrial do Nordeste.

i) SISTEMA 34-18/FINOR

Até outubro de 1989 a Sudene aprovou 52 projetos para implantar novas fábricas e modernizar e ampliar plantas já existentes, utilizando os recursos do Sistema 34-18/FINOR,¹⁷

¹⁷ As informações sobre os projetos foram adquiridas através dos pareceres da Sudene. O total de projetos aprovados aumenta para 67 se for considerado o segmento processador de castanha de

beneficiando a um total de 41 empresas¹⁸ pertencentes ao segmento de doces e sucos de frutas e processados de tomate, na região. Pernambuco (18), Ceará (16), Bahia (6), Sergipe (5), Alagoas (3), Rio Grande do Norte (2) e Paraíba (2) foram os estados do Nordeste beneficiados pela Sudene.

A maioria desses projetos (29) em números absolutos foi aprovada entre 1965 e 1975, onde 17 destinavam-se a empresas em que os sucos de frutas faziam (ou fazem) parte de sua linha de produção. Por essa razão é que a produção de sucos de frutas no Nordeste mais que duplicou no período de 1974/75, passando de 5,7 mil toneladas para 14,7 mil toneladas, concentrando-se substancialmente nos estados do Ceará e Pernambuco, sendo que o primeiro ocupa a principal posição. Em 1975, estes dois estados produziram 85% do volume total de sucos produzidos no Nordeste, seguidos por Bahia e Paraíba.¹⁹

Na segunda metade da década de 70 e primeira dos anos 80 o número de projetos aprovados pela Sudene apresenta-se em declínio, entretanto, o segmento de processados de frutos tropicais continua encontrando condições favoráveis para crescer. Entretanto, o Complexo Agroindustrial do Caju será objeto de estudo dos 5º e 6º capítulos dessa dissertação.

¹⁸ Muitas dessas empresas já encerraram suas atividades ao longo do tempo.

¹⁹ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE. The northeast sweets, fruit juices and tomato processed - foods industries. Fortaleza: BNB, 1977. p.7

há vista que esse é o período de ação do PDAN, também sobre a responsabilidade da Sudene e BNB, que dirige parte significativa dos projetos para o segmento em questão.

A partir de 1985 há uma reativação do apoio da Sudene ao processamento de frutos, contribuindo sobretudo para a diversificação do segmento onde os sucos de laranja, até então produzidos na região Sudeste do país, vai encontrar condições favoráveis de se desenvolver, particularmente no estado de Sergipe.

ii) PDAN - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DO NORDESTE

O PDAN foi criado em 25.05.74, com o objetivo de proporcionar as condições favoráveis ao desenvolvimento do Complexo Agroindustrial regional promovendo a modernização da agricultura tradicional do Nordeste e, portanto, a maior integração intersetorial. Ao mesmo tempo, e como metas específicas aumentaria o número de empregos, e provocaria uma melhor distribuição de renda, porquanto promoveria a entrada de novos empresários na área, e incrementaria as exportações.²⁰

A criação do PDAN ocorreu a partir de um estudo prévio

²⁰ DUARTE, R.R.S. et. alii. Avaliação do programa da agroindústria do Nordeste. Fortaleza: UFC/CAEN, 1982. p.7 (Série Relatório de Pesquisa nº 21)

sobre as oportunidades de implantar novas agroindústrias e modernizar aquelas já existentes conferindo-lhes o aumento da produtividade e a competitividade necessária nos mercados nacional e externo, ao tempo em que a estrutura agrícola deveria ser modificada para assegurar a nova "performance" produtiva.

Na exposição de motivos nº 5 de 20/05/74 que criou o PDAN, estavam relacionadas 35 projetos agroindustriais, nos quais 22 apresentariam potencialidades imediatas (num período de três anos) de implantação, dado a disponibilidade de matéria-prima, a existência de mercados para absorver o produto final e o desenvolvimento da tecnologia adequada.

Entre os 22 projetos com alto grau de viabilidade sugeridos pelo PDAN, 3 destinavam-se à produção de compotas e sucos de abacaxi, sucos de caju e maracujá, com capacidade estimada para processar aproximadamente 43,2 mil ton/ano de abacaxi, 7,2 mil ton/ano de maracujá e 1,7 mil ton/ano de caju, sendo que 60% dos frutos exigidos no processo produtivo seriam produzidos pela própria empresa,^{#1} e cerca de 45% da produção prevista destinava-se à exportação.

Entre 1975 e 1985, período de ação do PDAN, um volume de Cz\$ 8.866.167,6 mil (preços de novembro de 1985) foi destinado

^{#1} A integração vertical era um dos objetivos específicos do PDAN.

a 98 empresas da região, das quais 85 são consideradas agroindústrias em sentido restrito.²² Os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, nessa ordem de importância, somaram 61 empresas contempladas pelo programa, absorvendo Cz\$ 5.747.159,4 mil (preços de novembro de 1985).

Do total de projetos aprovados 4 (4,1%) se destinaram a fabricação de doces em massa ou pasta e 24 (24,5%) a produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, inclusive concentrados. Considerando o segmento processador de frutas tropicais como um todo, tem-se a utilização de Cz\$ 2.732.030,4 mil (preços de novembro de 1985), representando 30,8% do total de recursos disponíveis.²³

De modo geral discute-se a eficácia do PDAN na obtenção de seus objetivos. A própria Sudene e o BNB têm realizado pesquisas de avaliação de desempenho do PDAN na região. Uma avaliação mais crítica pode ser encontrada no trabalho de DUARTE,

²² Agroindústria em sentido restrito é a unidade produtiva que transforma pioneiramente o produto agropecuário para utilização intermediária ou final, ao mesmo tempo em que adquire diretamente do produtor rural um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados. LAUSCHNER, R. Agroindústria cooperativa como agente de modernização da empresa rural. In: SEMINÁRIO DE MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA RURAL, 1., Rio de Janeiro: SUPLAN-FGV-EIAP. p.14

²³ Os dados estatísticos foram extraídos de SILVEIRA, J.D. da. Análise macroestatística da agroindústria do Nordeste. Fortaleza: PROINE/BNB/UFC/CAEN, 1988. p.53 et. seq. O número de projetos aprovados é igual ao número de empresas contempladas, porquanto a concessão de crédito a empresas já beneficiadas são computadas como elevações ou complementações de crédito.

R.R.S. et. alii., já citado.

Para o autor, desenvolver o Complexo Agroindustrial, integrando agricultura e indústria no Nordeste, significa sobretudo resolver os inúmeros problemas da agricultura regional que passa pela baixa produtividade, produção dispersa e em grande variedade de tipos que inviabilizam a produção industrial, produtores agrícolas com pouca capacidade para modernização (no que diz respeito a falta de recursos e a própria ausência de mentalidade modernizante) até a questão social mais ampla da escassez de terras para a agricultura.²⁴

Duarte discute inclusive a pequena dimensão do programa face a falta de dinamismo existente na Agroindústria Regional, além de que os objetivos do PDAN e da Sudene só diferem na área de abrangência, sendo o primeiro específico às atividades agroindustriais, portanto os problemas existentes na região não resolvidos pela Sudene tenderiam a não ser pelo PDAN. Realmente, o PDAN repete os resultados da Sudene no que se refere a concentração da produção e da renda (dado pela própria forma de captação dos recursos no sistema financeiro capitalista) e ao reforço a concentração fundiária (pelos incentivos a produção rural integrada) provavelmente transformando uma massa de agricultores em assalariados ou migrantes.²⁵

²⁴ DUARTE, R.R.S. et. alii. op. cit. p.18

²⁵ Ibid. p.17 et. seq.

Não obstante, tenha o PDAN repetido os resultados insatisfatórios dos demais incentivos, o segmento processador de frutos tropicais tomou impulso significativo a partir dos incentivos concedidos por ambos os sistemas (34-18/FINOR e PDAN), porquanto aumentou substancialmente a escala de produção e a diversificação da linha de produtos.

Nesse sentido o suco de maracujá, abacaxi e caju tradicionalmente produzido tem um aumento significativo no volume da produção, ao longo do tempo, e na pauta de exportações agroindustriais.

Considerando os estados de Ceará e Pernambuco, os dados do IBGE revelam que a produção de suco concentrado de abacaxi passou de 1.912.000 litros, em 1975, para 8.346.000 litros no ano de 1980. Já o suco concentrado de caju passa de 6.807.000 litros, em 1975, para 30.916.000 litros em 1980. Finalmente o suco concentrado de maracujá, cuja produção em 1975 foi de 1.407.000 litros, passou para 5.108.000 litros no ano de 1980.

No que diz respeito às exportações regionais, tem-se que o suco de abacaxi ocupou a 9ª posição na pauta de produtos agroindustriais exportáveis, em 1985 (8.399.177 kg). Já o suco de maracujá ficou com a 18ª colocação, no mesmo ano (2.646.660 kg). O suco de caju exportado em pequena escala no ano de 1975, não encontra mercados externos nos anos que se seguem. Mas esse fato

não diminui a importância do referido suco, pois a produção de sucos do Ceará aí está centrado, conseguindo no mercado extra-regional sua realização.

BCME-BIBLIOTECA

Ademais a diversificação está ocorrendo nos últimos anos para uma indústria até então controlada pela região Centro-Sul, em particular pelo estado de São Paulo: A Indústria de Suco de Laranja. Assim, o único projeto aprovado pelo PDAN no ano de 1980, dirigiu-se a FRUTENE S/A, instalada em Estância (SE), marcando o início do funcionamento da primeira empresa de suco concentrado de laranja para exportação do Nordeste. A segunda empresa a processar o suco de laranja foi a FRUTOS TROPICAIS S/A, também instalada em Estância, que em 1984 diversifica sua produção, até então baseada no processamento da tomate.

Essas duas empresas, atualmente bem estruturadas, utilizando tecnologia de padrão internacional, se beneficiaram dos mesmos fatores que viabilizaram a produção sulista de suco de laranja,²⁶ contando com um benefício adicional qual seja, os incentivos da Sudene.²⁷

²⁶ Os fatores são: queda na produção dos Estados Unidos da América provocada pelas geadas, expansão mundial da demanda pelo referido suco, e aumento das cotações dos sucos brasileiros, além do parque produtor de matéria-prima montado em Sergipe, que é o segundo produtor nacional de laranja.

²⁷ A Frutene tem projetos aprovados pela Sudene em 1981 para utilização dos recursos do FINOR, e em 1980 pelo PDAN. A Frutos Tropicais foi beneficiada pelo FINOR em 1975 e 1987, e pelo PDAN em 1975, contando ainda, com elevações de crédito nos anos de 1976, 1982 e 1983.

A partir dessas condições favoráveis, em 1980 a Frutene produziu 1.538 ton de suco concentrado de laranja e em 1984 as duas empresas produziram 17.385 ton, esperando, no médio prazo produzirem 25.000 toneladas por ano, processando 324.000 toneladas de laranja "in natura".²⁸

Para evitar a ociosidade das máquinas no período de entressafra e contando com o apoio da Sudene, as duas empresas podiam ainda diversificar a produção de sucos a partir da utilização de outros frutos tropicais, tais como: maracujá e abacaxi, além do tomate.

Também a Bahia tem ampliado o seu setor processador de frutos, especialmente a produção de suco de laranja, porquanto recebeu, no período de 1980/89, a aprovação de 4 projetos, dos quais dois se destinaram a implantação de duas fábricas de sucos de laranja de grande porte.²⁹

A Indústria de suco de laranja que se instala

²⁸ FRANÇA, F.M.C. Indústria de suco concentrado de laranja no Nordeste - diagnóstico e perspectiva do mercado. Fortaleza: 1986. (no prelo) p.7

²⁹ As empresas beneficiadas para produzirem suco de laranja, além de outros sucos de frutas foram: Cia de Cítricos do Brasil-CCB (Salvador), e UTIARA S/A Agroindústria e Comércio (São Gonçalo dos Campos). Essas duas empresas ao lado da Caju da Bahia S/A - CAJUBA somam três estabelecimentos processadores de suco de laranja no estado da Bahia. A INCON - Produtos Alimentares (Ilhéus) e a Cicanorte S/A Ind. de Conservas Alimentícias (Juazeiro) são as outras duas empresas processadoras de frutas tropicais contempladas pela Sudene.

recentemente no Nordeste, tem-se enquadrado nos moldes mais capitalistas de produção desses sucos, semelhante a produção paulista, no que diz respeito a organização da produção e dos mercados.

Quanto aos demais sucos (abacaxi, maracujá e caju) não se tem registrado um número muito significativo de aprovação de projetos na segunda metade dos anos 80. Esse fato deve-se sobretudo a crise que passa a indústria, quando da constatação, por parte do mercado centro-sulista, da presença de excesso de conservantes (SO_2), a partir de 1986. Tal fato representa o domínio ainda incompleto sobre as questões tecnológicas da produção de sucos de frutas. Em geral, as grandes empresas engarrafadoras costumavam adquirir quantidades diversas de sucos semi-processados de empresas artesanais³⁰ para misturá-lo à sua própria produção, levando à mesma o excesso de conservantes inerente ao suco de produção artesanal.

Nesse processo as empresas do Ceará foram por demais prejudicadas, haja vista que o suco de caju, representando cerca de 80% da produção do estado teve seu consumo reduzido substancialmente. Devido a presença de "Tanino" (substância

³⁰ O produtor artesanal na maioria das vezes não tem registro nos órgãos competentes, e se limita a extrair suco de frutas produzidas na própria fazenda, ou nas suas vizinhanças, a partir de uma extratora simples. Após a extração os sucos são embalados em tambores de 200 litros onde também são acrescentado os conservantes, sem o devido controle, até que chegem à empresas engarrafadora.

adstringente) no caju, esse suco não encontra condições de colocação no mercado externo, a exemplo dos sucos de maracujá, abacaxi, e laranja, produzidos em maior escala pelos demais estados do Nordeste (principalmente Pernambuco, Sergipe e Bahia), o que levou à queda de sua produção.³¹

³¹ A retirada do Tanino do suco de caju só é possível a partir do afastamento completo de sua polpa na produção desses sucos. O resultado desse processo é o suco clarificado de caju, com um sabor muito próximo ao da cajuína, que não se identifica com o sabor natural da fruta "in natura", apresentando características organolépticas mais próximas dos produtos fermentados, não encontrando, também, aceitação no mercado externo. Uma tecnologia que produza o suco polposo de caju sem a presença de tanino ainda não foi possível, de acordo com informações da entrevista realizada com o Diretor Comercial da Cajubras em 1989.

CAPÍTULO III

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E TEORIA DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

Esse capítulo objetiva discutir o enfoque atribuído aos Complexos Agroindustriais (CAIs), por parte dos principais pesquisadores que se dedicam às suas análises. Verificando ser as abordagens estáticas conferidas aos CAIs insuficientes para explicar o dinamismo destes (CAIs), recorreremos à Teoria da Organização Industrial (TOI), a fim de analisar o processo de crescimento das firmas e a consequente dinâmica capitalista, delimitando, assim, as especificidades de cada Complexo.

A seguir procuramos identificar as Estruturas de Mercado, de acordo com a tipologia de estruturas apresentada por Tavares (1978), nas quais pertencem a grande maioria das indústrias componentes dos CAIs no Brasil. Desse modo, objetivamos conhecer algumas características dessas indústrias, tais como as estratégias de competição predominantes, que movem o próprio processo de expansão das firmas no âmbito de suas estruturas de mercado.

3.1 Abordagem dos Complexos Agroindustriais e Teoria da Organização Industrial

O objetivo dessa dissertação é entender a origem, evolução e organização da Indústria de Sucos de Frutas Tropicais no estado do Ceará. O objeto elementar de nosso estudo é a agroindústria, porquanto uma empresa processadora de sucos de frutas é classificada como tal, tornando-se, então, imprescindível a compreensão desse conceito.

BCME-BIBLIOTECA

O conceito de Agroindústria, que adotamos nesse trabalho, intrinsecamente relacionado - por sua própria etimologia - à agricultura e à indústria, foi elaborado por Lauschner utilizando os dois indicadores abaixo:

- i) número de sucessivas industrializações do produto; e
- ii) porcentagem de matéria-prima adquirida diretamente dos agricultores.

Nesse contexto a agroindústria próxima ao agricultor denominada de "Agroindústria em sentido restrito é a unidade produtiva que, por um lado, transforma o produto agropecuário ou seus subprodutos não manufaturados para a utilização intermediária ou final e que, por outro lado, adquire diretamente do produtor rural um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados".¹

¹ LAUSCHNER, R. op. cit. p.14

Ficam excluídas do conceito aquelas indústrias que realizam a segunda ou terceira industrialização do produto rural e, portanto, adquirem muito pouco ou nada diretamente do agricultor, tais como as indústrias de calçados, padarias, têxteis, entre outras. A estas indústrias o autor denomina de Agroindústria em sentido amplo. No entanto esse é um conceito muito abrangente não chegando mesmo a definir nada, apenas justificado, pelo menos no Brasil, pela conveniência estatística face a carência dos dados adequados a análise do setor agroindustrial.[#]

A partir da natureza das interrelações existentes entre a unidade agroindustrial e o setor agrícola, a definição de "Agroindústria em sentido restrito" está embutida no conceito mais extenso de "AGRIBUSINESS" (no Brasil denominado de Complexo Agroindustrial - CAI).

O conceito de "Agribusiness" surge na década de 50, quando DAVIS & GOLDBERG (1957), inspirados na matriz de Insumo-Produto de Leontief para os Estados Unidos da América, abstraem-se dos conceitos estanques que dividem a economia em setor primário, secundário e terciário, ou em zona rural e urbana, para defini-lo de forma mais ampla. Nesse caso, "Agribusiness é a soma das operações que abrangem a manufatura e distribuição dos insumos para a unidade produtiva rural; as operações de produção

SILVEIRA, J.D. da. op. cit. p.13/14

da unidade produtiva rural como tal; a armazenagem, processamento e distribuição dos produtos rurais e de seus subprodutos". DAVIS & GOLDBERG apud LAUSCHNER.³

No Brasil, entre os autores que se dedicam a análise dos Complexos (Müller (1982), Delgado (1985), Graziano (1988) e Guimarães (1979), são os principais), merece destaque o conceito elaborado por Müller, no qual o Complexo Agroindustrial é uma categoria que transcende a linguagem puramente econômica, sendo definido como "o conjunto de processos técnico-econômicos, sócios-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes".⁴

Para efeito de análise, Lauschner divide as atividades do Complexo Agroindustrial em:

- i) Agregado I - setor de produção de insumos rurais, correspondendo ao setor industrial à montante da agropecuária;
- ii) Agregado II - setor de produção agropecuária propriamente dito; e
- iii) Agregado III - setor de armazenagem, processamento e distribuição final do produto rural.⁵ É no agregado III que se

³ LAUSCHNER, R. op. cit. p.7

⁴ MÜLLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. Revista de Economia Política. vol. 12. nº 6. p. 48, abr./jun., 1982.

⁵ LAUSCHNER, R. op. cit. p.9

encontra a Agroindústria, como uma unidade de transformação preponderantemente agrícola, que se relaciona diretamente com o produtor rural e com o mercado consumidor.

A exemplo de Davis & Goldberg e Lauschner, os autores brasileiros (já citados) também concebem a agroindústria como uma parte constituinte do Complexo Agroindustrial, que por sua vez deve ser analisado no bojo das transformações por que passa o sistema capitalista de produção, pois que a formação dos Complexos é fruto do desenvolvimento do capitalismo, onde agricultura e indústria estreitam suas relações sob o comando do grande capital financeiro, determinando a perda contínua de autonomia do produtor rural e, portanto, a submissão de setor agrícola ao capital, de modo que a dinâmica do segmento agropecuário será, de fato, a dos Complexos.

Em outras palavras, a constituição dos Complexos ocorre no âmbito do processo de integração econômica de capitais, via fusões, incorporações, associações, etc, inserido dentro do movimento de concentração e centralização capitalista, na qual o estreitamento das relações setoriais (agricultura-indústria) é um pré-requisito.⁴

⁴ Não é objetivo desse trabalho analisar a penetração do capitalismo no campo. Uma discussão detalhada sobre o assunto pode ser verificada em DELGADO, G.C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985, São Paulo: Unicamp/Icone, 1985. e GUIMARÃES, A.P. A Crise agrária, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Entretanto, Delgado chama atenção para a confusão entre integração técnica dos setores econômicos, e integração de

No Brasil tal processo de integração técnica e integração econômica de capitais, que supera a dicotomia existente entre os setores agrícola e industrial, tem passado necessariamente pela mediação do Estado. A orientação da política estatal para a formação de cooperativas, a garantia do crédito rural, fixação de preços mínimos para a produção agrícola, entre outros mecanismos, tem possibilitado a vinculação de pequenos e grandes produtores agropecuários à produção agroindustrial, especialmente a partir da segunda metade dos anos 60.⁷

Tanto os autores anglo-saxões (criadores do conceito de Agribusiness) como os brasileiros concordam que Complexo Agroindustrial representa uma categoria única com dinâmica própria em relação a economia, e como tal deve ser encarado. Fica, então, criada a necessidade de abolir nas economias, diversos órgãos estatais concebidos a partir de cortes setoriais, e formular políticas adequadas aos CAIs.

Lauschner, por exemplo, afirma que o governo não pode centrar suas preocupações apenas nas atividades industriais, numa perspectiva desintegrada da economia. O aparelho estatal não pode se preocupar com o setor rural apenas nos momentos em que a

capitais, existente no trabalho de Guimarães, afirmando que esse autor não percebe o segundo movimento (integração de capitais) da qual a integração técnica é um pré-requisito.

⁷ A constituição dos Complexos Agroindustriais no Brasil será objeto de estudo do próximo capítulo.

indústria precise de maior poupança para capitalização, maior volume de mão de obra, mais divisas para garantir as importações, e mais amplo mercado interno para produtos industriais.⁸

A esse respeito Graziano se refere a inoperância do Estado brasileiro que ainda concebe os cortes setoriais entre agricultura, indústria e serviços, montando órgãos setoriais como Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e Comércio, além de órgãos particulares tais como IBC (Instituto Brasileiro do Café), IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) etc.

Procedendo dessa forma não é possível visualizar o Complexo Agroindustrial e formular políticas que se dirijam ao desenvolvimento da economia como um todo, a exemplo do que já ocorre na Bulgária que extinguiu o Ministério da Agricultura e órgãos correlatos repassando suas funções para a União Nacional dos Complexos Agrícolas (UNCA). Outros países socialistas também estão realizando reformas profundas no aparelho estatal no sentido de viabilizar um desenvolvimento econômico nacional e integrado.⁹

A formação dos CAIs no Brasil e no mundo é, sem dúvida,

⁸ LAUSCHNER, R. op. cit. p.8

⁹ GRAZIANO DA SILVA, J. A Gestão das políticas agrícolas numa agricultura moderna. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 26., 1988, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SOBER, 1988. p.267

um fenômeno do capitalismo moderno, se registrando mais efetivamente na segunda metade do século XX. Entretanto, o conceito de Complexo Agroindustrial revela apenas um conjunto de interrelações existentes entre os setores agrícola, industrial e de serviços. Em outras palavras, no conceito de Complexos estão presentes as relações travadas entre a indústria à montante do setor agropecuário, as atividades agropecuárias propriamente ditas, a indústria à jusante deste setor e o sistema de distribuição, demonstrando a presença de um conjunto de unidades agroindustriais adquirindo matéria-prima agropecuária, para transformá-las em produtos que serão distribuídos nos mercados consumidores.

Por sua vez, ao setor agropecuário pode ser exigido o consumo sistemático de produtos industriais destinados a tecnificação de sua base produtiva, a fim de obter produtos agrícolas (matérias-primas) mais adequadas a indústria de processamento.

Observa-se, assim, um conceito de Complexo Agroindustrial estático, que não explica os mecanismos de expansão das firmas agroindustriais, a partir da produção para mercados com estruturas específicas, e por consequência não torna inteligível os movimentos de crescimento dos próprios CAIs.

Somente a incorporação da Teoria da Organização

Industrial às abordagens dos Complexos Agroindustriais permitiria a compreensão do dinamismo desses Complexos.

A agroindústria é uma firma que não se apresenta como uma unidade solitária, estando, portanto, relacionada a uma indústria que opera em um mercado específico. Torna-se, então, necessário destacar os conceitos de firma, indústria e mercado, o que se fará à luz da teoria de Organização Industrial (TOI).

A Firma é um locus de acumulação de capital, com duas características básicas: PENROSE apud GUIMARÃES (1982).^{1º}

i) Existência de uma gerência central que define e/ou altera a estrutura administrativa da firma, estabelecendo políticas gerais, e tomando pelo menos as principais decisões de cunho financeiro e de investimento, preenchendo também aqueles cargos gerenciais mais elevados.

ii) Existência de um pool, real ou virtual, de lucros das partes constituintes da firma, sob o controle dessa gerência central.

A Indústria se constitui por um grupo de firmas engajadas na produção de mercadorias substitutas próximas entre

^{1º} GUIMARÃES, E.A. Acumulação e crescimento da firma; um estudo de organização industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.25

se, e que operam com uma base tecnológica semelhante.¹¹ Mercado é a demanda por um grupo de mercadorias que são substitutas próximas entre si. O conceito de indústria está relacionado a firmas que produzem mercadorias semelhantes em seus processos de fabricação e, ao mesmo tempo, são destinadas ao mesmo mercado.¹²

Utilizando a Indústria de Sucos de Frutas para exemplificar, tem-se que os sucos de maracujá, abacaxi, laranja e maçã, entre outros, são produzidos a partir de uma base tecnológica semelhante, sendo também fortemente substitutos e, portanto, participam de uma mesma indústria. A produção de doces dessas mesmas frutas se faz com o uso da mesma base tecnológica

¹¹ 'A Base Tecnológica se refere a "cada tipo de atividade produtiva que utiliza máquinas, processos, capacitações e matérias-primas complementares e estreitamente associadas no processo de produção"'. PENROSE apud GUIMARÃES, E.A. op. cit. p.62/63

¹² Guimarães (1982) apresenta os conceitos de Indústria e Mercado formulados por Joan Robinson, como sendo:

i) Indústria "é um grupo de firmas engajadas na produção de mercadorias semelhantes em seus processos de fabricação";

ii) Mercado "é a demanda por um grupo de mercadorias que são substitutas próximas entre si".

A seguir o autor questiona a relevância do conceito de indústria de Robinson, dado que, embora essa ideia de indústria represente a área na qual a firma encontra maiores facilidades de expansão, existe uma tendência crescente das firmas participarem não apenas de muitos mercados, mas também de muitas indústrias; como aliás, a própria Robinson já havia reconhecido. Nesse contexto, Guimarães aceita o conceito de mercado da autora em questão, mas rejeita a noção de indústria, elaborando seu próprio conceito no qual Indústria "é um grupo de firmas engajadas na produção de mercadorias que são substitutas próximas entre si" e, portanto, fornecidas a um mesmo mercado. Ver GUIMARÃES, E.A. op. cit. p.33.

No nosso caso aceitamos a definição de mercado de Robinson, e conjugamos num mesmo conceito as noções de indústria explicitadas por Robinson e por Guimarães.

utilizada na produção de sucos de frutas, entretanto, tais produtos (sucos e doces) não pertencem à mesma indústria, porquanto não são mercadorias substitutas próximas entre si. O refrigerante pode ser considerado uma mercadoria substituta para sucos de frutas, participando do mesmo mercado, mas não são produzidos sob a mesma base tecnológica, não pertencendo, assim, à mesma indústria. Percebe-se, então, que o conceito de indústria aqui adotado está bastante associado a ideia de produto.

No âmbito dessas definições o CAI pode tomar novas feições. A indústria à jusante da agricultura (indústria processadora da matéria-prima agropecuária) não mais se apresenta como um mero conjunto de firmas agroindustriais produzindo para um amplo mercado consumidor. Tem-se, nesse novo contexto, um grupo de firmas de base tecnológica similar produzindo para um mesmo mercado, que se relaciona com um determinado segmento do setor agropecuário. Esse segmento do setor agropecuário, por sua vez, pode interagir com gêneros particulares da indústria à montante.

Entretanto, uma mesma firma pode fabricar produtos para mercados distintos, mais especificamente, mercados em que ela (a firma) ainda não participa, ampliando o seu mercado corrente. Considerando-se a própria indústria processadora de sucos de frutas, observa-se a presença de firmas que utilizam uma mesma matéria-prima (mesmo fruto, ou simplesmente frutos) para

produzirem além de sucos, os doces, geléias e compotas. Também pode ocorrer da firma produzir mercadorias para mercados diferentes, a partir de outras matérias-primas (não frutos, nesse caso particular). Tais firmas denominam-se firmas diversificadas. Se esse movimento for contínuo tem-se, então, firmas diversificantes.

A diversificação das atividades é o processo no qual uma firma pertencente a determinada indústria passa a investir em outra indústria, ocorrendo geralmente quando a acumulação interna das firmas que compõem a indústria é maior que o ritmo de crescimento do mercado, e esse excesso não puder ser aplicado no mercado corrente da firma. Contudo, essa pode ser uma prática característica das firmas em geral e não apenas de unidades agroindustriais.

BCME-BIBLIOTECA

No âmbito do processo de diversificação das atividades surge o conceito de Quase-Firma, como sendo uma estrutura unitária de uma firma com estrutura multidivisional. A quase-firma é uma parte constituinte da firma, associando-se a um produto ou linha de produção para um mercado específico, estando, assim, subordinada à razão social da firma e, principalmente, a sua gerência central. As responsabilidades da quase-firma compreendem as rotinas de produção e comercialização, podendo incluir decisões sobre fixação de preços e promoções de vendas, além de certas atividades de engenharia e pesquisa e o

planejamento inicial de inversões voltadas para o crescimento de sua própria produção.¹⁹ Uma firma tem um número de quase-firmas igual ao número de mercados em que participa, ou seja, a quantidade de produtos distintos que fabrica. Em geral, a diversificação está orientada pela base tecnológica.

Quando o conceito de diversificação das atividades é aplicado às firmas agroindustriais tem-se uma compreensão mais específica dos Complexos Agroindustriais. Em relação a indústria processadora de sucos de frutas (exemplificando com o nosso objeto de estudo) observa-se que a inclusão de derivados de tomate (molhos, extratos e massa de tomate, entre outros) em sua linha de produção tem sido uma prática constante, especialmente no caso do Nordeste, representando a criação de uma quase-firma que respeita a base tecnológica, ao tempo em que produz para um mercado distinto. O mesmo se pode dizer com referência a doces, geléias e compotas.

Observando-se novamente a organização dos CAIs tem-se um conjunto de firmas unidivisionais e quase-firmas de firmas multidivisionais, constituindo a indústria à jusante, buscando no setor agropecuário parte substancial de sua matéria-prima, interagindo com este de forma diferente, de acordo com a mercadoria que produz e o mercado em que opera. Por sua vez, a retaguarda agropecuária deve exigir da indústria à montante

¹⁹ GUIMARÃES, E. A. op. cit. p.26

maquinaria e implementos, bem como os corretivos de solo, adubos e defensivos, etc, de acordo com suas necessidades, que refletem as exigências da tecnologia a jusante.

Em outras palavras, a indústria à jusante do setor agropecuário é composta por unidades agroindustriais, responsáveis pela direção do CAI. Cada unidade agroindustrial é uma firma ou quase-firma de firmas diversificadas e, portanto, objetiva o crescimento,¹⁴ de modo que a utilização dos mecanismos para obtenção de seu objetivo implica numa forma particular de organizar a produção, na qual exigem um certo padrão de matérias-primas, de acordo com a tecnologia que utiliza. Esse fato sugere as transformações adequadas no setor agropecuário, que por sua vez pode alterar as relações com a indústria à montante deste setor.

Nessa ótica é possível compreender a posição de Müller, Graziano e Delgado que, embora trabalhando especificamente com as abordagens dos Complexos Agroindustriais, percebem as singularidades de cada um deles, ou seja, cada CAI é particular, apresentando diferentes dinamismos, refletindo o processo de expansão de cada Indústria.

¹⁴ Lucros e crescimento são objetivos complementares, porquanto a taxa de crescimento da firma está condicionada ao volume de lucros nela gerado, ao mesmo tempo em que sua taxa de lucros (que reflete a capacidade da firma em gerar lucros) está associada aos seus níveis de crescimento. Ver GUIMARÃES, F.A. op. cit. p.25

As firmas têm um comportamento específico para conseguir crescer, e eliminar os limites do crescimento, condicionado pela estrutura de mercado nas quais pertencem. Esse fato não implica numa relação de causalidade unívoca, onde a estrutura de mercado é determinante das regras de comportamento da firma e/ou da indústria, pois que a firma ativa pode influenciar os elementos da estrutura, bem como suas regras de comportamento podem transferí-la de uma estrutura de mercado para outra.

Contudo, os padrões de concorrência da firma em geral estão associados à estrutura de mercado vigente, ou seja, as estratégias utilizadas pela indústria refletem a associação entre regras de comportamento da firma e as condições objetivas do mercado.

Nesse sentido, supõe-se, então, que a partir das estratégias de concorrência e crescimento da indústria, cujas firmas componentes são agroindústrias, é possível compreender o funcionamento de todo o CAI, porquanto podem garantir a forma específica de interrelacionamento setorial, respondendo pelas transformações e evolução do CAI. No entanto, essa hipótese é mais verdadeira se a agroindústria pode influenciar o nível de produção, a produtividade e a formação de preços do setor rural. Essa influência é mais evidente quando existem fortes vinculações, que na maioria das vezes só são possíveis de ocorrer

mediante a realização dos contratos de produção e entrega de matéria-prima, entre a unidade agroindustrial e o produtor rural, ou mediante o processo de verticalização da agroindústria.

A produção agropecuária pode não atender aos moldes ditados pelo setor agroindustrial, quando o produtor rural não consegue se adaptar ao aperfeiçoamento tecnológico exigido para produção de matérias-primas padronizadas, ou quando existem outras alternativas para o produtor rural (quando, por exemplo, o produto agrícola "in natura" é objeto de exportação).

Nesse caso, a integração vertical no âmbito da agroindústria vai depender de sua capacidade de substituir a produção agropecuária de terceiros, por sua própria produção, que encontra seus limites na capacidade de financiamento da produção agrícola, na aquisição de terras, mobilização de mão de obra, obtenção de economias de escalas, entre outros fatores, que impliquem na produção de matérias-primas com vantagens de custo.

Um fato importante é que quanto mais integrado for o CAI, ou seja, quanto mais estreitos forem os vínculos existentes entre a indústria à jusante, o setor agropecuário e a indústria à montante, mais a agroindústria pode exercer sua força motriz¹⁵ e

¹⁵ Lauschner afirma ser a agroindústria a unidade motriz do CAI, a partir de sua análise sobre a evolução da produção e do emprego no Agribusiness norte-americano, para os anos de 1910, 1947 e 1965. Percebe o autor que o multiplicador da renda e do emprego atua de forma mais significativa e a produção agrega uma

responder pelas transformações do CAI. Nesses casos, a heterogeneidade da agricultura será mais facilmente eliminada, ou seja, uma maior parcela de produtores agrícolas se incorporam à lógica industrial de produzir, pois que o segmento de processamento da matéria-prima pode exigir a mudança tecnológica do setor agropecuário e a sua conseqüente integração com a indústria à montante.¹⁴

Nas situações onde as relações entre indústria e agricultura são pouco estreitas, ou quase inexistentes, não se podendo caracterizar o CAI, a indústria à jusante não reúne condições para exigir mudanças específicas na base produtiva do setor agropecuário, que por sua vez apresenta diferenças tecnológicas preponderante.

maior parcela de valor ao produto no agregado III, relativamente aos demais agregados (I e II). Reconhece, ainda, que a transformação da empresa rural é função direta da modernização e crescimento do agregado I e III do Agribusiness, entretanto, as decisões sobre a organização da produção agrícola (como e o que produzir) são determinadas muito mais pelas exigências da agroindústria, que pelas necessidades de realização da produção do setor à montante da agricultura. Ver LAUSCHNER, R. op. cit. p. 9 et. seq.

¹⁴ GUIMARÃES (1979) relata declarações feitas por um inspetor da Souza Cruz, onde a empresa mantém um corpo de instrutores atuando junto aos pequenos produtores de fumo, com as seguintes palavras "O instrutor decide onde deverá ser instalado o viveiro para as mudas e fornece as sementes. O agricultor não pode escolher sementes de sua preferência, mas deve usar aquelas fornecidas pela empresa, segundo as pesquisas que só a empresa faz e segundo suas necessidades de variedades de fumo". Ver GUIMARÃES, A.P. op. cit. p.139

3.2 Complexos Agroindustriais e Estruturas de Mercado

Como vimos as firmas ativas agem de acordo com a estrutura de mercado a qual pertencem. A quase-firma de uma firma diversificada está condicionada e condiciona a estrutura de mercado a qual se insere. Esse fato torna imprescindível a análise das estruturas de mercado, a fim de se conhecer os tipos e os limites da concorrência das firmas que operam nos distintos mercados e, por extensão, explicar as formas nas quais se processa a concorrência intercapitalista e, desse modo, à própria dinâmica do capitalismo moderno.¹⁷

A partir das análises das estruturas de mercado sugeridas por Steindl (1952) em *Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano* e Sylos-Labini (1956) em *Oligopólio e Progresso Técnico*, autores brasileiros tais como Guimarães (1982) e Tavares (1978) elaboram suas próprias tipologias.

Guimarães (1982) utiliza a classificação dicotômica de Steindl. STEINDL apud GUIMARÃES¹⁸, em *Indústrias Competitivas e Indústrias Oligopolistas*, para incrementar algumas hipóteses básicas e definir sua classificação.

De acordo com Steindl as Indústrias Competitivas apresentam as seguintes características:

¹⁷ TAVARES, M.C. op. cit. p.317

¹⁸ GUIMARÃES, E.A. op. cit. p.34

i) Não existem barreiras à entrada de pequenos produtores;

ii) As firmas marginais (que apresentam custos mais elevados) são firmas pequenas, exibindo taxa de lucro normal ou ligeiramente superior a zero; e

iii) Tais firmas marginais respondem por uma parcela considerável da produção total da indústria;

As Indústrias Competitivas apresentam baixa taxa de concentração do mercado, e têm nas modificações de preços sua variável de equilíbrio entre capacidade produtiva e demanda, no longo prazo, à medida em que proporciona o mecanismo de entrada e saída de firmas menos eficientes. Nesse caso, se a capacidade produtiva crescer além da taxa de expansão do mercado, a consequente queda nos preços expulsa um grupo de firmas menos eficientes na indústria restabelecendo o equilíbrio. Ao contrário, se a taxa de crescimento da demanda for maior que as possibilidades de aumento da oferta da indústria competitiva, a consequente elevação dos preços induz a entrada de novas firmas repondo, desse modo, o equilíbrio.

As indústrias oligopolistas apresentam as seguintes características:

i) Existem significativas barreiras à entrada;

ii) Existem importantes diferenciais de custos, responsáveis pela geração de economias de escalas; e,

iii) As firmas marginais têm taxas de lucro superiores a zero, usufruindo de certa resistência financeira.

Nesses casos, as modificações nos preços não agem no sentido de atrair ou expulsar firmas, não existindo, nos mecanismos de concorrência para garantir a sobrevivência e o crescimento das firmas, a capacidade de eliminar os desequilíbrios que por vezes existam entre potencial de crescimento da indústria e expansão da demanda.

Se o potencial de crescimento da indústria oligopolista excede a taxa de crescimento do mercado, então o excesso de acumulação interna deve ser daí transferido. Se as firmas, ou algumas delas, são firmas diversificadas, podem transferir os fundos excedentes para suas quase-firmas em outros mercados. Mesmo assim o limite ao crescimento é imposto pelo ritmo de expansão da demanda do mercado corrente da firma.

Esse fato sugere tipos de competição diferentes entre firmas de indústrias competitiva e oligopolista, permitindo a Guimarães (1982) classificar as estruturas de mercado de acordo com os tipos de competição utilizadas pelas firmas.

A competição por preços, ou por diferenciação de produtos acompanhada por esforço de vendas (gastos com propagandas e publicidades em geral, objetivando divulgar o

produto nos mercados consumidores), ou a utilização de ambas as formas, são estratégias de concorrência utilizadas pela indústria, que se referem a estruturas de mercado específicas. A utilização desses tipos de competição diferem para indústrias competitivas e oligopolistas, e ainda, para indústrias cujo produto seja ou não passível de diferenciação.

De um modo geral, a competição por corte de preços é sempre mais utilizada em estruturas nas quais os produtores marginais são numerosos e detentores de lucros normais, possibilitando assim, a expulsão de pelo menos parte desse grupo e, portanto, o aumento de participação relativa no mercado das firmas sobreviventes. Esse tipo de competição é sempre evitado nos oligopólios onde os produtores marginais podem auferir lucros extraordinários, resistindo, então, a cortes muitas vezes significativos de preços, que só levariam a uma queda geral nas margens de lucro da indústria.

A diferenciação de produtos corresponde à introdução de uma nova mercadoria, substituta próxima de alguma outra previamente produzida pela firma, destinada então, a um dos mercados em que a firma opera.¹⁹

Entretanto, a prática da diferenciação de produtos está sujeita a determinadas particularidades das mercadorias e a

¹⁹ GUIMARÃES, E.A. op. cit. p.36

natureza de seus consumidores. Existem produtos que podem ser facilmente diferenciados, na medida em que o produtor lhe modifique uma característica e o consumidor lhe considere um produto melhor. Esse processo é tanto mais notável quanto mais critérios de avaliação contiver o produto, e ainda, quanto mais difícil for para o consumidor avaliar tais critérios, o que ocorre a medida em que eles (os critérios) são mais subjetivos.

Quando o produto é facilmente diferenciado, a indústria apresenta "vocaçãõ" para diferenciação de produtos, podendo assim gerar um fluxo contínuo de inovações nesse sentido, especialmente através do engajamento sistemático nas atividades de pesquisas e desenvolvimento.

Nos mercados cujos produtos são passíveis de diferenciação, essa prática de concorrência se torna normal, e com importância singular, na busca de novos clientes e na garantia de participação da firma no mercado. Se o produto não é passível de diferenciação, a manutenção da participação das firmas no mercado, e mesmo sua expansão, deve ser buscada em outras condições, como por exemplo, nas economias de escalas, promovendo a própria antecipação da produção à demanda, via investimentos em capacidade ociosa julgada temporária.

Apoiado nesses tipos de competição, Guimarães (1982) apresenta a seguinte classificação das estruturas de mercado:²⁰

²⁰ GUIMARÃES, E.A. op. cit. p.40

1) Indústria Competitiva - na qual registra-se a competição por preços, mas não existe a competição por diferenciação de produtos;

2) Indústria Competitiva Diferenciada - onde estão presentes ambos os tipos de competição (por preços e por diferenciação de produtos);

3) Indústria Oligopolista Diferenciada ou Oligopólio Diferenciado - onde é predominante a competição por diferenciação de produtos, não existindo a competição por preços; e,

4) Indústria Oligopolista Pura ou Oligopólio Homogêneo - onde não estão presentes ambos os tipos de competição.

Já foi destacado que o objetivo da firma será sempre expandir sua taxa de participação no mercado em geral. Quando tal expansão não é possível, a firma age no sentido de pelo menos garantir sua sobrevivência. Dessa forma, os tipos de competição aqui relatados, serão usados, de acordo com a estrutura de mercado a qual a firma pertence, para garantir seu objetivo.

Nesse contexto, as barreiras à entrada (segundo Possas,^{#1} síntese da natureza e dos determinantes da concorrência oligopolista, cuja magnitude é fundamental para a determinação das margens de lucro) deve ser buscada nas diversas formas de competição.

^{#1} POSSAS, M.L. op. cit. p.172

Nos casos das indústrias cujo produto é passível de diferenciação, essa prática pode gerar maior ou menor barreiras à entrada de novas firmas, na medida em que pode garantir a lealdade dos consumidores às "marcas". Mesmo assim a eficácia da diferenciação de produtos na geração das barreiras à entrada é relativa, pois que as preferências dos consumidores podem ser superadas através do esforço de vendas das firmas entrantes. Algumas vezes é necessário um enorme esforço de vendas, inviabilizando a entrada de pequenos produtores, e implicando em significativas desvantagens de custos para grandes firmas entrantes. Outras vezes, um pequeno esforço de vendas garante o desvio de clientes das firmas já existentes para firmas novas, o que permite a entrada de pequenos produtores, a menos que as economias de escalas de produção e/ou distribuição sejam substanciais. Esse fato distingue as estruturas de mercado mais e menos concentradas.##

No oligopólio homogêneo, dado que a competição por diferenciação de produtos e a conseqüente proliferação de marcas nos mercados não é possível de ocorrer, são as economias de escalas na produção e distribuição, as vantagens absolutas de custos e os segredos tecnológicos, os mais importantes fatores a garantir a presença de fortes barreiras à entrada.

Tavares (1978), também se espelhando nas análises de

GUIMARÃES, E.A. op. cit. p.41/42

Steindl e Labini, combinando elementos tais como: níveis de concentração, economias de escalas, possibilidades de competição por preços e por diferenciação de produtos, ou ambos os tipos, além de outros mecanismos que garantam ou não a presença de barreiras à entrada, apresenta uma tipologia própria de estruturas de mercados.

Aliás, a vantagem da tipologia de Tavares, segundo Possas, é ser sintética, ao mesmo tempo em que se baseia nos aspectos já considerados pela literatura convencional (número de concorrentes ou concentração de mercado, além de incorporar os tipos de competição, por preços ou por diferenciação de produtos, predominantes).²³

Outra vantagem reside no fato da tipologia exibida por Tavares se destinar a Indústria de Transformação brasileira, elaborada a partir de pesquisa realizada com os dados fornecidos pela Fundação IBGE através de tabulações especiais, referentes ao Censo Industrial de 1970.

Nesse contexto, a classificação das estruturas de mercado, de Tavares se apresenta como:²⁴

1. Oligopólio Puro ou Concentrado - similar ao Oligopólio Concentrado de Labini e Puro de Steindl, no qual

²³ POSSAS, M.L. op. cit. p.182

²⁴ TAVARES, M.C. op. cit. p.282 et. seq.

participam indústrias produtoras de bens de produção e equipamentos estandarizados.

2. Oligopólio Diferenciado e Concentrado - onde estão presentes as indústrias produtoras de veículos automotores, pneumáticos, televisores, rádios e eletrodomésticos em geral. Ou seja, as indústrias de bens de consumo duráveis altamente diferenciados.

3. Oligopólio Diferenciado - onde estão incluídas as indústrias de bens de consumo não duráveis altamente diferenciáveis tais como:

i) Cigarros;

ii) Laticínios (exceto beneficiamento do leite "in natura");

iii) Produtos de Perfumaria;

iv) Produtos Farmacêuticos; e

v) Bebidas (inclusão de Possas).

4. Oligopólio Competitivo - incluindo os bens de consumo não duráveis, com pouco grau de diferenciação (predominando os gêneros de produtos alimentares) tais como:

i) Abate de Animais e Conservas de Carne;

ii) Moagem de Trigo;

iii) Refinação de óleos Vegetais;

iv) Preparação de Leite (pasteurização ou reidratação);

v) Refinação e Moagem de Açúcar;

vi) Rações para Animais;

vii) Cervejas;

- viii) Fiação e Tecelagem de Algodão;
- ix) Tecelagem de Filamentos Contínuos Artificiais;
- x) Tecelagem de Fibras Artificiais e Sintéticas;
- xi) Edição e Impressão de Jornais;
- xii) óleos Vegetais em Bruto;
- xiii) Adubos e Fertilizantes;
- xiv) Tintas; e
- xv) Laminados Plásticos.

BCME-BIBLIOTECA

5. Indústrias Competitivas (não oligopolistas) agrupadas em duas categorias:

- Indústrias Competitivas que produzem mercadorias homogêneas, predominando os bens intermediários de consumo, tais como:

- i) Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos afins;
- ii) Fabricação de Açúcar (de Usina ou Bruto);
- iii) Produtos de Padaria e Confeitaria;
- iv) Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais; e
- v) Serrarias.

- Indústrias Competitivas que produzem mercadorias diferenciáveis na maioria bens de consumo não duráveis, tais como:

- i) Móveis para uso residencial (com predomínio de madeira);
- ii) Calçados (exceto exportivos);
- iii) Confecção de roupas para homens; e
- iv) Artigos de Malharia.

Em se tratando dos Complexos Agroindustriais, Delgado usando os critérios: origem agropecuária das matérias-primas utilizadas e participação dessas matérias-primas no valor da produção industrial (não inferior a 50%), define um grupo de gêneros industriais a jusante, componente dos Complexos no Brasil. O autor relaciona, ainda, um grupo de gêneros pertencentes a indústria à montante do setor agropecuário, a partir dos dados fornecidos pela FIBGE, contidos nos Censos Industriais de 1970 e 1975, e na Pesquisa Industrial de 1979, que apresentaremos a seguir.²⁵

Composição do Complexo Agroindustrial (CAI) no Brasil (Gêneros e Sub-gêneros industriais)

I) Indústria a Montante:

i) Química (parcial)

- Adubos, fertilizantes e corretivos
- Inseticidas, germicidas e fungicidas

ii) Mecânica (parcial)

- Máquinas e implementos agrícolas
- Fabricação e montagem de tratores

iii) Produtos Alimentares (parcial)

- Rações para animais

iv) Produtos Farmacêuticos e Veterinários (parcial)

- Produtos veterinários

II) Indústria a Jusante

²⁵ DELGADO, G.C. op. cit. p.39

i) Produtos Alimentares (parcial)

- Beneficiamento, moagem, torrefação
- Preparação de refeições, conserva
- Abate de animais frigoríficos
- Preparação do pescado
- Resfriamento e preparação do leite e laticínios
- Fabricação de balas e caramelos
- Fabricação de produtos de padaria
- Fabricação de massas alimentares
- Preparação de produtos alimentares diversos

ii) Química (parcial)

- Destilação do álcool
- óleos vegetais e essências (em bruto)

iii) Fumo (total)

iv) Madeiras (total)

v) Mobiliário (móveis de madeira)

vi) Couros, peles (total)

vii) Bebidas (total)

viii) Têxtil (parcial)

- Beneficiamento de fibras vegetais
- Fiação tec. fibras veg. e animais

ix) Papel e Papelão (total)

Percebe-se, assim, que a maioria esmagadora dos gêneros industriais do Complexo Agroindustrial nacional, está inserida nas estruturas de Oligopólio Diferenciado e Competitivo e nas Indústrias Competitivas. Portanto são esses três tipos de

estruturas de mercado que irão nos interessar mais diretamente.

3.3 Estruturas de Mercado do Complexo Agroindustrial Brasileiro

Nessa seção abordaremos as principais características dos três tipos de estruturas de mercado, nos quais se enquadram parte significativa dos gêneros industriais componentes dos CAIs nacional, de acordo com a análise elaborada por Tavares (1978), e aceita pela grande maioria dos pesquisadores de Organização Industrial.

3.3.1 Oligopólio Diferenciado

O oligopólio diferenciado tem na prática da diferenciação de produtos sua forma de competição predominante. Portanto, a indústria oligopolista diferenciada deve se engajar de forma sistemática nas atividades de pesquisa e desenvolvimento para a criação de novos produtos, modelos, desenhos, etc, a partir da existência de várias faixas de consumidores por nível de renda, hábitos de consumo, idade, entre outros fatores. O lançamento contínuo de novos produtos incorpora de forma permanente novos consumidores, ampliando as vendas e os limites estabelecidos pelo crescimento da demanda global.

Em outras palavras, a maior possibilidade de diferenciação de produtos e a conseqüente proliferação dos

produtos influenciam no alargamento do mercado, devido a incorporação de novos consumidores e a criação de novos hábitos de consumo.

A concorrência por corte de preços não está definitivamente descartada, não sendo, todavia, utilizado com frequência, porque põe em risco a estabilidade do mercado e da empresa.

A competição por diferenciação de produtos requer a existência de altos níveis de mark up's, a fim de possibilitar os elevados e permanentes esforços de vendas (especialmente gastos com publicidade) necessários para divulgar o produto no mercado.

Desse modo, esse padrão de competição, que responde pela dinâmica da indústria em questão, não é apenas uma característica de algumas empresas que lideram o mercado, mas torna-se uma condição natural para toda e qualquer firma que pretenda garantir sua sobrevivência, nesse tipo de mercado.

As barreiras à entrada ocorrem mais frequentemente devido a diferenciação de produtos (economias de diferenciação) em detrimento daquelas criadas a partir das economias técnicas de escalas, indivisibilidades ou volume mínimo de capital requerido para novas entradas. Portanto, são as economias de diferenciação que garantem, em geral, os diferenciais de custos e

de produtividade, e o próprio poder de fixação de preços das firmas oligopolistas diferenciadas.

O oligopólio diferenciado apresenta elementos do oligopólio diferenciado concentrado, no que diz respeito ao tipo de competição predominante (por diferenciação de produtos). Entretanto, exprime um grau de concentração técnica relativamente inferior ao exibido pelo oligopólio diferenciado concentrado, bem como não apresenta as economias de escalas de produção e o elevado volume de capital inicial exigido para o estabelecimento de firmas novas, a exemplo daquele. Esse fato leva a existência de barreiras à entrada relativamente menores (mais frágeis) por parte do oligopólio diferenciado.

O oligopólio diferenciado se assemelha também, em alguns de seus elementos, ao oligopólio competitivo, no que se refere ao pequeno grau de concentração e a própria possibilidade de competição por corte de preços, embora, não seja um traço comum.

Apresenta, ainda, elementos da indústria competitiva diferenciada, quanto ao tipo de competição predominante, a própria possibilidade de competir por corte de preços, e pelo grau de concentração de certa forma instável e pouco elevado. Todavia, os ajustamentos dinâmicos são completamente diferentes em ambos os tipos de indústria (oligopólio diferenciado e

indústria competitiva diferenciada).

3.3.2 Oligopólio Competitivo

A competição por preços, especialmente nos segmentos industriais de produção mais homogêneos, é predominante. Entretanto, como se trata de oligopólio, esse tipo de competição não pode ocorrer de forma indiscriminada, estando presente as regras de mark up's para fixação de preços por parte das firmas.

As empresas que operam com produtividade mais elevada, e conseqüentemente com maior vantagens de custo, podem utilizar mais frequentemente os cortes de preços como estratégia competitiva, porquanto detém maior acumulação interna. Nesse caso, o corte de preços pode induzir a saída de firmas menos eficientes do mercado e o aumento da participação no mercado dessas firmas melhor situadas.

A competição por diferenciação de produtos pode existir, embora não seja decisivo para explicar o processo de acumulação e expansão do setor. Ademais esse tipo de competição (por diferenciação de produtos) só é viável se a firma possuir uma margem de lucro adequada a um maior esforço de vendas, ou se ela (a firma) implementar um programa para controlar os canais de comercialização, para assim garantir a fatia de mercado advinda pela prática da diferenciação. Se isso não for possível, a reação

idêntica e nas mesmas proporções das firmas semelhantes, pode desencadear uma competição por preços.

Em geral não existem fortes barreiras à entrada, porquanto não existem economias de escalas importantes (nem economias técnicas de escalas nem economias de diferenciação). Quando ocorrem as barreiras à entrada dependem basicamente do controle da comercialização. Só não acontece um volume maior de entradas porque esses mercados oligopolistas competitivos exercem fraca atração sobre os concorrentes potenciais, devido seu baixo dinamismo, que depende da taxa de crescimento global da economia.

Normalmente, ocorre a presença de empresas com diversos tamanhos de plantas, ou seja, tecnologias muito heterogêneas, o que restringe o grau de concentração e as próprias barreiras à entrada, no âmbito da indústria.

Apesar do grau de concentração da indústria oligopolista competitiva ser relativamente menor que no oligopólio diferenciado, as empresas melhor situadas podem deter participação considerável do mercado, ao tempo em que as firmas marginais são mais numerosas e respondem por uma parcela significativa da produção, mas apresentam menor resistência financeira e, portanto, maiores possibilidades de serem expulsas do mercado.

Também os mark up's são bem mais baixos que aqueles registrados no oligopólio diferenciado, devido a menor possibilidade de diferenciação de produtos. Nesse caso, o esforço de vendas se associa ao controle da comercialização, não assumindo, então, a forma de gastos correntes com grande peso no valor da produção.

O grau de dinamismo do oligopólio competitivo é muito menor que o observado nos demais tipos de oligopólios. O setor como um todo, apresenta pouca capacidade de investir à frente da demanda, exceto em casos localizados de empresas melhor situadas, cuja produtividade garanta um grande diferencial de custos e, portanto, taxas mais elevadas de mark up's, e as consequentes economias de tamanho ou de diferenciação.

A ampliação da capacidade está associada ao crescimento exógeno do mercado, pois que a demanda global para o conjunto do setor é determinada pela taxa de crescimento da economia como um todo, mais especificamente, pela massa de salários urbanos.

Desse modo, só algumas firmas melhor situadas no mercado encampam o poder de crescer à frente da demanda, fazendo do ritmo de crescimento da demanda uma variável endógena, que normalmente vai ocorrer mediante à queda de participação de outras firmas no mercado.

O oligopólio competitivo se assemelha ao caso das indústrias com inúmeros pequenos produtores (não oligopolistas) apresentado por Steindl.

3.3.3 Indústria Competitiva (No sentido de não oligopolista)

Como exposto anteriormente, a indústria competitiva apresenta um segmento de produção de mercadorias mais homogêneas, especialmente no caso dos bens intermediários para consumo; e um segmento que produz mercadorias diferenciáveis, no caso de bens de consumo não duráveis.

BCME - BIBLIOTECA

Em ambos os segmentos o tipo de competição que prevalece é a concorrência por corte de preços, embora a competição por diferenciação de produtos seja realizada, sobretudo, no caso da produção de mercadorias diferenciáveis.

Também se registra a completa inexistência de barreiras à entrada, sendo o mecanismo de entrada e saída de firmas que responde mais efetivamente pelo ajuste entre capacidade produtiva e demanda.

Esse fato garante as mais baixas taxas de concentração, quando se trata da indústria, embora a presença de algumas empresas melhor situadas e que respondem por parte considerável da produção, não esteja descartada, principalmente no segmento

de produtos diferenciáveis. Nesse segmento (mercadorias diferenciáveis) as taxas de lucros são relativamente maiores que as do segmento de produção mais homogênea, dando as empresas que se encontram em melhor posição no mercado a possibilidade de aproveitar, sobretudo, os momentos de recessão para ampliar sua participação no mercado. Mesmo assim tanto a presença de grandes empresas, como a estabilidade na liderança ocorre em grau muito reduzido.

Eis aí, de forma breve, as características gerais das tipologias de mercado que englobam os CAIs no Brasil. Contudo, a definição precisa das linhas que demarcam os vários tipos de mercado é extremamente difícil, especialmente para os indicadores disponíveis. Essa é uma dificuldade geral, mas que se apresenta com maior ênfase no caso dos mercados de bens de consumo correntes, onde coexistem com frequência diversas formas de competição num mesmo setor, e várias características estruturais.

CAPÍTULO IV

A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NO BRASIL E O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DE ALIMENTOS

Esse capítulo pretende discutir, de forma breve, a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) no Brasil, que ocorre na década de 70, a partir da ação contínua do Estado brasileiro, objetivando proporcionar a integração agricultura-indústria e a conseqüente industrialização do setor agropecuário.

No âmbito da constituição dos CAIs no Brasil pôde surgir o Complexo Agroindustrial de Alimentos, onde os produtos alimentícios com alto grau de processamento, elaborados pela agroindústria moderna, invadem os mercados consumidores a partir da segunda metade da década de 60, quando se registra surtos importantes de industrialização e urbanização no país. Portanto, a análise, embora de forma rápida, dos CAIs alimentícios no Brasil, se reveste de grande importância.

4.1 A Formação dos Complexos Agroindustriais no Brasil

O termo Complexo Agroindustrial se refere a um conjunto de interrelações entre os setores agrícola, industrial e de

serviços. Como já abordado anteriormente, a apreensão desse conceito (CAI) transcende a linguagem puramente econômica, representando um complexo de transformações técnico-econômicas e sócio-políticas, que permite perceber o desenvolvimento de uma economia como um todo, criando a necessidade de abolir nas economias, diversos órgãos estatais, concebidos a partir de cortes setoriais, e formular políticas adequadas aos CAIs. O Complexo Agroindustrial existe como uma categoria única, não sendo possível admitir cortes analíticos que pressupõem cortes setoriais entre os setores agrícola e industrial, nem tratá-lo de forma geral.

Os Complexos Agroindustriais não podem ser entendidos de forma genérica porque diferem segundo a estrutura e a dinâmica competitiva dos seus setores industriais, bem como de acordo com as formas de vinculação existentes entre tais setores industriais e o próprio setor agropecuário. No Brasil a heterogeneidade de situações exige a concepção dos CAIs de forma particular, ou seja, requer o tratamento separado de cada Complexo, pois que cada um apresenta sua dinâmica própria.⁴

O corte setorial agricultura-indústria apoia-se na concepção de que o setor agrícola é parte integrante do setor primário da economia e, portanto, produz basicamente a partir dos recursos naturais disponíveis (terra, água, entre outros) e

⁴ GRAZIANO DA SILVA, J. op. cit. p.260/261

dos insumos gerados por ele mesmo, tais como sementes e fertilizantes orgânicos.⁸²

Quando os CAIs se formam a produção agrícola torna-se cada vez menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rural e aumenta expressivamente a intensidade do uso de fertilizantes, defensivos do solo, rações e concentrados, máquinas em geral, tais como tratores, arados e colhedoras, que são os meios de produção gerados num setor especializado da indústria: a indústria à montante do setor agropecuário.

No âmbito da consolidação dos Complexos Agroindustriais a agricultura, simples elo desses Complexos, perde sua autonomia na medida em que a indústria processadora de matéria-prima agrícola determina tipos, quantidades e graus de padronização dos produtos agrícolas que vai processar.

No entanto, a modernização do setor agropecuário não depende apenas da indústria à jusante, estando, também subordinado à indústria à montante. Ou seja, o segmento produtor de bens de capital e insumos modernos destinados ao setor agrícola já deve estar constituído, para que possa ocorrer os CAIs. Em contrapartida, é o setor agropecuário que vai permitir a acumulação de capital da indústria à montante, porquanto é o

⁸² Ibid. p.247

referido setor seu único consumidor. Nesse sentido, a expansão da indústria processadora de máquinas e insumos modernos para o setor agrícola depende das possibilidades reais de modernização da base técnica-produtiva do setor agropecuário.

Do exposto percebe-se que a constituição e consolidação dos Complexos Agroindustriais reflete o processo de reunificação entre agricultura e indústria,²⁹ dentro do desenvolvimento do sistema capitalista de produção.

BCME - BIBLIOTECA

²⁹ O termo "reunificação" é aqui utilizado, baseado na metodologia sugerida por Kautsky, em seu livro *A Questão Agrária*. Segundo este autor, nas formas de produção que antecedem o capitalismo existe uma perfeita integração entre agricultura e indústria, caracterizada pela interligação numa mesma unidade produtiva, entre a produção agrícola e as atividades manufatureiras. Nesse caso, a partir de uma divisão do trabalho quase inexistente, se produz dentro da própria unidade produtiva, os instrumentos de produção e as matérias-primas que garantem o auto abastecimento das pessoas que aí vivem de produtos agrícolas e de manufaturas simples, se limitando a trocar os excedentes gerados num processo natural de escambo.

O surgimento do capitalismo trás consigo a separação entre agricultura e indústria, acentuando as diferenças entre o rural (campo) e o urbano (cidade), onde o campo deve produzir os bens agrícolas para o mercado (ao lado da produção de subsistência) e em paralelo, ocorre o crescimento das atividades manufatureiras, não mais voltadas para o auto-consumo, mas com o mesmo propósito de participar dos circuitos de comercialização no mercado. A agricultura passa, então a assumir funções determinadas para garantir a produção industrial, que por sua vez assume a hegemonia das atividades econômicas.

No âmbito do aprofundamento do capitalismo, e em particular, no processo de concentração e centralização de capitais, requer-se a substituição dos vínculos indiretos (via mercados) entre agricultura e indústria, por uma forte integração desses setores, onde o setor industrial dominante assume formas cada vez mais oligopolistas subordinando o setor agrícola aos novos padrões desse processo. A esse movimento Kautsky chama de reunificação entre agricultura e Indústria. Ver KAUTSKY, K. A Questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção os Economistas)

No Brasil, o vigoroso processo de industrialização dos anos 50, na qual a complementariedade dos investimentos torna possível consolidar parte do departamento produtor de bens de capital e intermediários na economia brasileira, determinando a participação cada vez maior da produção industrial no produto interno bruto nacional, contém o germe da reunificação entre agricultura e indústria, e da conseqüente formação dos Complexos Agroindustriais.

Contudo, ainda não foi possível a internalização de um departamento produtor de bens de capital e outros insumos modernos destinados ao setor agropecuário. A leve modernização da agricultura na década de 50 e até nos anos 60, ocorre a partir das importações de máquinas e equipamentos modernos, uma vez que já se consolida a participação dos CAIs nas economias avançadas.

Desse modo, a transformação da base técnica da agricultura, concebida enquanto substituição de "insumos naturais" por insumos produzidos no âmbito da indústria, e a formação dos CAIs são processos distintos e separados historicamente. O primeiro reflete um processo do pós-guerra e a constituição dos CAIs, onde se completa a união entre o setor agrícola e o setor industrial, é, no Brasil, um fenômeno dos anos

* DELGADO, G.C. op. cit. p.33

Entretanto, em nenhum momento esse processo de reunificação entre agricultura e indústria pôde ser espontâneo. A modernização do setor agrícola que culmina na constituição dos Complexos Agroindustriais no Brasil, é parte integrante da estratégia econômica em vigor na segunda metade da década de 60, quando o tesouro público é acionado para proporcionar uma política de financiamento rural expansionista, contendo como carro-chefe a institucionalização e operação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural).

O SNCR, criado em 1965, operava com taxas reais de juros negativas e outras condições de financiamentos (prazos e carências elásticas), objetivando fornecer os créditos subsidiados necessários ao financiamento dos custos, investimentos e comercialização da produção agropecuária, determinando, assim, a modernização tecnológica do setor, proporcionando automaticamente o aumento da produção e da produtividade, bem como uma maior perspectiva de rentabilidade.

Os recursos atribuídos ao SNCR dependiam principalmente dos saldos de depósitos a vista dos bancos comerciais, cuja aplicação compulsória estava regulamentada pelo Estado, e dos recursos fiscais, para-fiscais e de origem externa (tais como empréstimos do Banco Mundial, BID e Acordo ao Irigo) que também estavam discriminados nos Recursos de Fundos e Programas Agrícolas do Banco Central (BACEN). Se dirigiam, ainda, ao SNCR

parte dos depósitos a vista do Banco do Brasil, garantindo a totalidade desses recursos, cerca de 65% do total de recursos dirigidos à agricultura até 1974.⁵

O restante dos recursos exigidos no processo de modernização da agricultura provinha da expansão ativa do crédito, executado pelo Banco do Brasil, obviamente sem base prévia de depósitos, e cuja defasagem do dinheiro provocada pelo aumento das taxas inflacionárias se fazia através das emissões.⁶

Além da política financeira chefiada pelo SNCR o governo promove o crescimento das empresas engajadas nas atividades exportadoras, a partir dos anos 70, com o intuito de diversificar a pauta de exportáveis onde o café, predominante até os anos 60, será substituído relativamente por outros produtos agrícolas e agroindustriais (soja, laranja, etc.)

O governo responsabiliza-se, ainda, pela formulação de uma política tecnológica que permita a geração e difusão adequada ao setor agropecuário nacional. Nesse sentido, em 1973 foi criado a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) com o objetivo de sistematizar a pesquisa agropecuária, sobretudo no

⁵ Ibid. p.70

⁶ Ibid. p.70

que se refere as inovações biológicas e físico-químicas,⁷ enquanto as inovações de ordem mecânica são dominadas pelos grandes oligopólios multinacionais.

Em resposta a esse grupo de medidas estatais dirigidas ao setor rural pôde ser implantadas no Brasil um conjunto de indústrias produtoras de máquinas e equipamentos e outros insumos modernos para a agricultura, exigindo a modernização desse setor, determinando, então, a sua dependência aos novos métodos de produzir.

A intensiva política de crédito rural subsidiado, da segunda metade dos anos 60, auxiliada pelos serviços prestados pelo Estado na área tecnológica possibilitam a modernização substancial da base agrícola, bem como a conseqüente mudança de papel desse setor no desenvolvimento econômico.

A política de crédito rural unida às proteções tarifárias determinaram, sobretudo, a criação de um mercado cativo para a indústria de máquinas, equipamentos e insumos modernos destinados ao setor agropecuário, ao mesmo tempo em que garantia aos produtores rurais modernizáveis os recursos necessários à transformação da base técnica da agricultura, bem como as necessidades monetárias que esse processo exigia, no que

⁷ No ano de 1974 o Estado aprova o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas. Ver DELGADO, G.C. op. cit. p.92

diz respeito a compra de trabalho assalariado.⁴³

Está aí a razão pela qual uma política cambial seletiva, onde importações de produtos com similares nacionais são proibidas, não ser mais eficiente para garantir a representação dos interesses agora articulados nos CAIs, de que fala Graziano.

Quando o setor agrícola moderno modifica quase compulsóriamente a intensidade na compra e utilização dos insumos especializados, passando a se constituir no mercado principal da indústria à montante da agricultura, esse setor industrial passa a depender ainda mais das políticas creditícias operadas pelo governo, formando, assim, um grupo de pressão juntamente com os produtores rurais exigindo do Estado, num círculo vicioso, a formulação de políticas com esse fim, fenômeno que Müller denomina de "politização dos processos por interesses".⁴⁴

Como os CAIs exigem a industrialização em todos os setores, para viabilizar a ampla integração entre eles, a indústria processadora de matérias-primas agrícolas (indústria à jusante da agricultura) não poderia deixar de seguir o mesmo movimento oligopolista concentrador da indústria à montante, nem mesmo de impelir uma certa modernização agrícola.

⁴³ GRAZIANO DA SILVA, J. op. cit. p.256

⁴⁴ MÜLLER, G. op. cit. p.50

Nesse caso, esse setor passa por profundas transformações, aumentando sensivelmente a produtividade via utilização do progresso técnico redutor de custos, sobretudo nos subsetores mais sofisticados dessa indústria.

No movimento de mudança tecnológica da indústria à jusante, as normas sanitárias e de classificação comercial (tipos e padrões comerciais de produtos), e as exigências do mercado por determinadas características dos produtos agrícolas (formato, sabor, cor, durabilidade, etc,) obrigam ao produtor rural a seguir um certo padrão tecnológico de produzir.¹⁰

O processo de modernização agrícola nacional, a exemplo do que ocorreu com o setor industrial, também se faz de forma concentrada por sub-setores e por regiões do país, de modo que cabe aos estados localizados no Centro Sul a maior parcela desse movimento modernizante, da mesma forma em que passam a coexistir com setores desintegrados na qual predominam as formas arcaicas de produção unidas com relações indiretas, até os nossos dias.

Müller enfatiza que, a despeito da heterogeneidade existente no setor agropecuário brasileiro, a industrialização da agricultura é um processo geral, pois imprime uma nova direção à toda a agricultura nacional.¹¹

¹⁰ DELGADO, G.C. op. cit. p.91

¹¹ MÜLLER, G. op. cit. p.49

Entretanto, Delgado chama atenção para o fato da exploração de Müller, no que se refere a esse movimento geral, deixar escapar os elementos conservadores do processo. Para Delgado a modernização patrocinada pelo Estado é de cunho capitalista, mas a própria organização de interesses oligárquicos rurais, não necessariamente modernizantes, dão sustentação política ao projeto de modernização conservadora.

Desse modo, ao lado do crédito rural subsidiado que se dirige à transformação da base tecnológica da agricultura, estão a assistência fiscal e financeira de enormes proporções para a grande propriedade, e o capital comercial no Nordeste e nas Fronteiras Agrícolas, não destinadas às mudanças nas formas de produzir da agricultura, levando, nesses casos, a uma articulação financeira muito fraca com a indústria quer a montante, quer a jusante, não permitindo a generalização da modernização. Portanto, manter a alta concentração da estrutura fundiária, e a ação do capital comercial naquelas regiões mais atrasadas, não dá margem a formação dos CAIs, mesmo considerando o apoio fiscal e financeiro aí dirigidos, determinando que a valorização dos capitais continue ocorrendo a nível da propriedade monopolista das terras.

4.2 O Complexo Agroindustrial de Alimentos

A produção industrial de alimentos vem ganhando importância à medida que avança o processo de industrialização e urbanização da economia brasileira. O crescimento da população e o aumento do nível médio de renda, modifica o perfil do consumo exigindo que a secular indústria de produtos alimentares passe por grandes transformações.

Os alimentos "in natura" produzidos diretamente pelo setor agrícola, sujeitos aos grandes problemas de perecibilidade, transporte e armazenamento, vão se tornando inviáveis como fonte de abastecimento da população urbana, cedendo então, seu espaço para os produtos alimentares industrializados, especialmente, aqueles com alto grau de processamento. Esse fato determina que o produto "in natura", antes alimento, passe a se constituir na matéria-prima básica para as unidades processadoras.

Nesse movimento de substituição paulatina do consumo de produtos "in natura" pelo consumo de alimentos industrializados, a agroindústria moderna encontra amplas condições de se desenvolver, apoiada em grande parte, na expressiva participação do capital externo, porquanto a agroindustrialização, e a internacionalização dos processos de produção já se configuram fenômenos globais.

Para justificar as afirmações acima tem-se que uma pesquisa realizada e publicada em 1980, pela Revista "Brasil em Exame" junto a empresários, revela que nos últimos anos, a produção de alimentos com maior grau de processamento cresceu a uma taxa de 20% a.a., enquanto o setor de menor elaboração cresceu apenas 2% a.a.¹²

No que se refere a participação do capital externo, em 1977 as empresas alimentícias estrangeiras participaram com 65,6% do faturamento e 62,1% do patrimônio líquido do gênero industrial de alimentos, enquanto as nacionais contribuíram apenas com 34,4% do faturamento e com 37,9% do patrimônio líquido, em relação ao total do gênero alimentício. VILLELA & BAER apud SICCT.¹³

Em 1971 um percentual de 5,68% dos investimentos estrangeiros diretos e reinvestimentos registrados no país se dirigiam para o gênero de produtos alimentares, passando esse percentual para 6,72% no ano de 1977. Foi observado, ainda, que em média 87,82% desses investimentos e reinvestimentos estrangeiros se dirigiam ao grupo de produtos alimentares diversos, que apresentam maior grau de processamento.¹⁴

¹² CARVALHO, M.L.G. de, A Agroindústria Maguary e sua influência sócio-econômica na produção de abacaxi no município de Sapé. Campina Grande: UFPh, 1984. p.7 (tese de mestrado)

¹³ SICCT op. cit. p.262/263

¹⁴ Ibid. p.266

Essa nova "performance" do setor de produtos alimentícios configura a constituição do Complexo Agroindustrial de Alimentos (Sistema Agroindustrial de Alimentos, na linguagem de farinha), representando a cadeia que se inicia com a produção agropecuária de produtos alimentares, passando pelo processo de industrialização e chegando ao consumidor final através da rede de distribuição.¹⁵

Dessa forma, para se compreender a lógica de funcionamento do Complexo Agroindustrial de Alimentos é necessário que se aprofunde o conhecimento de cada um dos elementos constitutivos desse CAI em particular. Ou seja, precisa-se analisar a estrutura e a dinâmica do segmento agroindustrial produtor de alimentos, bem como as formas de interrelacionamento desse segmento com o setor agrícola, que pode ou não transformar a base técnica-produtiva desse setor. Também deve ser dada atenção às relações que se estabelecem entre o segmento de transformação de alimentos e o sistema de distribuição que viabilize a transferência dos produtos ao consumidor final.

Entretanto, o movimento modernizante por que passa a produção de gêneros alimentares não ocorre de forma igual, em todos os seus segmentos, e em todo o espaço nacional. Ao lado da nova e sofisticada agroindústria alimentar estão os segmentos

¹⁵ FARINA, f.M.M.Q. op. cit. p.303

mais tradicionais, com pouco grau de processamento. Ademais, ainda se registra de forma significativa, a presença da produção agrícola "in natura", isto é, sem qualquer beneficiamento, no abastecimento do mercado.

Por essa razão Farina, ao analisar o Sistema Agroindustrial de Alimentos, numa perspectiva de Organização Industrial, se reporta a Connor e outros (1985), que concluíram ser o gênero industrial de alimentos um "verdadeiro laboratório de Organização Industrial", cuja organização varia entre as estruturas extremas de mercado - do monopólio à concorrência perfeita - passando pelos tipos de mercados intermediários (oligopólio e concorrência monopolista).¹⁴

¹⁴ FARINA, E.M.M.Q. op. cit. p.298. No que se refere as estruturas de mercado temos:

Concorrência Perfeita - A estrutura de mercado perfeitamente competitiva caracteriza-se pela ausência completa da concorrência, seja concorrência por corte de preço ou por diferenciação de produtos, ou mesmo pela presença das economias técnicas de escalas, garantindo, assim, a livre entrada e saída de firmas. Nessa estrutura de mercado um grande número de produtores, produzindo uma mercadoria homogênea, tomam o preço de mercado (estabelecido pela interação entre oferta e demanda) como dado, para ajustar suas escalas de produção. Como os fatores de produção são perfeitamente móveis e os processos produtivos perfeitamente divisíveis, não existem problemas que inviabilizem os ajustamentos.

Monopólio Puro - é uma situação extrema de mercado, em que uma só empresa domina a oferta de certo produto que não tem substitutos. A proteção de patentes e o controle total da matéria-prima, entre outros, são fatores decisivos na garantia da situação de monopólio. Não pode existir concorrência, porquanto não existem outras empresas no mercado. A firma monopolista dispõe de amplo controle do preço e das quantidades de produção de sua mercadoria.

Concorrência Monopolista - (abordagem elaborada por Edward Chamberlin - Harvard - e Joan Robinson - Cambridge -) é uma tipo de mercado que se caracteriza pela existência de um número

Esse fato condiz com Complexos Agroindustriais de diferentes graus de integração, até a completa inexistência deles na qual existe a Agroindústria (apoiada na definição de Lauschner) mas, sem dinamismo suficiente para encadear transformações, sobretudo na retaguarda agropecuária. Desse modo, é que se pode perceber, no Brasil, a existência de CAIs alimentares com alto grau de integração, como no caso dos produtos que utilizam como matéria-prima a avicultura, e no outro extremo, a produção de cereais (arroz, feijão, etc,) na sua maior parte se dirigindo ao mercado, via canais de comercialização específicos, diretamente do setor agrícola.

Ainda se pode verificar as diferenças entre os CAIs para um mesmo tipo de produto por regiões. Como exemplo tem-se a indústria de sucos de frutas (nosso objeto de estudo), na qual a produção de sucos de laranja no Sudeste do país abre vantagem na constituição de CAIs mais completos, ou seja, de interrelações setoriais mais estreitas, enquanto os sucos de frutas tropicais,

considerável de produtores que fabricam mercadorias substitutas e diferenciáveis. Esse fato determina uma concorrência intensa e pessoal entre firmas, que pode extrapolar a concorrência por corte de preços, em direção a competição por diferenciação de produtos. Cada firma mantém um certo controle sobre o preço de seu produto, entretanto, as decisões de uma firma particular no sentido de diminuir o preço de seu produto para atrair novos clientes, pode ser facilmente seguida. Não existe barreiras à entrada, portanto a entrada e saída de firmas é um processo inerente a esse tipo de mercado. A estrutura de mercado em Concorrência Monopolista juntamente com os mercados em situação de Oligopólio (já analisado no capítulo anterior, dispensando, assim, maiores explicações nessa seção) são tipos intermediários de mercados.

produzidos na região Nordeste e, principalmente, no Ceará tem contribuído pouco, ou quase nada, para a modernização agrícola.

Desse modo, tem-se que a análise do segmento processador de alimentos exige o reconhecimento desse fato, tratando cada CAI, associado a um produto específico ou grupo deles, como um CAI diferente, que apresenta suas singularidades, não permitindo que se faça generalizações, a exemplo do que ocorre em relação aos demais Complexos existentes no Brasil.

BCME-BIBLIOTECA

No que diz respeito ao Sistema de Distribuição de alimentos no Brasil, parte integrante do Sistema Agroindustrial de Alimentos, é possível registrar mudanças significativas nas últimas duas décadas. Até o final da década de 60 e início dos anos 70, o mercado varejista de produtos alimentícios estava composto por um grande número de pequenos comerciantes, dispersos por todo o país, associados a um certo poder monopolístico nos mercados locais, organizados numa estrutura que se assemelhava a concorrência monopolista.¹⁷

A partir da segunda metade da década de 70, acompanhando o grande surto de industrialização nacional e, em particular, as transformações que passam o gênero industrial de alimentos, aparecem as grandes lojas de supermercados e auto-

¹⁷ CYRILLO, D. O Papel dos supermercados no varejo de alimentos. São Paulo: IPE/USP, 1987. p.223

serviços, que por sua vez viabilizam e influenciam a ampliação da produção em massa dos alimentos industrializados. No âmbito dessas transformações a antiga estrutura de concorrência monopolista foi, então substituída pela estrutura de oligopólio diferenciado com franja.¹⁶

Nessa estrutura do mercado varejista cresce um conjunto de empresas utilizando um intenso processo de diferenciação dos serviços prestados por elas, que agem no sentido de substituir paulatinamente a competição por preços em direção a competição por diferenciação de produtos acompanhado pelo esforço de vendas. Esse conjunto de modernas empresas com tais características, convivem com uma gama respeitável de comerciantes tradicionais, que constituem a franja, a qual se refere Cyrillo.

Aos supermercados cabem a venda de um grande número de produtos, especialmente àqueles com alto grau de processamento, adquiridos pela população de média e alta rendas. Já à franja

¹⁶ O termo Oligopólio Diferenciado com franja é utilizado por Cyrillo, para designar uma estrutura de mercado, que contém as características já abordadas do Oligopólio Diferenciado (classificação de Favares -1978) orlado por um conjunto de pequenas e médias firmas, cuja organização não se assemelha a esse tipo de estrutura, mas que produzem para um mesmo mercado. No caso do sistema de distribuição, as grandes lojas de supermercados e auto-serviços apresentam as características do Oligopólio Diferenciado, e a franja se refere ao conjunto de mercearias de diversos tamanhos, e pequenas lojas de distribuição em geral, que produzem basicamente o mesmo tipo de serviço, concorrendo, portanto, com tais supermercados. Ver CYRILLO, D. op. cit.

cahe, sobretudo comercializar os produtos menos elaborados destinados as classes sociais de renda inferior.

Uma série de dados comprova o caráter modernizante do comércio varejista. No ano de 1970, 97,8% do número de lojas varejistas pertenciam ao setor tradicional, respondendo por 70,7% das vendas, e apenas 2,2% do número de lojas pertencentes aos setores modernos respondiam por 29,3% das vendas. Para o período de 1977/78, 93,8% do número de lojas participavam do setor tradicional, mas eram responsáveis por apenas 32,3% do total de vendas do setor. As lojas modernas correspondiam a 6,2% do número de lojas, entretanto, concentrando 67,7% do volume de vendas. Entre 1970 e 1976/77 o percentual do número de lojas com auto serviços quase triplicou, passando de 3.310 para 9.795 (em números absolutos).¹⁹

Esse caráter modernizante, como todo o processo de modernização nacional, também se encontra bastante concentrado. Dados para 1978 revelam que as regiões Sul e Sudeste mais o Distrito Federal contavam com 85% dos supermercados. Somente São Paulo contava com 3.491 lojas (44,5% do total) de lojas existentes no país, em 1978). O Nordeste detinha 722 supermercados correspondendo a 9,19% do total, e o Ceará com 112 lojas, participava com 15,5% do número de lojas regional e 1,42% considerando todo o país.²⁰

¹⁹ SICCT op. cit. p.268 e 269.

²⁰ Ibid. p.270

No que diz respeito a relação renda populacional e compras em supermercados temos que no ano de 1978, para o Estado de São Paulo, a população de alta renda e, portanto, àquela que apresenta condições de consumir os produtos mais elaborados, realizavam 51% de suas compras alimentícias nos supermercados, enquanto a população de baixa renda adquiria apenas 9% das compras nesses segmentos modernos.⁸¹

A modernização do setor de distribuição varejista é deveras importante na análise do Complexo Agroindustrial de Alimentos, haja vista que os supermercados têm como principais fornecedores as indústrias alimentícias, e podem exercer forte influência tanto na rotação das vendas como na formação de preços de seus fornecedores. Se a empresa fornecedora depende em grande escala das lojas de auto-serviços para realizar sua produção, caso dos produtos com alto grau de processamento, fica claro a exploração monopsonista ou oligopsonista dos supermercados.⁸²

Tal fato pode demarcar uma queda nas margens de lucro da empresa fornecedora. Entretanto, se a firma fornecedora está fortemente organizada nas estruturas de mercados mais oligopolistas, o resultado das negociações dependerá do poder de cada um frente ao outro. Logicamente, se o produtor é importante

⁸¹ Ibid. p.268 e 272

⁸² CYRILLO, D. op. cit. p.226

para o supermercado, isto é, contribui fortemente na atração de clientes, estes (os supermercados) agem de forma menos agressiva.²³

Contudo, as indústrias de alimentos em geral tem mais de 50% de suas vendas realizadas nos supermercados. Por essa razão uma parte dessas indústrias, principalmente as que participam dos itens com maior elaboração, mantém funcionários nos supermercados, alugam espaço em suas prateleiras, contribuem com verbas para a inauguração de novas lojas, assumindo parte dos custos de criação e administração do espaço para expor o seu produto, além de venderem a prazos maiores.²⁴

Esse fato é importante, pois, o CAI é uma cadeia de setores interrelacionados de forma que todos os fatores que tendem a diminuir as margens de lucros no final dessa cadeia tendem a ser repassados para trás. Se cai a capacidade de pagamento dos consumidores, as pressões à redução das margens de lucro dos supermercados tendem a ser repassadas para a indústria processadora, de acordo com o poder de barganha de ambos (indústria e supermercado). O segmento industrial por sua vez, para manter uma margem de lucro adequada, necessita rebaixar os custos, que a curto prazo, só pode ocorrer mediante a compra de matérias-primas mais baratas, ficando então, com o agricultor a

²³ Ibid. p.148

²⁴ Ibid. p.148

responsabilidade de transferir tais pressões para a indústria à montante. Acontece que esse setor (setor de insumos modernos para a agricultura) é por demais oligopolizado, com capacidade de resistir fortemente as tendências à queda de sua taxa de lucro. Nesse caso, permanece no setor agrícola a necessidade de encontrar uma solução, que no Brasil necessariamente tem passado pela mediação do Estado.²²⁵

Do que foi exposto, percebe-se que os Complexos Agroindustriais de Alimentos, associados a cada produto ou grupo deles, só podem ser analisados admitindo as distintas formas de interrelações entre a agroindústria alimentar e os setores agropecuário e de distribuição, bem como os diferentes graus de organização e dinamismo no mercado das indústrias alimentícias, mesmo reconhecendo os limites da modernização agrícola (dado que a ação da natureza, no que diz respeito as condições de clima, descontinuidade da produção etc, parecem não poder ser contornados). É sob tal enfoque que procuraremos analisar a indústria de sucos de frutas tropicais no estado do Ceará.

²²⁵ A tendência das pressões para redução das margens de lucros serem repassadas para trás, por parte dos segmentos que se encontram nas pontas dos Complexos Agroindustriais, bem como a ação do Estado na busca de soluções, é tratada por Graziano, embora tal autor não faça referências ao Sistema Agroindustrial de Alimentos, propriamente dito. Ver GRAZIANO DA SILVA, J. op. cit. p.262

CAPÍTULO V

DA INDÚSTRIA PROCESSADORA DE CASTANHA A INDÚSTRIA DE SUCOS DE FRUTAS TROPICAIS DO CEARÁ

Esse capítulo objetiva reconstituir o processo de formação e desenvolvimento do Complexo Agroindustrial de sucos de frutas tropicais no estado do Ceará. As raízes mais remotas da produção industrial de sucos são encontradas na constituição do segmento processador de sementes oleaginosas do estado, em particular nas atividades relacionadas a castanha de caju.

Nesse contexto, faz-se necessário buscar os aspectos histórico-econômicos mais importantes, relacionados as atividades agroindustriais de oleaginosas que, por sua vez, marcam a própria origem dos Complexos Agroindustriais do Estado.

A expansão da cultura algodoeira no final do século XIX proporciona um conjunto de mudanças importantes na economia nordestina e, em particular, no Ceará.

A despeito da guerra de Independência norte americana (1775 - 1783) já provocar um certo redirecionamento da indústria têxtil inglesa para o algodão nordestino, foi mesmo a guerra de

Secessão Americana (1861 - 1865) que permitiu o aumento expressivo da comercialização do algodão e o surgimento das atividades industriais têxteis, como atividade complementar a primeira, em toda região Nordeste.

Nesse novo cenário vivido pela região Nordeste, o Ceará se coloca na dianteira das exportações de algodão exigindo o esforço de seu governo no sentido de prover os incentivos necessários a expansão da referida atividade, melhorar a infra-estrutura, e as condições de escoamento do Estado.⁴

O rápido desenvolvimento das exportações de algodão a partir de uma demanda externa favorável, de um lado permite a organização das atividades têxteis nos moldes mais capitalista, e, do outro, representa a gênese do segmento industrial de oleaginosas no estado.

As usinas que surgiram, no último quartel do século XIX, além de beneficiarem o algodão como produto principal, se dedicavam a produção do óleo do caroço de algodão, resíduo e linter utilizado no fabrico de sabão por elas mesmas produzido, ao mesmo tempo em que controlavam o comércio interno e externo. Os usineiros reuniam, portanto, as funções de latifundiários,

⁴ O algodão do Ceará se destaca no Nordeste por conter fibras longas, parecido com o produzido no Sul dos Estados Unidos da América e se adaptar melhor às exigências da indústria têxtil inglesa.

proprietários de imóveis, grandes comerciantes e industriais.¹²

Apesar das primeiras usinas de óleo de caroço de algodão não atreladas às usinas de beneficiamento do algodão para exportação surgirem no início dos anos 20, a expansão do segmento de oleaginosas no estado só vai receber impulso expressivo nas décadas de 30 e 40, com a diversificação da produção de óleos de outras matérias-primas.

Coube à Brasil Oiticica S/A, empresa com participação de capital externo criada em 1934, desenvolver pioneiramente a técnica da produção e refinação de óleos de sementes de oiticica e mamona, e da castanha de caju, a partir da existência de matéria-prima abundante no Nordeste, principalmente no Ceará, e do controle dos canais de comercialização. A referida empresa contava ainda com os incentivos do governo federal destinados a produtos exportáveis e o apoio decisivo dos Estados Unidos, que impedido de importar o tradicional óleo tung da Europa, devido o bloqueio ocorrido com a 2ª guerra mundial, se volta para o Brasil a procura de matéria-prima substituta para continuar a mover a sua indústria, já sofisticada para a época.¹³

¹² ALMEIDA, M.1.R. A História da indústria de óleos vegetais no Ceará: 1900 - 1960 Fortaleza: UFC/Stylos Comunicações, 1988. p.50

¹³ Em ALMEIDA, M.1.R. já citado, pode ser encontrado um enfoque histórico sobre a fundação da Brasil Oiticica S/A e industrialização das sementes de oiticica no Ceará, precisamente no capítulo 2.

Quando o segmento de óleos vegetais se torna promissor, com a viabilidade do uso do óleo de oiticica na indústria de tintas e vernizes, e do óleo de mamona utilizado como combustíveis de aviões, tanques de guerra, etc, outras empresas se instalaram no ramo, entretanto, se limitaram apenas à produção de óleo bruto para venda à Brasil Oiticica, que tratava do refino e comercialização. Diante desse fato a Brasil Oiticica vai se colocando como uma empresa de organização administrativa, econômica e financeira singular confirmando ano a ano sua posição monopolista dentro do segmento.

Entre 1935 e 1941 a Brasil Oiticica exporta a maior parte da produção de óleos do Nordeste, chegando a porcentagens de 50% a 80% do total embarcado, o que comprova a expansão do segmento de óleos no Ceará, e a posição privilegiada dessa empresa na economia do estado.⁴

A partir da década de 40, a castanha de caju entra no circuito de comercialização no Brasil, sendo a extração do líquido da casca da castanha (LCC) o produto que vai estimular o aparecimento das empresas que utilizam o caju e, especialmente, a castanha como matéria-prima.

De fato, processo idêntico ao ocorrido com relação ao óleo Tung vai acontecer em relação ao LCC. Os EUA, principal

⁴ ALMEIDA, M.L.R. op. cit. p.101

mercado consumidor do referido produto, ficou impossibilitado de importá-lo da Índia (Ásia) e de Moçambique (África) devido mais uma vez a ação da Alemanha na 2ª guerra mundial, torpedeando os navios que trafegavam do oriente para a região ocidental, provocando assim, a escassez do produto no mercado norte americano.

O aumento substancial do preço do LCC, face a elevação da demanda nos EUA, além do pedido expresso daquele país à Brasil Cítrica S/A para produzi-lo impele esta empresa ao desenvolvimento de pesquisas simultâneas sobre a viabilidade da exploração da matéria-prima em escala comercial, bem como a produção de tecnologia adequada ao fabrico do produto em questão.

Naquele momento o LCC era muito utilizado como isolante para a fabricação de cabos de alta tensão, se apresentando como um produto essencial para a economia americana, exercendo posição estratégica no conflito bélico.

Com a constatação da existência de matéria-prima suficiente, a partir de uma população espontânea ou semi-espontânea de cajueiros, localizada nas zonas litorâneas e de transição, e de uma pequena população produzida nas pequenas e médias propriedades (principalmente em torno das residências e nos roçados de subsistências, com o objetivo de alimentar suínos, delimitar propriedades e sombrear áreas) em todo o Nordeste, a

Brasil Oiticica inicia a organização da compra de castanhas e a produção do LCC e do subproduto Amêndoa da Castanha de Caju (ACC) no ano de 1943.

A atividade agroindustrial do caju se torna tão importante naquele momento que uma produção extraordinária de um milhão de quilos de castanha de caju, produzida somente no Ceará, foi totalmente adquirida pela Brasil Oiticica, que já contava com um capacidade instalada para processar 4 milhões e meio de quilos de castanha por ano, precisando complementar a matéria-prima comprando a produção dos estados da Paraíba, Pernambuco e interior da Bahia.⁵

BCME-BIBLIOTECA

Com o fim da 2ª guerra mundial e, mais especificamente na década de 50, quando o comércio internacional se restabelece, cai substancialmente a demanda por LCC seguindo-se uma queda acentuada nos preços desse produto. De fato, o aumento da oferta provocada pela produção de LCC vindo de Moçambique, Índia e outros países, ao mesmo tempo em que outros óleos naturais e resinas sintéticas substitutas passam a ser utilizados, contribuem fundamentalmente para essa queda nos preços.

Entretanto, nesse momento a demanda externa por ACC, até então um sub-produto da castanha de caju, cresce de modo significativo, provocando a elevação dos preços e invertendo a

⁵ Ibid. p.115

situação existente. A partir daí a ACC, muito utilizada como aperitivo na forma torrada e salgada e como matéria-prima na indústria de embutidos, panificações, sorvetes, chocolatarias etc, passa a ser produzida em larga escala, assumindo a posição de "carro-chefe" da Agroindústria do caju, enquanto o LCC retroage a uma situação de produto secundário.

Até o fim dos anos 50 e início dos anos 60 a Brasil Oiticica S/A garante sua posição de monopólio, a despeito da simplicidade do processo tecnológico utilizado para a obtenção dos produtos do caju e da demanda internacional favorável. Tal situação deve-se ao fato daquela empresa continuar controlando os canais de comercialização, porquanto nenhuma empresa de porte suficiente pôde se instalar em condições de competir no mercado internacional.

Contudo, somam-se à demanda internacional crescente por ACC e às facilidades no processo tecnológico, um grande elenco de incentivos fiscais concedidos às plantações de cajueiros e a instalação e ampliação de empresas processadoras da castanha de caju, a partir da criação da SUDENE, que ao lado dos incentivos às exportações nacionais concedidos pelo governo federal vão contribuir para a rápida expansão do segmento. Essa afirmação fica devidamente comprovada com os resultados da pesquisa realizada pelo BNH, no ano de 1972, objetivando demonstrar a importância das atividades agroindustriais do caju, na região

Nordeste.

A partir dos dados divulgados no relatório final da pesquisa que ora nos referimos, complementados com as informações dos pareceres da Sudene (D1), apresentamos a tabela abaixo, contendo a relação das empresas beneficiadoras da castanha de caju existentes em 1972, as respectivas capacidades instaladas; e o total de projetos aprovados, ano de aprovação e finalidade, por cada empresa, localizada na região Nordeste.

Tabela 1

NORDESTE

Capacidade Instalada, Produção Efetiva e Projetos Aprovados pela SUDENE das Empresas que Beneficiam Castanha de Caju.

1972

EMPRESAS / ESTADO	ANO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA (tonel.)	ANO DE APROVAÇÃO DOS PROJETOS E FINALIDADE
CEARÁ			82.600	
Brasil Oiticica S/A - BOSA	1943	Fortaleza	10.000	1963 - Modernização 1964 - Modernização 1967 - Modernização 1968 - Modernização
Caju do Brasil S/A Agroindustrial CAJUBRAZ	1961	Pacajus	8.000	1967 - Ampliação 1969 - Complementação
Ind. Industrial de óleos do Nordeste - CIONE	1962	Fortaleza	7.500	1971 - Atualização 1967 - Ampliação 1971 - Ampliação

Tabela 1

NORDESTE

Capacidade Instalada, Produção Efetiva e Projetos Aprovados pela
SUDENE das Empresas que Beneficiam Castanha de Caju.

1972

(cont.)

EMPRESAS / ESTADO	ANO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA (tonel.)	ANO DE APROVAÇÃO DOS PROJETOS E FINALIDADE
4 Fortaleza Agroindustrial - FAISA	1966	Fortaleza	10.000	1968 - Implantação 1971 - Ampliação
5 Industria e Agricultura Castanha e óleos Ltda - IACOI	1966	Bela Cruz	3.500	1967 - Implantação 1970 - Ampliação
6 Cia Brasileira de Industrial. da Castanha de Caju - COBICA	1966	Fortaleza	4.000	1965 - Implantação 1967 - Outros 1968 - Outros 1970 - Ampliação
7 Oliveira Cavalcante & Cia - OLICAL	1966	Fortaleza	6.000	Nao Consta
8 Katu do Brasil S/A Agroindustrial	1967	Fortaleza	10.000	Nao Consta
9 Araújo & Alves - USINA LINDOYA	1968	Fortaleza	3.000	Nao Consta
10 Castanha de Caju do Norte - CAJUNORTE S/A	1968	Marco	2.000	Nao Consta
11 Casa Quirino Rodrigues S/A - Ind. Com. e Agricultura	1969	Sobral	3.500	Nao Consta
12 Indústria e Agricultura de Castanha do Nordeste Ltda - IACANORTE	1969	Acarau	1.000	Nao Consta
13 Exportadora Pontes Ltda	1969	Fortaleza	1.500	Nao Consta
14 Indústria Sobralense de Castanha de Caju S/A - INCASSA	1969	Sobral	3.000	1969 - Implantação 1970 - Complementação

Tabela 1

NORDESTE

Capacidade Instalada, Produção Efetiva e Projetos Aprovados pela
SUDENE das Empresas que Beneficiam Castanha de Caju.

1972

(cont.)

EMPRESAS / ESTADO	ANO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA (tonel.)	ANO DE APROVAÇÃO DOS PROJETOS E FINALIDADE
Cascavel Castanha de Caju Ltda - CASCAJU	1970	Cascavel	6.000	Nao Consta
Caucaia Industrial S/A - CAISA	1972	Caucaia	3.600	1968 - Implantação 1972 - Ampliação
PARAÍBA			2.900	
Castanha de Pilões Ltda	1969	Pilões	400	Nao Consta
CITROS - Cia. Industrial de Frutas	1971	João Pessoa	2.500	Nao Consta
PERNAMBUCO			2.500	
Indústrias Alimentícias Maguary S/A	1968	Bonito	2.500	1970 - Diversificar
ALAGOAS			2.000	
Caju Industrial de Alagoas S/A - CIASA	1968	Maceió	2.000	1966 - Implantação 1968 - Outros
TOTAL			90.000	

Fonte: BNB-FIENE. A Agroindústria do Caju no Nordeste - Situação Atual e Perspectivas. Fortaleza, 1973; e Pareceres da SUDENE (DI)

Obs: 1. O ano de início de funcionamento se refere ao período em que a firma começou a processar castanha.

2. No item Ano de Aprovação dos Projetos e Finalidade, a denominação "Outros" se refere a aprovação de projetos com as seguintes finalidades: Reinvestimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Adequação Técnica e Econômica da Empresa e Pagamento de Empréstimos de Longo Prazo. A denominação "Não Consta" se refere a não aprovação de projetos por parte da Sudene até o ano de 1972.
3. A diferença entre ano de início de funcionamento e aprovação de projetos de implantação (quando for o caso) se deve ao fato de algumas vezes a empresa já ter iniciado sua instalação com recursos próprios (no caso do projeto ser aprovado após o início de funcionamento). Quando o projeto é aprovado muito antes do início de funcionamento da empresa a explicação pode ser o atraso na liberação de recursos por parte da Sudene, o que sempre é acompanhado de uma complementação de verbas.
4. As empresas CUBICA e Exportadora Pontes S/A (localizadas no Ceará) e a CAPIL - Castanha de Pilões - (localizada na Paraíba) estavam com suas atividades paralizadas por ocasião da pesquisa.

Fm 1961, a Caju do Brasil S/A - Cajubraz - entra no mercado de beneficiamento da castanha de caju, se constituindo na segunda empresa importante desse ramo industrial e na primeira a iniciar as plantações organizadas de cajueiros no Ceará,⁴ rompendo uma hegemonia de quase 20 anos por parte da Brasil Otiticira S/A.

No ano de 1962 é instalada na cidade de Fortaleza a Cia. Industrial de óleos do Nordeste - CIONE - a terceira unidade

⁴ Na década de 50 se registram algumas iniciativas para implantação de cajueiros organizados com resultados pouco significativos. Um empresário planta aproximadamente 1.500 ha de 1954/1960. Em 1957 o governo promulga lei para conceder auxílios aos agricultores que plantassem mais 100 (cem) árvores. Ver BNH-UFENE. A Agroindústria do caju no Nordeste: situação atual e perspectivas. Fortaleza, 1973. p.67

processadora de castanha de caju do Estado. De 1966 a 1969, um curto espaço de quatro anos, registra-se a implantação de 11 empresas beneficiadoras de castanha no Ceará, e mais 3 em outros estados do Nordeste (1 em Pernambuco, 1 em Alagoas e 1 na Paraíba). No período de 1970/72 um total de 3 empresas são implantadas na região, cabendo ao Ceará adicionar mais 2 ao seu parque industrial, ficando a outra na Paraíba.

Pelas informações contidas na tabela 1 pode-se observar uma capacidade total de beneficiamento, para a região, de 90.000 ton/ano, na qual 91,8% está instalada no Ceará. Entretanto, no ano de 1972 foram beneficiadas apenas 49.100 toneladas, revelando uma capacidade ociosa de 45,5%. O Ceará processou no referido período 45.000 ton.⁷

Até novembro de 1972, 8 empresas cearenses processadoras de castanha estavam com projetos de ampliação já aprovados pela Sudene, em análise ou em elaboração,⁸ ao mesmo tempo em que 6 outras tentavam se instalar no estado, sendo elas a Camará Agroindustrial S/A (Pacajus), CIIPA - Cia. Industrial de Produtos Agrícolas (Fortaleza), Irmãos Fontenele S/A - Com. Ind. e

⁷ Ibid. p.39

⁸ As empresas eram: Brasil Oiticica S/A - BOSA, Casa Quirino Rodrigues S/A - Ind. Com. e Agricultura, Cascavel Castanhas de Caju Ltda - CASCAJU, Caucaia Industrial S/A - CAISA, Fortaleza Agro-Industrial S/A - FAISA, Indústria e Agricultura Castanhas e óleos - IACOI e Oliveira Cavalcante & Cia - OLICAL.

Agricultura e Katu do Brasil S/A - Agroindústria que já detinha uma fábrica operando em Fortaleza, e estava pleiteando a instalação de mais três unidades nos municípios de Itapipoca, Aracati e Pacajus.

As fábricas a serem implantadas aumentariam a capacidade instalada em 16.600 ton/ano, que somadas aos projetos de ampliação acresceria de 41.000 ton/ano a capacidade de processamento somente no estado do Ceará.⁹

A pesquisa constatou ainda, que um total de 40 empresas na região Nordeste, utilizavam como matéria-prima o caju (castanha e/ou pedúnculo). No Ceará das 16 empresas relacionadas na tabela 1, um total de 11 operavam apenas com a produção de ACC, e 4 produziam simultaneamente o ACC e o LCC, utilizando, naturalmente, apenas a castanha de caju como matéria-prima. Somente a Cajubraz integralizava a produção de derivados do caju, produzindo ACC e LCC a partir da castanha, e os sucos e doces provenientes do pseudo-fruto¹⁰ (processava também outras frutas: abacaxi, goiaba, banana, etc). Nenhuma empresa produzia apenas sucos, mas 4 delas produziam somente doces.¹¹

⁹ Ibid. p.46

¹⁰ A castanha é o fruto do cajueiro, e o pseudo-fruto é o termo utilizado para designar a parte carnosa do caju.

¹¹ As 4 empresas eram: Anpena - Antônio Pereira do Nascimento (Maranguape), Doce Serrano - Dídmo da Silva Braga (Maranguape), Doce Tabajara - Empresa Industrialização do Caju (Aracati) - esta havia iniciado sua produção com o suco de caju-

No Rio Grande do Norte 2 estabelecimentos produziam doce de caju e no estado da Paraíba, acrescidos às duas empresas produtoras de ACC e/ou LCC, estavam 3 unidades processadoras do pedúnculo. No mesmo período o estado de Pernambuco que só contava com a Maguary na relação das empresas processadoras de castanha na região, apresentava 11 empresas (inclusive a Maguary) trabalhando com o caju. Um total de 6 dessas empresas produziam apenas o suco de caju, 4 tinham somente doces compondo suas linhas de produção, e a já citada Maguary além de beneficiar a castanha produzia também o suco de caju.^{1º}

Com o elevado número de empresas beneficiadoras de castanha em apenas uma década, a escassez de matéria-prima para supri-las se torna uma consequência imediata, pressionando cada vez mais os preços da castanha para cima. Essa tendência na elevação dos preços da castanha somada aos incentivos financeiros ofertados pela Sudene, torna natural e imprescindível que uma onda de projetos (principalmente no Ceará) de pequenos, médios e grandes plantios organizados busque os canais de financiamento em toda a região.

Esse fato marca o início da exploração sistemática e racional do cajueiro, a partir do ano de 1968, quando um grande e finalmente a Doce Real - F. Oliveira Agro-Indústria e Com. Ltda (Fortaleza). Ver BNB-ETENE (1973) op. cit. p.41

^{1º} BNB-ETENE (1973) op. cit. p.41

número de industriais envolvidos com a produção de ACC e LCC, decididos a contar com suas próprias plantações, numa tentativa de reduzir a compra de castanha de terceiros, enviaram seus projetos de plantios para os órgãos financiadores. Também um grande número de pequenos e médios produtores tentaram iniciar e/ou ampliar suas plantações de cajueiros a partir da existência de programas de financiamento a eles destinado.

Entre as fontes de financiamento estavam a Sudene, Ancar e "Outros". A Sudene, pelas suas características e pelos requisitos por ela exigidos para aprovar um projeto, destina seus recursos, sobretudo, às grandes empresas. A Ancar não era propriamente um órgão financiador, ficando com o papel de elaborar os projetos e encaminhá-los para os bancos estatais com o pedido de financiamento, responsabilizando-se pela assistência técnica aos plantios. Os recursos adquiridos através da Ancar destinavam-se àqueles produtores que não teriam acesso aos recursos da Sudene. Na rubrica "Outros" estão incluídos os programas usuais de crédito rural dos bancos estaduais, do BNB, BB, e programas especiais do PROTERRA. Tais recursos também se destinam aos grandes plantios.

Até novembro de 1972, foram aprovados 796 projetos para plantações de cajueiros, envolvendo uma área de 182.311 ha, na região Nordeste. Dessa área, 115.621 ha (63,4%) destinava-se ao plantio organizado de cajueiros no Ceará. Os estados do Rio

Grande do Norte e Piauí participavam com 18,2% e 13,2%, respectivamente, da área total a ser plantada com cajueiros, e os 6% restantes ficaram divididos entre Maranhão, Bahia e Paraíba. Do total de hectares destinados as plantações de cajueiros na região, 44,2% foram analisados e aprovados pela Sudene, 46,3% tiveram como fonte financiadora as instituições pertencentes a rubrica "outros", e finalmente à Ancar-Bancos coube prover os recursos necessários para o plantio de 9,5% do total da área.¹³

O caráter de concentração da propriedade e da produção agrícola regional, também se faz presente nesse caso, no qual se registra a elevada importância dos grandes plantios em detrimento daqueles menores, porquanto um percentual de 96% do total do número de projetos aprovados para o plantio de cajueiros no Nordeste, estavam enquadrados na faixa até 500 ha, apropriando cerca de 8% da área total, para uma área média de 20 ha. Já os projetos com mais de 4.000 ha respondiam por apenas 1,3% do total de projetos aprovados, entretanto, representavam aproximadamente 68% da área total a ser utilizada.¹⁴

O crescimento vertiginoso do número de empresas, até fins de 1972, a exploração sistemática das plantações, além da

¹³ Ibid. p.71

¹⁴ Ibid. p.73

melhoria tecnológica¹⁵ (na qual a técnica completamente manual vai sendo substituída pela mecanizada) confere à indústria de castanha novas características revestidas de grande importância. As modificações ocorridas na referida indústria têm reflexos imediatos na elevação das exportações regionais de LCC e, principalmente de ACC,¹⁶ no volume de castanhas produzidas a nível da região, ao mesmo tempo em que vai possibilitar a diversificação das atividades das empresas que utilizam o caju como matéria-prima.

O desenvolvimento da indústria beneficiadora de castanha de caju no Nordeste e, especialmente, no Ceará, impulsionado pela ação da Sudene, na década de 70, proporciona a produção de sucos polposos de caju, em larga escala, destinado ao mercado extra-regional (Centro-Sul). A produção de suco de caju ocorre de início como uma atividade complementar das empresas produtoras de ACC e LCC, a fim de aproveitar o pedúnculo até então destruído, uma vez que os recursos para financiar os equipamentos necessários

¹⁵ Existem 2 sistemas principais de mecanização para o processamento de castanha: Oltremare de origem italiana e a Stutervant de origem inglesa. Em 1972 a OLICAL - Oliveira Cavalcante & Cia - comprou uma linha mecanizada de processamento de castanha na Inglaterra. Esses equipamentos foram copiados e melhorados para atender as necessidades da região, de forma que, a partir dessa data, o uso da mecanização no referido setor foi se generalizando, onde atualmente cerca de 80% das empresas utilizam a técnica completamente mecanizada, variante do sistema inglês.

¹⁶ As exportações de ACC e de LCC apresentam-se sempre crescente desde o ano de 1960, exceto para os anos em que as secas reduzem sensivelmente as safras.

a produção estavam disponíveis na Sudene. Esse fato pode ser comprovado numa segunda pesquisa realizada no ano de 1979 para constatação da relevância das atividades agroindustriais do caju na economia regional.¹⁷

A pesquisa em questão quase não encontrou modificações no parque processador de castanha, relativamente ao período de 1972. Das 16 empresas que constituíam a referida indústria na época da pesquisa do BNB (1973), tem-se que as empresas IACANDRE Ltda (Acarauá), Exportadora Pontes Ltda (Fortaleza) e a Katu do Brasil S/A (Fortaleza) estavam extintas. As filiais da Katu do Brasil em Itapipoca e Pacajus, cujos projetos de implantação haviam sido aprovados pela Sudene no ano de 1972, nunca chegaram a operar. A CIPA transfere sua fábrica de Fortaleza para Aracati incorporando a filial da Katu do Brasil nessa cidade. a COBICA continuava com sua produção paralisada, apesar de ter declarado estado de funcionamento normal a Sudene, em 1973. Também a Brasil Diticica S/A se encontrava com as atividades ligadas a castanha paralisada, e com sérios problemas econômico-administrativo-financeiros que culminaria com sua falência na metade dos anos 80. A Olival (Fortaleza) também estava com suas atividades paralisadas.

Substituindo as empresas paralisadas ou extintas, além

¹⁷ Ver LOPES NETO, A. A Agroindústria do caju no Nordeste e em outros países grandes produtores. BNB-UFENE. Fortaleza, 1981.

da já citada CIPA, tem-se a CISA - Caju Industrial S/A - antes Camará Agroindustrial - (Pacajus), a Iracema Indústria de Caju S/A (Fortaleza), Irmãos Fontenele S/A - Com. e Agric. (Fortaleza), Usina Curu Agropecuária e Industrial S/A (Caucaia) e a Comércio e Indústria de óleos Ltda - CIOL (Maracanau), Esta última instalada em 1973, produz apenas o LCC e outros óleos de diversas matérias-primas.

BCME-BIBLIOTECA

Em 1979, o Ceará já contava com uma capacidade instalada da ordem de 100.000 ton/ano, representando 87% da capacidade regional. Entretanto, apenas 16 empresas constituíam a indústria processadora de castanha no ano em questão (1979), ou seja, o mesmo número de estabelecimentos constatado no ano de 1972. Infere-se, assim, que a entrada de novas empresas na indústria correspondeu ao encerramento ou paralisação das atividades de outras empresas instaladas anteriormente.

O resto do Nordeste detinha 8 unidades produtoras de ACC e/ou LCC, sendo 2 no Piauí, 5 no Rio Grande do Norte e 1 em Alagoas. No que se refere a questão da capacidade ociosa, também não difere da situação encontrada por ocasião da pesquisa do BNB (1973), pois que se registra no ano de 1979 uma média de 64,5% de ociosidade nos equipamentos. Esse fato deve-se ao acréscimo de capacidade possibilitado pela Sudene, no período 1972/79, quando os plantios realizados no mesmo período ainda não estavam em idade produtiva.¹⁶

¹⁶ Ibid. p.60

todavia, no ano de 1979, grandes alterações são encontradas quando se considera a industrialização do pedúnculo em todo o Nordeste. A Cajubraz permanece integralizando a produção de derivados do caju. A Cascaju, Caisa e Usina Curu, grandes produtoras de ACC e LCC, respondendo, conjuntamente, por 32% da capacidade instalada no estado (32.000 ton/ano), incorporam a fabricação de sucos e doces nas suas linhas de produção.¹⁹ Das unidades produtivas industrializadoras do caju como um todo 3 têm plantações próprias: Cajubraz, Cione e Caisa.

A Maguary transfere sua fábrica de Bonito (PE) para a cidade de Aracati (CE), em 1974, deixando o beneficiamento de castanha, e se especializando na produção de sucos de frutas, das quais o caju é o principal. As empresas Agrotisa-Agroindustrial Iiririca Ltda (Pacajus), Marsa - Marvin Agroindustrial S/A (Caucaia), Produtos Alimentícios Jurema Ltda (Caucaia) e a Indústria de Alimentos e Bebidas Antártica do Ceará (Fortaleza)²⁰ são também empresas produtoras de sucos de caju, além de outras frutas, registradas pela pesquisa em questão. Um total de sete estabelecimentos produziam apenas doces

¹⁹ A Cione e a Usina Curu incorporam apenas os sucos de caju em suas linhas de produção. Já a Cascaju e a Caisa passam a produzir sucos e doces de caju.

²⁰ A Indústria de Alimentos e Bebidas Antártica do Ceará tem como linha de produtos principal os refrigerantes, entretanto, foi beneficiada pela Sudene com um projeto de implantação de uma linha de produção para sucos de frutas em 1975. Essa produção é utilizada como um bem intermediário necessário ao fabrico de refrigerantes da empresa em todo o país.

de caju e de outras frutas, sendo que uma delas - a Citia-Companhia Industrial de Liangá - estava equipada para produzir sucos de frutas, a partir dos recursos ofertados pela Sudene.^{#1}

Em 1979, nenhum outro estado do Nordeste (exceto o Ceará) contém unidades processadoras do pedúnculo, porquanto até Pernambuco que em 1972 contava com 11 unidades de processamento de doces e/ou sucos, não apresenta por ocasião da segunda pesquisa (LOPES NETO - 1981) nenhuma empresa com tais atividades; demonstrando, assim, que a "divisão regional do trabalho" no processamento de frutas tropicais, se faz respeitando a concentração local da matéria-prima que, em geral, apresenta um alto grau de perecibilidade, inviabilizando a transferência a longas distâncias.

Pode-se afirmar, então, que o segmento processador do pedúnculo do caju (sucos, doces, farinhas para rações, etc) no Brasil, está localizado fundamentalmente, no estado do Ceará, porquanto é o referido estado o maior produtor brasileiro de caju. O suco de caju representa cerca de 80% da produção total de sucos de frutas do estado, e o processamento de outras frutas

^{#1} As empresas produtoras de doces são: CBF - Cia Brasileira de Frutas (Uruburetama), Fábrica de doces Colmeia Ltda (Maranguape), F. Oliveira S/A - Com. Ind. e Agricultura - Doce Real (Fortaleza), Frutisa - Frutos Tropicais Industrializados S/A (Sobral), Estevão de Freitas (Pacajus) e a Citia (Liangá) que embora tenha uma linha de produção de sucos de frutas nunca chegou a operar, na qual os equipamentos estão a venda. Dessas empresas produtoras de doces tem-se que além da Citia, a Frutiza (2 projetos) e a Doce Real (3 projetos) são beneficiárias do F1NOR.

tropicais (maracujá, abacaxi, goiaba etc) ocorre para evitar a ociosidade dos equipamentos nas entressafras do caju. De acordo com os dados do IBGE, o Ceará produziu 24.166.000 litros de suco concentrado de caju, no ano de 1980, correspondendo a 80,3% da produção total dos principais sucos concentrados de frutas produzidos pelo estado (caju, abacaxi e maracujá). No mesmo ano (1980) o Ceará processou 5.904.000 litros de sucos concentrados de abacaxi e maracujá, conjuntamente.

Uma projeção realizada para os anos de 1985 e 1990, utilizando as informações do IBGE, considerando as participações de cada estado na produção de sucos de frutas na região, mostra a tendência de permanecer essa situação, porquanto registra uma produção de 104.093.000 litros de suco concentrado de caju, correspondendo a 82,95% da produção de sucos concentrados mais importantes do estado, em 1985. Para o ano de 1990 a projeção revela uma produção de 448.397.000 litros de sucos concentrado de caju, contra 100.250.000 litros de sucos concentrado de abacaxi e maracujá, conjuntamente.

O estado do Ceará lidera a produção de suco de caju no Nordeste, com uma participação nunca inferior a 80%, em relação a produção total da região. O fato mais interessante é que toda a produção de suco de caju da região Nordeste nunca excede ao aproveitamento de 3% a 5% do pedúnculo produzido na região. No ano de 1984, por exemplo, estima-se que a produção de suco de

caju aproveitou apenas 3,5% do pseudo-fruto produzido naquele ano,^{FR}

tal fato pode ser explicado pela impossibilidade da captação da matéria-prima, que se encontra dispersa em toda a região, particularmente no Ceará, onde as plantações ocorrem em maior escala. Portanto, nem o elevado custo de transporte, nem a grande perecibilidade do caju permitiria o aproveitamento integral dessa matéria-prima. Também a capacidade de absorção dos mercados constitui problemas à produção de suco de caju, porquanto o consumo desse suco se restringe ao mercado interno (região Centro-Sul), não tendo aceitação internacional devido a adstringência (ranço) um dos principais obstáculos a colocação do referido produto no exterior, a exemplo do que ocorre com os sucos de outras frutas.

CAPÍTULO VI

O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO CAJU NO CEARÁ

O termo Complexo Agroindustrial do Caju se refere ao conjunto de relações que se estabelecem entre as atividades industriais de processamento do caju (castanha e pedúnculo), e o segmento agrícola de plantações de cajueiros. Envolve, ainda, o processo de comercialização dessa matéria-prima (caju), bem como a distribuição das mercadorias dela derivadas. O ACC e o LCC provenientes da castanha, e os sucos e doces oriundos do pedúnculo, são os produtos mais importantes.

Entretanto, as várias empresas que fabricam produtos a partir do caju compõem indústrias distintas, participando, portanto, de mercados com estruturas e dinâmicas competitivas diferentes; que podem dividir o Complexo Agroindustrial do Caju em Complexos específicos, de acordo com o maior ou menor grau de integração entre atividades industriais processadoras da castanha e do pseudo-fruto e o segmento agrícola.

A análise da indústria de sucos de frutas tropicais no estado do Ceará, cuja primazia é conferida ao suco de caju, só tem sentido a partir da compreensão da indústria processadora de

castanha de caju¹ que a antecede. O crescimento e expansão da indústria de sucos de frutas tropicais no estado não se dá pelo fato das pequenas firmas artesanais, sobretudo aquelas que existiam antes da ação da Sudene, acumularem capital financeiro suficientemente necessário ao reinvestimento nas suas atividades. De fato, o que há é um processo de substituição da produção artesanal familiar pela produção em larga escala, num caráter de complementariedade bem definido entre a indústria processadora de castanha e a produção de sucos, que por sua vez encontram condições de expansão aceleradas a partir do apoio oferecido pela Sudene, na segunda metade dos anos 60.

O processo de formação da indústria de sucos de frutas no Ceará, se distingue daquele ocorrido no resto do Nordeste, onde as empresas processadoras de sucos normalmente não surgem no âmbito da complementariedade da produção de firmas componentes de outra indústria, embora os incentivos oriundos da Sudene sejam também decisivos na constituição dessas empresas produtoras de sucos nos demais estados da Região.

¹ O ACC e o LCC são mercadorias derivadas da castanha de caju utilizando a mesma base tecnológica. Os referidos produtos têm finalidades diferentes, ou seja, não são bens substitutos. Entretanto, estamos classificando ambos os produtos numa mesma indústria, porquanto são produzidos para o mercado internacional, participando, assim, da mesma estrutura competitiva. Ademais o ACC é o produto básico da indústria processadora de castanha, e o subproduto LCC constitui-se numa fase do beneficiamento da castanha de caju. O fluxograma de uma Fábrica de Beneficiamento de Castanha de Caju utilizando os processos semimecanizado e mecanizado pode ser observado em LOPES NETO, A. op. cit. p.67 e 68, respectivamente.

Portanto, esse capítulo tem como objetivo analisar a organização específica do Complexo Agroindustrial do Caju, supondo que na organização da produção dos derivados da castanha estão os elementos necessários à análise da indústria de suco de caju, e por extensão, da indústria de sucos de outras frutas tropicais, no estado do Ceará. Desse modo, serão observados aspectos tais como: suprimento de matéria-prima, tecnologia utilizada, absorção de mão de obra, comercialização de produtos, e estratégias de competição e crescimento dos segmentos industriais e agrícolas envolvidos neste Complexo.

6.1. A Indústria Cearense Processadora da Castanha de Caju

6.1.1 Características da Integração à Jusante

BCME-BIBLIOTECA

Desde o início a indústria processadora da castanha de caju, no estado do Ceará, se organiza para atender as exigências do mercado externo, quer com a produção de LCC no período da 2ª guerra mundial, quer com a produção de ACC a partir dos anos 60.²²

Os países importadores desses produtos são aqueles de mais elevada renda per-cápita, porquanto o ACC é considerado um

²² Fato idêntico ocorre com os demais países processadores da castanha de caju no mundo, pois que Índia, Moçambique, Tanzânia e Quênia (que ao lado do Brasil compõem a lista dos 5 maiores países produtores) têm suas produções organizadas para atender ao mercado externo, em especial, os países desenvolvidos.

bem de luxo, não participando, então, do consumo de populações de baixa renda. O LCC é um produto intermediário, com mais de 200 aplicações diferentes.³ Os Estados Unidos da América (USA) se constituem no principal importador de ACC produzido no Brasil, comprando regularmente quase 80% da produção nacional. Quanto ao LCC, são os Estados Unidos e o Reino Unido, os países que concentram parte substancial das patentes para sua industrialização e, portanto, os principais consumidores, absorvendo conjuntamente, em 1985, 87% das exportações brasileiras.⁴

Nesse sentido, as condições do mercado externo, principalmente a expansão da demanda, definirão em grande parte o padrão de crescimento dessa indústria. Entretanto, os grandes países importadores vêm apresentando condições para absorver quantidades crescentes dos referidos produtos, em especial da Amêndoa da Castanha de Caju sem casca (carro-chefe da indústria), a preços que vêm se elevando ano após ano, pressionados pela elevação da demanda internacional, como pode ser verificado na tabela 2.

³ O LCC, após um tratamento químico, é largamente utilizado na composição de germicidas, inseticidas, fungicidas, resinas, detergentes, vernizes, tintas, esmaltes, abrasivos, anti-oxidantes, revestimentos, isolantes elétricos, plastificantes para borracha, reveladores fotográficos, fixadores de perfumaria, guarnição de embreagem e lona de freio, etc.

⁴ FRANÇA, F.M.C. (1988) p.442

TABELA 2
 EXPORTAÇÕES

Preço Médio da Castanha de Caju sem casca

ANO	US\$/Kg
1972	1,23
1973	1,67
1974	1,95
1975	1,61
1976	1,90
1977	3,29
1978	3,05
1979	3,26
1980	4,80
1981	5,12
1982	3,92
1983	3,57
1984	4,48
1985	4,14
1986	5,00
1987	5,80

FONTE: Carex

Os preços dos produtos derivados da castanha, são, portanto, fixados pelo mercado, pois é o próprio volume de ACC e LCC demandado pelo mercado internacional que determina tais preços.

A exemplo do processo de formação dos Complexos Agroindustriais no Brasil, a constituição do Complexo Agroindustrial do Caju no Ceará encontra no Estado as condições internas de desenvolvimento. Os incentivos vindos da Sudene representam o elemento decisivo para a expansão do Complexo, tanto na constituição do parque fabril, quanto no incremento da

produção da matéria-prima de forma sistematizada. Também se deve às instituições governamentais, em particular a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - parte substancial do conhecimento técnico-agronômico sobre a cultura do cajueiro, de que se dispõe.

No que se refere a forma como se desenvolveu o parque fabril, tem-se que a produção de uma mercadoria para participar do mercado externo, dificilmente seria compatível com uma estrutura industrial onde a microempresa seja predominante, mesmo que o processamento de castanha por si só, seja possível a partir de um método artesanal, com um volume de investimento inicial significativamente pequeno.¹⁵

Na produção de alimentos, em geral o controle de qualidade exigido é muito mais complexo, relativamente a produtos não alimentares, pois que não abrange apenas as questões relacionadas com as preferências dos consumidores, envolvendo

¹⁵ No processo artesanal "apanhadores de castanha" adquirem a matéria-prima e vendem a famílias residentes nas proximidades dos sítios e/ou fazendas, de onde a castanha é originária. O equipamento utilizado se constitui, basicamente, de uma folha de flandre (lata de querosene de 20 litros cortada ao meio) perfurada e colocada sobre pedras ou tijolos (trempe), e material carburente. Normalmente o assamento da castanha se inicia pela manhã, vindo a seguir as fases de resfriamento quebra e retirada da película. O rendimento médio obtido é de cerca de 80% de amêndoas inteiras. A produção dos assadores se destina à venda em feiras livres, mercados públicos e ambulantes existentes no litoral do Nordeste. Ver. CEPA-CE. Análise de custos e receitas na produção e no beneficiamento da castanha de caju. Fortaleza, 1989, p.12/13

aspectos objetivos por demais importantes, no que diz respeito aos padrões de higiene e saúde.

A produção de ACC em larga escala, utilizando equipamentos de melhor qualidade, pelo menos na fase final do processo, são requisitos necessários para colocação do produto no exterior, sendo possível com uma técnica semi-mecanizada, a partir de uma quantidade substancial de mão de obra requisitada, mas nunca com técnica estritamente artesanal.

Desse modo, coube a Sudene acionar os mecanismos que garantiram a formação dessa indústria, com as características adequadas à produção de mercadorias com padrão para realização no mercado externo. As 16 empresas que constituíam o parque industrial processador de castanha, no ano de 1972, deviam a Sudene se não sua implantação, pelo menos suas condições de ampliação e sobrevivência.

O menor projeto aprovado pela Sudene para implantar uma empresa, no período de formação da referida indústria, continha uma capacidade instalada para processar cerca de 2.000 toneladas de castanha por ano, configurando-se numa empresa de porte significativo. As grandes empresas já detinham uma capacidade instalada variando entre 8.000 a 10.000 ton/ano.⁴

⁴ BNB (1973) op. cit. p.39 e 46

Diante do elevado porte das empresas instaladas ou em implantação, o volume de matéria-prima até então produzido não seria suficiente para fazer face às exigências da indústria.

O incremento da produção interna de castanha, principalmente daquela oriunda do cajueiro nativo,⁷ exige um período relativamente longo, porquanto o cajueiro só inicia o seu ciclo produtivo a partir do terceiro ano de vida, aumentando sua produção ano a ano, estabilizando-se entre o oitavo e o décimo ano. Ademais o aumento da quantidade de castanha produzida só se verifica através das grandes extensões de áreas plantadas, devido a baixa produtividade do cajueiro por área, que por sua vez decorre da forma como se efetua as plantações.

O plantio de cajueiros se faz a partir da própria castanha, selecionada pelo tamanho, e enterrada no solo, em espaçamentos que variam de 10 X 10 até 20 X 20 metros entre plantas. A castanha é sempre plantada no início do inverno. No momento em que começa a estação seca, a planta recém-nascida interrompe seu crescimento até o próximo inverno, reiniciando-o posteriormente (nas próximas estações chuvosas) com a perda de grande porcentagem de plantas.⁸ Por essa razão, os pomares da

⁷ O termo cajueiro nativo se refere a espécie *Anacardium occidentale* L., talvez originária da própria região Nordeste. Distingue-se dessa espécie, o cajueiro anão precoce obtido em laboratórios através dos sistemas de enxertos.

⁸ BONASPE111, F. O Caju do futuro; Pomares industriais. Fortaleza, 1987.

região são constituídos por alta frequência de plantas com baixa produtividade ou mesmo improdutivas, com índices variando entre 30% e 50%, que somente contribuem para reduzir a produtividade total e aumentar os custos dos pomares.*

Novamente coube à Sudene proporcionar os meios de expansão da matéria-prima, através do financiamento a pequenos, médios e, principalmente, grandes plantios sistematizados, a partir dos anos 70, que poderiam garantir o funcionamento pleno das empresas, na década posterior (anos 80), quando as plantações atingissem a sua produção máxima.

Entretanto, o excesso de capacidade das plantas tem sido uma característica dessa indústria, desde o princípio de sua formação quando a Brasil Oiticica S/A se instala para processar 4.500 toneladas de castanhas por ano, para uma produção estadual de 1.500 ton/ano. No ano de 1972, após o surto de implantações que ocorreu no período 1961/1971, se registra uma capacidade ociosa média de 45,5%.

Contudo, a indústria de castanha continuou a se expandir, se não pela instalação de novas empresas, que passa a ocorrer num ritmo menor, pelo menos pela ampliação da capacidade instalada, apoiada no esquema de financiamento mantido pela

* EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa do Caju - CNPCa. Caju - informativo, Ano 1, nº 1, nov./1988

Sudene, apresentando em 1979 um índice de aproximadamente 64,5% de ociosidade nos equipamentos, muito maior que o registrado no ano de 1972.

Para viabilizar a oferta de castanha, compatível com a crescente demanda por essa matéria-prima, seria necessário a expansão das áreas plantadas e/ou um gasto volumoso e contínuo em pesquisas agronômicas objetivando melhorar a produtividade do cajueiro.

Entretanto, à medida em que novas áreas fossem requeridas para os plantios organizados de cajueiros, o preço da terra tenderia a se elevar significativamente, onerando sobremaneira os custos de produção. Por outro lado, as pesquisas agronômicas elaboradas ao longo do tempo, têm sido insuficientes e ineficazes no sentido de proporcionar novas feições às plantações de cajueiros.

De acordo com Lopes Neto (1981), até 1973 as pesquisas sobre o comportamento da cultura do cajueiro eram realizadas na sua quase totalidade pelo Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Nordeste (IPEANE) em sua estação experimental de Parajus (CE). Alguns esforços isolados e sem continuidade, no sentido de conhecer as características da cultura em questão, eram realizados pela SUDNEC - Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, IPA - Instituto de Pesquisa Agronômica de

Pernambuco, Instituto Biológico da Bahia, EPACE - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará, NUTEC - Núcleo de Tecnologia do Ceará e alguns trabalhos da Escola de Agronomia da UFC e de outros departamentos dessa Universidade.

Nem os trabalhos organizados pelo IPEANE, muito menos aqueles de caráter isolado puderam redundar em técnicas que possibilitassem o aumento da produtividade do cajueiro e o controle das pragas e doenças, capazes de serem utilizadas com eficácia na grande expansão das plantações organizadas a partir de 1972.

Em 1973 o governo federal cria a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - com o objetivo principal de realizar pesquisas tecnológicas e proporcionar a sua difusão no interior do setor agrícola, a fim de dar suporte ao processo de modernização agropecuária que se processava em todo o país.

No Ceará cabe à Embrapa a tentativa de centralizar e sistematizar os estudos com o cajueiro utilizando a estação experimental de Pacajus, antes sob o controle do IPEANE. Não obstante a falta de técnicos e a escassez dos recursos (os mesmos empecílios enfrentados pelo IPEANE) serem também os principais problemas da Embrapa, diversas pesquisas envolvendo sistemas de plantio de cajueiros, doenças e pragas, aproveitamento industrial do caju, entre outras, encontram-se em distintas fases de

execução, no período de 1973/1983.^{1º}

Em 1983 a Embrapa inicia uma série de reuniões com pesquisadores, técnicos, administradores, empresários e outros interessados, no sentido de criar um Programa Nacional de Pesquisas do Caju. No entanto, esse programa mais efetivo só veio a ser posto em ação com a criação do Centro Nacional de Pesquisa do Caju - CNPCA, unidade descentralizada da Embrapa, através de Deliberação nº 009/87 de 17/04/87, para coordenar e executar em âmbito nacional atividades de investigação científica, visando identificar e solucionar os problemas que limitam o desenvolvimento racional do Complexo Agroindustrial do Caju, em todos os seus aspectos.

Atualmente as pesquisas com o melhoramento genético do cajueiro se voltam para a espécie anão precoce, uma variedade de pequeno porte, possibilitando a colheita do fruto ao invés da apanha após sua queda no solo, e que inicia sua produção logo no primeiro ano de vida.

Contudo, ainda há muitas questões a serem solucionadas, como por exemplo, o aumento do tamanho da castanha do cajueiro anão. De fato, o tamanho da castanha é fundamental e, embora as empresas estejam preparadas tecnologicamente para processar

^{1º} EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, A Indústria do caju - sua importância no Brasil e no Mundo. Brasília: EMBRAPA, 1983. 42p. (mimiografado)

castanhas de inúmeros tamanhos, são as maiores castanhas que proporcionam as grandes amêndoas e de melhor qualidade, portanto, obtendo os preços mais importantes no mercado externo. A grande castanha também é responsável pela maior quantidade de LCC, dado que a amêndoa constitui cerca de 23% do peso da castanha e o LCC 18%¹¹.

A produção das mudas em viveiros do cajueiro anão

¹¹ A castanha "in natura" é classificada de acordo com seu tamanho em:

- i) Grande - pesando em média 14,8g, contendo aproximadamente 90 frutos por 1 quilograma;
- ii) Média - pesando em média 9,7g, contendo cerca de 91 a 140 frutos por 1 quilograma;
- iii) Pequena - pesando em média 7,4g, contendo cerca de 141 a 220 frutos por 1 quilograma;
- iv) Miúda - pesando em média 4,5g, e que contém entre 221 e 300 frutos por 1 quilograma; e finalmente a
- v) Cajuí - pesando em média 2,3g, contendo mais de 300 frutos por 1 quilograma.

As amêndoas são classificadas pelas empresas beneficiadoras em 11 (onze) tipos, de acordo com o tamanho e a integridade física destas (se é inteira, quebrada, muito quebrada, ou se apresenta broques, etc). Os tipos de amêndoas são:

- i) Inteira Super Especial - SI.W (Special Large Whole);
- ii) Inteira Especial - LW (Large Whole);
- iii) Inteira - W (Whole);
- iv) Inteira Pequena - SW (Small Whole);
- v) Inteira Misturadas;
- vi) Bandas - S (Splits);
- vii) Batoques - B (Butts);
- viii) Pedacos - P (Pieces);
- ix) Grânulas - G;
- x) Xerém - X;
- xi) Farinha - Ft.

De acordo com a cor (que varia desde a alva marfim-pálido até a creme e/ou brevemente tostadas) as amêndoas recebem diferentes números índices. Por exemplo, a amêndoa classificada como SI.W1 apresenta o maior tamanho entre as demais, perfeita integridade física, e cor mais alva, portanto, alcança os melhores preços nos Estados Unidos, principal mercado consumidor. Ver: SOARES, J.B. op. cit. p.149/150/151.

precoce, a partir de sementes oriundas de clones devidamente conhecidos, aliada às técnicas de plantios com espaçamentos suficientes para se trabalhar com máquinas agrícolas especializadas (tais como: tratores, máquinas para poda e pulverização, máquinas para colhetas, entre outras) seria de grande importância no aumento da produtividade do cajueiro.

Alguns produtores já estão utilizando pequenas partes de suas terras com mudas de cajueiro anão precoce. Mas, além da espécie ainda não contar com o apoio dos produtores em geral, o próprio CNPCa não dispõe de um número suficiente de mudas para comercialização com os agricultores. Percebe-se, assim, que o cajueiro anão precoce constitui-se numa espécie alternativa para o futuro, se houver continuidade nos estudos que ora (anos 80) se iniciam.

Realmente, as pesquisas realizadas com a espécie em questão que, segundo informações dos técnicos do CNPCa, estão transcorrendo num ritmo normal, ainda se ressentem de informações fundamentais, como por exemplo: grau de resistência a escassez de chuvas (muito comum no Ceará), e as pragas e doenças. Também, deverão ser resolvidas as questões já abordadas, que se relacionam com o pequeno tamanho da castanha, e a produção em número adequado de mudas para atender aos interesses dos plantadores.

Quanto ao cajueiro nativo, a escassez de pesquisas para o conhecimento dessa cultura, tem determinado além da baixa produtividade, sua exposição a toda sorte de doenças e pragas. Ainda não se conseguiu de antemão o espaçamento ideal para essa espécie, pois que a distância de 10 metros entre plantas, bastante utilizada nas plantações de cajueiros do Ceará, tem apresentado um grau de sombreamento que impede o processo de floração natural da planta. A cultura organizada do cajueiro tem aproximadamente 20 anos, todavia, ao longo desse tempo os esforços do governo não foram suficientes, para conhecer as características técnica-agronômicas e genéticas dessa cultura.

Na segunda metade dos anos 80, a escassez de terras para plantios organizados de cajueiros no Ceará, e o desconhecimento relativamente significativo dessa cultura, impedindo o incremento da produção de castanhas, no curto prazo, pela melhoria da produtividade, adicionados aos recursos fornecidos pela Sudene, principalmente aqueles destinados ao reflorestamento, têm estimulado aos produtores do estado a plantarem o cajueiro nativo nos mesmos moldes das décadas anteriores, numa área formidável que ainda se encontra a disposição no estado do Piauí.

Do que foi exposto percebe-se que a crescente capacidade de absorção dos produtos derivados da castanha de caju por parte do mercado internacional e, principalmente, os

incentivos financeiros ofertados pela Sudene com a finalidade de implantar, ampliar e modernizar as empresas processadoras, bem como aqueles destinados ao incremento das plantações de cajueiros, respondem pelo desenvolvimento da indústria produtora de ACC e ICC, ao longo de duas décadas (décadas de 70 e 80).

Em 1988 a indústria processadora de castanha de caju do estado do Ceará constituía-se de 21 empresas, com capacidade instalada para beneficiar 251.769 ton/ano.^{1º} A produção de castanhas do Nordeste, no mesmo ano, foi estimada em 133.319 toneladas. Se toda a produção de castanha da região fluísse para o estado do Ceará, ainda seria insuficiente para suprir plenamente a indústria desse estado da referida matéria-prima.

De acordo com informações da CEPA-CE (1988) a referida indústria do Ceará processou cerca de 120.000 toneladas de castanha em 1988, registrando um índice de 52,34% de ociosidade nos equipamentos, uma tendência que caracteriza essa indústria cearense desde o final dos anos 60.

Do total de empresas instaladas, aproximadamente 80% utilizam o processo mecanizado, que difere do semi-mecanizado

^{1º} Ao lado dessas 21 empresas há um grande número de pequenos beneficiadores que processam o produto artesanalmente (nos moldes já discutidos na nota de rodapé nº 5 desse capítulo), sem registros na Junta Comercial ou outros órgãos competentes, produzindo para o consumo final - no próprio mercado interno - sem qualquer acesso ao mercado externo, nem aos mecanismos de financiamento da Sudene que possa proporcionar o seu crescimento.

(largamente utilizado até a primeira metade da década de 70) principalmente no sistema de descorticação ou quebra da castanha. No sistema semi-mecanizado a castanha recebe um tratamento térmico com vapor em autoclaves, sendo em seguida cortada ao meio numa máquina de operação manual, manuseiada normalmente por duas operárias (uma cortadeira e outra tiradeira). Esse processo necessita de um volume muito significativo de mão de obra, mas que proporciona um maior índice de amêndoas interias e, portanto, de preços mais elevados no mercado internacional.

No sistema mecanizado a castanha é imersa em LCC quente e quebrada por força centrífuga contra uma superfície metálica. Essa operação mecânica que praticamente não utiliza operários, apresenta maior rapidez na descorticação, mas proporciona também uma maior quantidade de amêndoas quebradas.

A CIONL - Cia. Industrial de óleos do Nordeste, empresa de elevado porte, utiliza somente o processo semi-mecanizado, viabilizado por ser uma das maiores plantadoras de caju e por manter uma fábrica de pré-processamento junto as plantações.

Além disso, a referida empresa conserva na própria fazenda um grande contingente de mão de obra, formando uma verdadeira "cidade". As famílias residem nas casas construídas no interior da fazenda, tendo todos os seus membros (casal e filhos de todas as idades) comprometidos no revezamento entre as

atividades de limpa dos plantios, apanha de castanhas e pré-processamento (quebra manual da castanha), entre outras.

A remuneração é calculada de acordo com a produtividade de cada integrante da família, ou seja, em função da quantidade de castanhas apanhadas, descorticadas e/ou do número de hectares limpos. No caso da operação de descorticação da castanha, na maioria das vezes o volume de castanhas "quebradas" por uma pessoa, no decorrer de um mês, não é suficiente para garantir-lhe o "salário mínimo"¹⁹ devido o grande número de castanhas pequenas e, portanto, de difícil descorticação com a maquinaria manual.

A esse respeito um dos diretores da Cajuhraz afirma que, no momento em que a produção de castanhas puder se expandir as empresas mecanizadas e, portanto, de mais rápido processamento vão ganhar vantagem na compra dessa matéria-prima. Além disso, o sistema manual de descorticação da castanha é bastante primitivo, levando ao envelhecimento precoce as pessoas nele envolvidos.

Contudo, a castanha não é uma matéria-prima perecível, o que nos leva a pensar que, enquanto o contingente de mão de obra puder ser mantido pela fazenda em questão, essa empresa não

¹⁹ Informações obtidas numa entrevista realizada com várias operárias que descorticam manualmente a castanha de caju na CIONE, em outubro de 1989.

terá problemas com o processamento, dado que ela tem uma grande capacidade de armazenamento, podendo comprar quantidades por demais significativas. Quanto a questão do grande desgaste físico que se submete a mão de obra, de que fala o diretor da Cajubraz, preferimos acreditar que a cidade de Pacajus (CE) (onde se localiza a Cajubraz) já dispõe atualmente de um certo número de atividades econômicas alternativas, o que dificulta a requisição de mão de obra em tão grande magnitude, a baixos salários, para uma atividade relativamente especializada e que necessita de um treinamento inicial (como é o caso da descorticagem).

Ademais temos razões para acreditar que a maioria das empresas processadoras de castanhas do Ceará usa simultaneamente os processos mecanizado e semi-mecanizado. Caso contrário, se 80% dessas empresas utilizassem apenas o sistema mecanizado, não se justificaria o elevado número de mão de obra verificada na indústria em questão, mesmo considerando que as operações que se seguem à descorticagem são relativamente idênticas em ambos os sistemas (mecanizado e semi-mecanizado), e absorvem quantidades substantivas de mão de obra, especialmente nas atividades de limpeza manual das amêndoas (onde são retiradas aquelas que continuam com a película, as brocadas, etc) e na seleção e classificação destas.

O Cadastro Industrial elaborado para o ano de 1989, com informações atualizadas até dezembro de 1988, registra 19

estabelecimentos processadores de castanha de caju, empregando conjuntamente cerca de 16.500 pessoas.¹⁴

Confirmando nossa afirmação, o gerente industrial da empresa Irmãos Fontenele S/A - Com. Ind. e Agricultura (Fortaleza) revela que a referida empresa comporta simultaneamente duas plantas, uma de corte manual e a outra de corte automático, ocupando ao todo cerca de 2.000 operários.

Para se ter uma idéia, a Iracema Indústria de Caju S/A (matriz) e sua filial e a Jati Indústria de Caju S/A, três grandes estabelecimentos do ramo pertencentes a um mesmo grupo multinacional, são empresas que se dizem completamente mecanizadas, entretanto, empregam 3.631 operários, ou seja, 22% da mão de obra empregada diretamente na produção de toda a indústria.¹⁵

Existe um certo número de empresas fabricantes de

¹⁴ Nesse número de 16.500 operários, não estão computadas as pessoas que trabalham nas plantações, exceto no caso onde há revésamento da mão de obra entre as operações de processamento da castanha e os tratos culturais efetuados nos cajueirais, como se registra na CIONE. Além disso, as plantações de cajueiros geram um número muito pequeno de empregos permanentes, porquanto apenas alguns operários são mantidos durante o ano todo, executando a limpeza do terreno, mas a parte substancial da mão de obra é contratada de forma temporária, no período da colheita, isto é, nos meses de setembro a janeiro.

¹⁵ O referido grupo não proporciona o acesso de visitantes de qualquer natureza (seja membros da imprensa ou pesquisadores) às suas fábricas de castanhas.

maquinarias para processamento da castanha, mesmo no Nordeste. Além disso, determinados equipamentos são tão simples que são produzidos pela própria empresa processadora, como informa o gerente industrial da Irmãos Fontenele S/A. Deste modo, conclui-se que a tecnologia utilizada não põe obstáculos à entrada de novas firmas, porquanto não parece haver segredos tecnológicos no processamento de castanhas. O processo tecnológico semi-mecanizado e o mecanizado derivado do sistema inglês se encontram bastante difundidos na indústria de ACC e LCC.

As razões que limitam a expansão da indústria processadora de castanha de caju no estado do Ceará, não estão relacionadas, então, com as dificuldades tecnológicas, aquisição de mão de obra, falta de recursos para investimento, ou mesmo com a escassez de demanda. Contudo, tanto o número de entradas de novas firmas, quanto o número de paralisações temporárias ou retiradas definitivas, tem sido bastante elevado.

No Ceará uma nova empresa - Cia. Agroindústria São José CAPESSÉ (Russas), beneficiária da Sudene, concluiu, no final do ano passado (1989), as instalações de sua fábrica que ainda não foi possível começar a operar. Segundo informações dos dirigentes da empresa, tal fato deve-se a falta de matéria-prima suficiente, pois que os 3.500 hectares plantados com cajueiros, pertencentes a referida empresa, não são suficientes para atender à sua capacidade instalada.

No resto do Nordeste a Sudene continua aprovando projetos para implantação de novas fábricas processadoras de castanhas, como ocorreu com a Cajufrutos Agroindustrial S/A (Ribeiro Gonçalves - PI) e a CIP - Castanha Industrial do Piauí S/A (Teresina - PI), cujos projetos de implantação foram aprovados por esse órgão no ano de 1986.

Como vimos a produção nordestina de castanhas não é suficiente para atender a capacidade de processamento instalada no estado do Ceará. Também é inviável importar castanha do resto de mundo, a exemplo do que ocorreu na primeira metade dos anos 80. Os países maiores produtores (Índia, Moçambique, Quênia e Tanzânia) dispõem, atualmente, de um parque de processamento que envolve quase o total da produção. Obviamente, restam apenas castanhas de menor qualidade a serem exportadas, e que ainda vão ser encarecidas pelos custos de transportes.

Apesar das plantações de cajuciros que vêm ocorrendo em extensas áreas no Piauí, por parte de algumas grandes empresas cearenses (CLONE, CAISA e IRMÃOS FONTENELE), com recursos da Sudene através do FISLT - Reflorestamento e, em menor escala, do FINOR, o índice de capacidade ociosa da indústria em questão é tão elevado que somente uma produção muito grande de castanha poderia solucionar.

Com o objetivo de avaliar a distribuição da área

plantada com cajueiros no estado de Ceará, segundo os tipos de estabelecimentos, a CFPA-CE (1988) considera a seguinte tipologia dos estabelecimentos:

- i) Agroindústria - unidade processadora da castanha;
- ii) Empresas Agropecuárias - unidades responsáveis por grandes plantações de cajueiros, mas que não processa a matéria-prima. Neste item estão os grandes produtores agrícolas, beneficiados com os recursos do FLSF1, destinados ao reflorestamento; e os
- iii) Produtores - neste item está incluído uma gama considerável de pequenos produtores, que na sua maior parte associam-se aos plantios não sistematizados, e com a ausência dos tratamentos culturais necessários a melhora da produtividade da planta.

De acordo com as informações da CEPA-CE (1988) a Agroindústria detém apenas 11,5% do total de plantios (30.106 ha). As Empresas Agropecuárias participam com 28,3% (74.050 ha) da área plantada, e os produtores independentes são responsáveis por 157.355 ha de plantios, equivalente a 60,2% do total de 261.511 ha plantados com cajueiros, no estado do Ceará.¹⁴

Diante da escassez da matéria-prima para a capacidade de processamento existente e, principalmente da falta de controle dos produtores agroindustriais sobre esta, dado o baixo índice de

¹⁴ CFPA-CE (1988) op. cit. p.20

verticalização que ocorre na referida indústria, deveria se esperar um preço razoavelmente alto pago pela castanha "in natura" ao produtor. Todavia, a presença de uma cadeia de intermediários no sistema de comercialização tem impedido que essa situação ocorra. Tal cadeia de intermediação encontra dificuldades de pressionar, em grande magnitude, às empresas processadoras (com características de oligopólio), direcionando, assim, seus mecanismos de pressão, para manter sua margem de lucro, aos pequenos produtores.

Os preços da matéria-prima, apesar de se associarem em última instância com os preços finais do ACC e LCC, têm no processo de comercialização interna da castanha "in natura", envolvendo a presença maciça dos intermediários, uma explicação decisiva.

BCME-BIBLIOTECA

A comercialização interna da castanha de caju abrange fluxos de vendas muito complexos. O primeiro fluxo compreende aquele onde a castanha é vendida diretamente às empresas beneficiadoras, sendo excluída a participação dos intermediários. Tal fluxo envolve, os médios e grandes produtores (na maioria dos casos, também proprietários) de plantios organizados, mediante um contrato de compra e venda, na qual a empresa processadora garante o abastecimento, ao mesmo tempo em que os produtores obtêm um preço mais alto.

O segundo fluxo inclui três agentes: produtores, grandes atacadistas e industriais. Os atacadistas normalmente possuem grandes armazéns, elevado capital de giro, e caminhões para transporte da matéria-prima. Compram enormes quantidades de castanha e negociam diretamente com os empresários do setor mediante contratos de compra e venda.

O terceiro fluxo de comercialização, no qual se encontra parte substancial da castanha negociada pelos pequenos produtores, é por demais complexo. Esse fluxo envolve produtores, atacadistas do interior e/ou pequenos intermediários do interior, grandes atacadistas urbanos e empresas processadoras. Os pequenos produtores, normalmente proprietários de plantios não organizados, vendem a castanha apanhada diariamente ou por semana aos corretores do interior, que em geral não possuem armazéns nem transportes. Esses corretores ou intermediários do interior transferem a matéria-prima para os atacadistas do interior, que geralmente possuem armazéns e caminhões próprios, e repassam a castanha para os grandes atacadistas urbanos. Finalmente, os atacadistas urbanos levam a referida matéria-prima até a indústria.¹⁷

Dado que os pequenos plantios não sistematizados de cajueiros compõem 60,2% da área total ocupada com essa cultura,

¹⁷ FRANÇA, F.M.C. (1988) op. cit. p.428 e LOPES NETO, A. op. cit. p.57

registra-se o domínio do terceiro fluxo de comercialização da castanha, e o conseqüente grau elevado de vulnerabilidade dos pequenos produtores, que não possuem poder de barganha para impor preços melhores, ou mesmo esperar um período melhor para venda. Os preços pagos pela castanha "in natura" aos pequenos produtores são tão baixos, que muitas vezes desestimulam a apanha dessa matéria-prima, concorrendo para diminuir a sua oferta. Sempre que, por alguma razão, esses preços se elevam pode se verificar o aumento da área colhida, no qual não deve ser confundido com uma safra maior, relacionada com a expansão das plantações ou da produtividade dos cajueiros.

No complicado processo de comercialização interna da castanha de caju, os empresários que industrializam essa matéria-prima, normalmente, financiam sua compra com uma antecipação de 3 ou 4 meses, em relação ao início da safra, que ocorre a partir de setembro. O financiamento é feito aos corretores de confiança dos dirigentes das empresas beneficiadoras, que por sua vez, efetuam adiantamento aos produtores ou outros intermediários. O volume do adiantamento depende da previsão da safra, e da confiança depositada pelos empresários nos corretores. Por essa razão, o presidente da COBICA afirma que tal sistema de comercialização envolve alto risco para os empresários, tanto em relação a safra estimada como na quantia adiantada aos corretores.

A safra prevista pode não ocorrer, estando sujeita as

vicissitudes do clima, bem como a presença de pragas e doenças inesperadas. Quanto ao dinheiro adiantado, sua garantia está na honestidade dos corretores, comprovada por vários anos de transação nesse mercado.

Também o preço da castanha não fica definido por ocasião dos adiantamentos realizados, podendo oscilar em função do maior ou menor volume da safra e da especulação dos corretores. Cada corretor, que normalmente recebe financiamento de vários empresários, em geral inicia a entrega de matéria-prima por aqueles que participaram com os maiores adiantamentos, conseguindo na maioria das vezes elevar o preço da castanha, porquanto as demais empresas tendem a complementar o financiamento inicial. A comercialização de castanhas assume um caráter de verdadeiro "leilão", onde as empresas dispostas a pagar o melhor preço podem comprar toda a matéria-prima de que necessitam, de acordo com as capacidades de armazenagem e processamento.^{1º}

As grandes empresas com maior capital de giro devem apresentar as condições necessárias para participar mais efetivamente desses "leilões" de matérias-primas, garantindo, assim, sua participação no mercado.

^{1º} LOPES NETO, A. op. cit. p.57 e Entrevista realizada com o presidente da COBICA em 1988.

6.1.2 Organização da Indústria Processadora de Castanha - Tipo de Complexo Agroindustrial que Conformam.

Como vimos o Complexo Agroindustrial de derivados da castanha no Ceará, recebeu grande impulso no período 1965/1975, incluindo aí a expansão do número de empresas e das áreas plantadas.

No que se refere ao tipo de competição predominante no interior da indústria, nem a concorrência por corte de preços, nem a competição por diferenciação de produtos são possíveis às mercadorias derivadas da castanha - ACC e LCC - por suas características e forma de organização do mercado.

As vendas de ACC - produto principal - se fazem em grandes tambores, numa classificação de qualidade bem definida (envolvendo tamanho, cor, peso, amêndoas inteiras e quebradas, grau de quebra etc), diretamente aos países importadores, que por sua vez se encarregam de reprocessá-las.

Um produto que por si só não apresenta vocação para diferenciação, aliás como a maioria dos produtos alimentares, e sujeito a essas circunstâncias para participar no mercado externo, não pode oferecer condições fortes para a competição por diferenciação de produtos.

Se o ACC fosse vendido no mercado interno, é possível que o controle dos canais de comercialização, ou a diferenciação de produtos via embalagens e "marcas" específicas acompanhada do esforço de vendas, pudesse gerar certa preferência dos consumidores, sobretudo aqueles pertencentes às camadas de média e alta rendas.

Porém, a garantia de absorção desse produto no mercado internacional tem desestimulado às tentativas, por parte das empresas, para colocação do ACC no mercado interno, no qual os custos de distribuição e apresentação do produto ao público seriam muito superiores. Segundo o Sindicato das Indústrias do Açúcar e de Doces e Conservas Alimentícias, no qual estão associadas quase todas as empresas processadoras de castanha, o potencial de consumo mundial da castanha sem casca (ACC) é estimado em 200.000 ton/ano. Os principais países exportadores produzem em média 75.000 ton/ano, consumindo 20.000 ton/ano internamente, e destinando o restante (55.000 ton/ano) ao comércio internacional.

Ademais os produtos alimentares processados de qualquer natureza não costumam invadir os diversos mercados internacionais com marcas específicas. Ou seja, tem sido relativamente pequeno o volume de transações internacionais de alimentos industrializados. Daí o grande número de investimentos externos registrados diretamente nos vários países, no qual as empresas

instalam filiais, entrando num processo de competição compatível com a estrutura industrial a qual participa.¹⁹

A indústria processadora de ACC e LCC não tem apresentado barreiras à entrada de novas empresas, principalmente pela razões expostas a seguir:

- i) disponibilidade de processos tecnológicos (os processos mecanizado e semi-mecanizado), para escalas distintas;
- ii) lucratividade esperada compensadora;²⁰
- iii) facilidades de financiamento (a partir dos recursos da Sudene)

A despeito das possibilidades de entrada, a indústria cearense de derivados da castanha, guarda uma certa "performance", onde um número nunca superior a 25 tem se mantido, ao lado de um número incontável e sem possibilidades de registro de produtores artesanais. De fato, nem todas as empresas que

¹⁹ A esse respeito Farina relata a invasão dos investimentos externos, sobretudo por parte das empresas componentes do gênero de Produtos Alimentares, quando muitas Companhias americanas se tornaram multinacionais, internacionalizando as formas de produzir do referido gênero, especialmente no início dos anos 80, quando o número de fusões batem recordes. FARINA, E.M.M.Q. op. cit. p.300

²⁰ Essa afirmação baseia-se nos cálculos elaborados pela CEPA-CE, para maio de 1989, onde o custo médio de produção de 1 kg de amêndoas, utilizando o processo semi-mecanizado, ficava em torno de 2,70 dólares (NCz\$ 3,20). Como a receita obtida com a venda de 1 kg de amêndoas para o mercado externo, no mês em questão, era de 4,68 dólares (NCz\$ 5,43), a receita líquida obtida era, então, de 1,92 dólares (NCz\$ 2,23) por cada quilograma exportado.

ingressam na referida indústria, utilizando ou não os recursos da Sudene, podem permanecer operando, pois que as dificuldades de aquisição da matéria-prima para firmas cujo capital de giro é insuficiente para participar dos "leilões" de castanhas, podem forçá-las a se retirar do mercado.

Percebe-se assim, que a guerra pela matéria-prima é fatal para a retirada de empresas do setor, porquanto as empresas com integração vertical sempre têm presença garantida no mercado. Além disso os empresários que paralisam temporariamente suas atividades sempre o fazem por falta de castanha para operar. Também as empresas ligadas aos grandes grupos e, portanto, melhor capacitadas a participarem dos "leilões" para adquirir matéria-prima, têm conseguido se manter.

No âmbito da indústria de derivados da castanha a concorrência por corte de preços ou por diferenciação de produtos é de fato, substituída pela concorrência por matéria-prima. O objetivo de cada empresa não é conseguir castanhas de melhor qualidade para operar, mas simplesmente adquirí-las no volume suficiente para garantir o funcionamento de suas máquinas.

Nos últimos anos (década de 80) tem se observado um movimento de concentração e centralização de capitais por parte das firmas componentes da indústria de processamento de castanha, pois que grandes empresas processadoras estão por vezes

relacionadas a um grupo maior, envolvendo diversas atividades que extrapolam as fronteiras da própria indústria.

Como exemplo, tem-se o grupo Ernani Viana que em 1989 participou de 25% dos negócios do Complexo Agroindustrial do Caju (ACC, LCC, Sucos e Doces). Tendo a CAISA - Caucaia Industrial S/A como "carro-chefe", o grupo mantém ainda uma unidade processadora de sucos concentrados, cuja produção destina-se ao mercado externo ou às empresas engarrafadoras. O grupo comprou também o CIOL - Comércio e Indústria de óleos S/A do grupo Edson Queiroz, e a CAJUNORTE - Castanha de Caju do Norte S/A (Marco - CE). Após o amplo processo de modernização imposto a Ciol, em 1989, as três unidades em conjunto (Caisa, Ciol e Cajunorte) podem beneficiar até 48 mil toneladas de castanhas, 19% do total da capacidade instalada na indústria do estado, proporcionando, de acordo com Ernani Viana, um faturamento de US\$ 50 milhões anuais.

Além das plantações no Ceará, o grupo detém ainda, a CAPISA - Caucaia Agroindustrial S/A (Pio IX - PI), mantendo uma área de mais de 20 mil hectares de cajueiro nativo e 500 hectares de cajueiro anão precoce, juntamente com outra unidade processadora de suco de caju naquele estado (Piauí), para aproveitar o pedúnculo lá produzido.^{#1}

#1. Jornal O POVO. Fortaleza, 26.09.89

Situação semelhante ocorre com o Grupo Quirino que detém três empresas processadoras de castanha, quais sejam: Casa Quirino S/A, IACOL - Ind. e Agric. Castanha e óleo Ltda e a Usina Lindoya Ltda, além de atividades ligadas a cêra de carnaúba e outras sementes oleaginosas. O grupo mantém ainda, uma unidade de processamento de côco juntamente com plantações próprias desse fruto. Entretanto, por não contar com plantações próprias de cajueiros, também esse grupo deve participar dos "leilões" para compra de castanhas, estando sujeito as paralisações temporárias.

A Iracema Indústria de Caju S/A instalada em 1978, além de se dedicar ao beneficiamento e a exportação de derivados de castanha, também industrializa e comercializa latas e embalagens, além de suas atividades de importação e exportação de produtos alimentícios, produtos químicos em geral, querosene e outros derivados de petróleo. Participa ainda, na qualidade de sócia, quotista ou acionista de outras empresas nacionais e estrangeiras. A filial Iracema Indústria de Caju S/A, também foi implantada no ano de 1978, e em 1984 foi montada mais uma unidade processadora de castanha de caju pertencente ao mesmo grupo: a JATI Indústria de Caju S/A.

A CIPA - Cia de Produtos Alimentícios S/A é a unidade chave do grupo Antônio Rodrigues Neto, na qual está dividida em uma unidade de processamento de castanha e outra de produção de sucos de frutas tropicais, principalmente o caju. Também

pertence ao grupo a Castanha Agroindustrial S/A (Aracati -CE), unidade agrícola especializada na plantação de cajueiros. O grupo mantém ainda a Colloid do Brasil S/A, ligada a Intertrade Comercial Exportadora S/A. A Colloid é uma das poucas unidades no país a industrializar o LCC. As outras unidades que fazem parte do referido grupo confeccionam latas, e máquinas e equipamentos industriais em geral. Tudo isso é administrado pela holding ALCA - Participações e Investimentos S/A.

O Complexo Agroindustrial que se forma a partir das atividades ligadas a castanha de caju, no estado do Ceará, cuja base interna de expansão foram (e ainda são) os recursos oriundos da Sudene, não tem apresentado relações intersetoriais muito estreitas.

Por um lado as pesquisas governamentais objetivando conhecer as características genéticas do cajueiro estão completamente atrasadas, não exibindo ainda resultados relevantes. Por outro lado, os empresários agroindustriais não têm se preocupado em encontrar soluções racionais para o aumento das quantidades de castanhas produzidas (aumento da produtividade por planta) e, principalmente, para melhorar a qualidade dessa matéria-prima.

Se não há pesquisas que redunde na padronização da matéria-prima, pouco esse segmento do setor agrícola (plantios de

cajueiros) pode utilizar os serviços oferecidos pela indústria à montante da agricultura. De fato, as relações travadas entre o segmento de plantações de cajueiros, mesmo aquele sistematizado, e a indústria processadora de insumos especializados para o setor agrícola são quase inexistentes. Nesse caso, ainda são os recursos naturais disponíveis (terra, água, sementes e adubos orgânicos, entre outros) que viabilizam às plantações. Ou seja, a produção agrícola de cajueiros tem ocorrido mediante a ação do "laboratório natural da terra".

Nas plantações sistematizadas ainda se registram a limpeza do solo para esperar a queda do caju, e o uso de alguns insumos especializados. Entretanto, os plantios "não racionais" de cajueiros não recebem na maioria das vezes qualquer trato cultural.

No processo de aquisição da matéria-prima, por parte da indústria à jusante, os contratos efetuados não se referem àqueles contratos de Lauschner, que dão margem a empresa agroindustrial determinar as condições em que ela quer receber a matéria-prima, pois que também vão oferecer condições para tais exigências. Como já abordamos, esses contratos apenas garantem o abastecimento de castanha naquele período.

Conclui-se, então, que as atividades produtivas a partir da utilização da castanha longe está de constituir os

CAIs de Lauscher, Müller, e Graziano, fruto absoluto da modernização capitalista. Parece que Delgado chega mais perto da explicação, porquanto o processo de modernização agrícola por que passa o país, nos anos 70, requer que a estrutura arcaica de produção regional (Norte e Nordeste) permaneça, a fim de colaborar com as bases de sustentação do movimento conservador.

6.2 A Indústria Processadora de Sucos de Frutas Tropicais do Ceará

6.2.1 Características da Integração à Jusante

O potencial de crescimento das firmas que compõe uma Indústria é definido pelo montante de lucros gerados na Indústria (se não houver a presença de quase-firmas de firmas diversificadas), mais o financiamento externo que tais firmas podem mobilizar. Se esse potencial de crescimento for maior que a capacidade de expansão da demanda, a firma tem na diversificação de suas atividades a solução para escoar o excesso de acumulação. Naturalmente o processo de diversificação deve respeitar a base tecnológica. Tal fato ocorre principalmente nos mercados oligopolistas, cuja estrutura de organização não contém mecanismos de auto ajustamento.

A indústria processadora de castanha de caju no estado do Ceará, em ritmo de expansão no período 1965/1975, apresenta um potencial de crescimento muito significativo, especialmente pela grande capacidade de endividamento das firmas, proporcionada pelos recursos oriundos da Sudene (sistemas FINOR e PDAN). Tais recursos se destinavam a empréstimos de longo prazo, a partir de taxas de juros reais negativas, o que garantia a inexistência das taxas de riscos.

Contudo, não se pode afirmar que o potencial de

crescimento da indústria fosse superior ao ritmo de crescimento do mercado, porquanto a demanda internacional por ACC (produto principal da indústria de castanha) tem apresentado crescimento acima da oferta. Se houvesse matéria-prima suficiente é possível que o volume de amêndoas produzidas com a utilização de toda a capacidade ociosa pudesse ser absorvida sem causar quedas substanciais nos preços.

Realmente, a oferta mundial de ACC não tem apresentado possibilidades de expansão, sobretudo nos países africanos onde os movimentos para conquista da independência, entre outros, têm prejudicado enormemente suas economias. Ademais ainda existem grandes mercados potenciais de países industrializados possíveis de serem explorados, além do próprio mercado interno.

Desse modo, as razões que permitiram a diversificação das atividades das firmas componentes da indústria processadora de castanha de caju no Ceará, dirigida a indústria processadora de sucos de frutas, doces, compotas e geléias, foram:

- i) as facilidades de captação dos recursos financeiros, que ampliaram a taxa de acumulação interna da indústria;
- ii) a própria incapacidade de manter a fábrica de castanha operando durante o ano inteiro, dado a escassez de matéria-prima;
- iii) a oferta significativa de caju (pedúnculo), até então não aproveitada de forma sistemática; e

iv) a ampliação dos mercados, proporcionada pelo movimento de modernização capitalista por que passam as regiões Centro-Sul do país, determinando a mudança nos hábitos de consumo dessas populações em direção aos produtos com alto grau de processamento, em particular para os sucos de frutas tropicais.⁸⁸ Esse fato, permitiu que as novas empresas não enfrentassem os problemas de barreiras à entrada, que por vezes ocorrem em mercados já consolidados, evitando assim gastos iniciais desestimuladores em publicidade, a fim de capturar clientes fiéis aos produtos de outras firmas semelhantes e já implantadas.

A participação das firmas processadoras de derivados da castanha na indústria de sucos de frutas, caracteriza a constituição de quase-firmas que desconsideram completamente a base tecnológica utilizada na indústria castanheira, pois que uma linha de equipamentos destinado a produção de sucos em nada se assemelha a linha de processamento de castanha.

O processo produtivo para elaboração do suco turvo de caju (largamente produzido no Ceará e em menor escala nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia), que utiliza em certa

⁸⁸ A produção de suco de laranja em larga escala, que ocorre desde o início dos anos 60, se destinava (e ainda se destina) substancialmente ao mercado externo, deixando um "certo espaço" ainda vazio no mercado nacional para os sucos de frutas tropicais produzidos na região Nordeste.

medida equipamentos comuns àqueles necessários a extração de sucos de outras frutas, constitui-se de:

i) lavador - máquina onde os frutos são postos para serem lavados por imersão e aspersão;

ii) esteiras de seleção;

iii) máquina trituradeira - destinada a desintegrar o fruto;

iv) despulpadeira - para despolar o fruto desintegrado;

v) extrator "expeller" - tipo prensa de parafuso que remove o suco do material fibroso;

vi) tanques de formulação - que se destinam aos ajustes de certas características físico-químicas (pH, teor de polpa, etc) mediante o uso de acidulantes e conservantes (os mais comuns são o benzoato de sódio e matabissulfito de sódio ou potássio, de acordo com a legislação vigente);

vii) deaerador - onde o suco recebe um pré-processamento para reduzir ao mínimo o teor de oxigênio nele dissolvido, evitando a oxidação;

viii) homogeneizador - para reduzir as partículas em suspensão (polpa) e melhorar a aparência do suco;

ix) pasteurizador - que completa a estabilização do ponto de vista microbiológico, do suco;

x) sistema de engarrafamento, fechamento e rotulagem;

xi) sistema de tubulação - um complexo sistema de tubulação responsável pelo bombeamento do suco nas diversas passagens de uma máquina para outra. Como por exemplo, o

complexo de tubulação que leva o suco do extrator "expeller" até os tanques de formulação.

O processo produtivo mecanizado para fabricação dos produtos derivados da castanha, grosso modo, utiliza como principais equipamentos o seguinte:

- i) máquinas classificadoras de castanha por tamanho;
- ii) descorticadores;
- iii) despeliculadores;
- iv) raladores para remover a película da amêndoa;
- v) peneiras separadoras de amêndoas por tamanho e grau de quebra;
- vi) esteiras de lavagem;
- vii) estufas para secagem de castanhas;
- viii) maquinaria de embalagem em latas;
- ix) balanças para pesagem, entre outros equipamentos.

BCME-BIBLIOTECA

Desse modo, tem-se que o único elemento comum em ambos os processos produtivos (ACC - LCC e Sucos de Frutas), será a mão de obra, que em primeiro lugar vai trabalhar com a produção de sucos, cujo fruto é altamente perecível, e posteriormente se destinará ao processamento da castanha, matéria-prima sazonal, mas não perecível, podendo esperar um período de até 2 anos nos galpões de armazenagem, sem perdas importantes.

O Brasil é o único país do mundo a processar o suco

polposo de caju, portanto, a tecnologia utilizada na produção desse suco foi aqui mesmo construída. No momento em que se iniciou a produção de suco de caju em maior escala, foi necessário que houvesse a adaptação de maquinarias de fabricação nacional ou estrangeira, destinadas ao processamento de outras frutas, bem como a invenção de outras máquinas que se dirigissem às especificidades do caju, o que representa um processo de alto custo.

As vantagens de custos competitivos, no caso de uma tecnologia nova, ainda em construção e/ou ajustamento, se tornaram possíveis devido a fácil captação dos recursos, e um grande volume de mão de obra de baixo custo existente no Nordeste.

Uma quase-firma de uma firma diversificada vai interagir com a estrutura de mercado a qual ela se insere e passa a participar, utilizando assim, padrões de concorrência e estratégias de crescimento específicas a essa estrutura de mercado. Portanto, a indústria de sucos de frutas tropicais vai apresentar características estruturais e dinâmica competitiva completamente distintas daquelas exibidas pela indústria de derivados da castanha, que a origina. À medida em que cada uma está submetida a um tipo de estrutura de mercado. Todavia, o tipo de Complexo Agroindustrial a que pertence a indústria de sucos não se distingue daquele observado para a indústria de

castanha.

A indústria cearense de sucos de frutas tropicais que emerge no processo de desenvolvimento das atividades castanheiras, tem sofrido algumas modificações importantes ao longo do tempo. Tais modificações condizem com a própria dinâmica que rege as estruturas de mercado de ambas as indústrias (ACC-LCC e Sucos de Frutas)

Enquanto os produtos derivados da castanha se destinam aos amplos mercados dos países desenvolvidos e, portanto, com crescente capacidade de absorção; os sucos de frutas (em particular o suco de caju) se destinam ao mercado nacional, com dimensões mais restritas. Ademais o processo de competição dessa indústria exige esforços de vendas significativos, muitas vezes não compatíveis com a produção em caráter complementar.

Além disso, os recursos da Sudene geralmente estavam a disposição para implantar, ampliar e modernizar empresas, provendo o capital fixo necessário ao processo de produção. Entretanto, o capital circulante requerido para adquirir a matéria-prima sazonal e perecível e, portanto, garantir o funcionamento dessas empresas beneficiadas, deveria ser por elas mesmo gerado.

As exigências substantivas do capital circulante também

se constituem num fator relevante, que pode inviabilizar a produção complementar, levando à especialização da firma, ou mesmo à sua retirada definitiva do mercado.

Nesse sentido, das 7 empresas processadoras de castanha de caju²⁹ que simultaneamente produziam sucos de frutas em 1979, quando da realização da pesquisa de LOPES NETO (1981), apenas três continuaram com as duas atividades - Cajubraz, Caisa e Cipa. A Maguary deixa a produção de castanha para se tornar uma firma típica processadora de frutos tropicais, criando uma série de produtos distintos (sucos de várias frutas, doces de diversos tipos, etc). A Cascaju e a Cione operam, atualmente, com castanha e a Usina Curu (cuja diversificação englobava o beneficiamento de algodão, sal, calcário, plantações de caju) retirou-se de ambos os mercados.

A Indústria de Bebidas Antártica S/A sempre teve como objetivo produzir sucos para se auto-abastecer, utilizando o referido produto como bem intermediário na produção de refrigerantes.

A marca "DA FRUTA", até a primeira metade dos anos 80, era utilizada pela Caisa (Caucaia), empresa que produzia e engarrafava os sucos de frutas. No período de 1984/1985 alguns

²⁹ As empresas eram: CASCAJU, USINA CURU, CAISA, CIONE, CAJUBRAZ, MAGUARY e CIPA.

equipamentos pertencentes a linha de produção de sucos, e a própria "marca" foram vendidos para um ex-acionista da Maguary, também proprietário de outra fábrica de sucos de frutas na cidade de Araguari (MG), além de grande plantador de cajueiros.

Em 1973 surgiu a empresa Irmãos Pereira Ltda, na cidade de Ubajara (CE). A referida firma não se origina no processo de diversificação das atividades das empresas processadoras de castanha, entretanto, nasce no âmbito do movimento de integração vertical, pois que seu proprietário já contava com um grande volume de plantações de cajueiros. Até o início dos anos 80, a Irmãos Pereira Ltda fabricava sucos de várias frutas e os engarrafava utilizando a marca "Marasuco". Posteriormente passa a produzi-los a granel, destinando-os a outras empresas engarrafadoras.

A Agroindustrial Luiz Guimarães S/A - AGROLUSA constitui-se na única empresa de grande porte produtora de sucos de frutas, que já se instala utilizando linhas sistematizadas de produção, sem o controle prévio da matéria-prima, ou experiência anterior na produção de derivados de castanha. Mesmo assim, pertence a um grupo maior, do qual o Café Guimarães é a empresa chave, e que pôde lhe avaliar o financiamento vindo da Sudene.

De acordo com o exposto acima, a indústria processadora de sucos de frutas tropicais do estado do Ceará, constitui-se,

atualmente, de 8 empresas, cuja relação, acompanhada por algumas características específicas por empresas, apresentamos a seguir:

TABELA 3

CEARÁ

Principais Características das Empresas Processadoras de Sucos de Frutas Tropicais

1990

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO ATUAL	LIGADA A EMPRESA DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA	ASSOCIADA A ASTN	BENEFICIARIA DA SUDENE
Caju do Brasil S/A-Agroindustrial-CAJUBRAZ	Pacajus	JANDAIA	Quase-firma, operando e engarrafando.	SIM	NÃO	SIM
Cia. de Produtos Alimentícios - CIPA	Fortaleza	MARAMBAIA	Quase-firma, paralisada.	SIM	SIM	SIM
Ind. de Produtos Alimentícios Maguary S/A	Aracati	MAGUARY	Quase-firma, operando e engarrafando	NÃO	SIM	SIM
Da Fruta - Ind. e Comércio Ltda.	Aracati	DA FRUTA	Firma, operando e engarrafando.	NÃO	SIM	NÃO
Agroindustrial Luiz Guimarães S/A - Agrolusa	Ibiapina	DA SERRA	Quase-firma, operando e engarrafando	NÃO	SIM	SIM
Caucaia Agroindustrial S/A - CAISA	Caucaia		Quase-firma, operando, mas não engarrafando.	SIM	NÃO	SIM
Indústria de Bebidas Antártica S/A	Fortaleza		Firma, operando, mas não engarrafando	NÃO	SIM	SIM
Irmãos Pereira Ltda.	Ubajara	MARASUCO	Firma, operando, mas não engarrafando.	NÃO	NÃO	NÃO

FONTE: Pesquisa Direta da Autora.

OBS.: 1. Não consideramos a fábrica de sucos de frutas da Indústria de Bebidas Antártica S/A como uma quase-firma, pois que a enquadrámos no processo de integração vertical da referida empresa, por suas próprias características.

2. A ASTN (Associação das Indústrias de Sucos Tropicais do Norte e Nordeste), com sede em Aracaju (SE), congrega cerca de 20 empresas processadoras de sucos de frutas das regiões Norte e Nordeste.

Em geral pode-se afirmar que a indústria de sucos de frutas do estado do Ceará, bem como a indústria de sucos da região Nordeste, não apresenta grandes problemas tecnológicos. É verdade que a tecnologia internacional destinada a produção de sucos de frutas de clima temperado (tais como: maçã, pêssego, damasco, entre outras), embora bastante semelhante a nossa (exceto para determinadas peculiaridades que envolvem sucos de frutas carnosas e não carnosas), tem melhor acabamento, alto grau de automação e controle de entrada de açúcares, conservantes etc, programados por computadores.

Porém, o mercado nacional de sucos de frutas está longe de absorver quantidades desse produto que exija a tecnologia mais sofisticada do mundo. Uma linha com alto grau de automação, capaz de processar cerca de 50 ton/horas de frutas, incorre em custos operacionais tão elevados que inviabilizam completamente a sua utilização, se a oferta de matéria-prima não for suficiente e/ou o mercado não absorver quantidades tão volumosas do produto.

A Agrolusa, por exemplo, adquiriu uma linha de produção para tomate, com capacidade para processar 30 ton/horas, que (segundo um de seus dirigentes) deve operar em 1990 pela

primeira vez. Contudo, a sua antiga linha de produção com capacidade de processar 2,5 ton/horas, foi mantida pela empresa, principalmente, para operar no início e fim de safra quando é escassa a quantidade de matéria-prima, além do que pode ser uma alternativa para operação conjunta.

Como não tem sido uma característica das empresas, o engajamento nas atividades de pesquisa com tecnologia de produção, as diversas linhas de processamento já se encontram difundidas, e, a exemplo do que ocorre com a tecnologia utilizada na indústria processadora de castanha, também parece não haver segredos, pelo menos importantes, no processamento de sucos.

Até o início dos anos 80, a indústria de sucos de frutas tropicais utilizava uma tecnologia normalmente composta por uma série de equipamentos sem sequência própria, na qual um extrator era comprado de uma firma, as despoldadeiras de outra, e as partes mais simples, tais como esteiras de seleção e de lavagem etc, eram construídas, um tanto quanto improvisadas, pela própria empresa, a partir da existência de um grande número de fabricantes nacionais de equipamentos componentes da linha de produção para sucos.

Em 1979, quando o governo federal determina a proibição das importações, puderam se instalar no Brasil algumas empresas multinacionais produtoras de linhas sistematizadas para processar

alimentos. No que se refere ao processamento de sucos, constatamos a presença de duas empresas que produzem linhas sistematizadas, quais sejam: a Tecnifood,²⁴ localizada em Minas Gerais, e fornecedora para a maioria das empresas do Ceará; e a Ireu no Rio de Janeiro. Outras empresas fabricam linhas completas para tomate e leite. A instalação dessas empresas tem estimulado a substituição, por parte dos fabricantes de sucos, da tecnologia anterior por equipamentos melhores, sistematizados e mais automatizados.

Ainda no âmbito da tecnologia utilizada na indústria de sucos de frutas tropicais, tem-se que o sistema de embalagem vem sofrendo grandes transformações na década de 80. O sistema de engarrafamento, onde normalmente são postos os sucos de frutas na forma integral (que necessitam da adição de água e açúcar para serem consumidos), tem sido substituído, pelo menos por parte das grandes empresas, pela embalagem asséptica, que se constitui numa forma extremamente moderna de embalar produtos alimentares com alto grau de processamento, em particular os sucos de frutas. Nesse tipo de embalagem são afastados os germes patogênicos pois é realizada a vácuo, onde os sucos integrais e os néctares de frutas (suco pronto para beber) são acondicionados em caixas especiais, através de um sofisticado sistema de máquinas.

²⁴ A Tecnifood faz parte da holding italiana SASIB S/A, que também mantém empresas com marcas bem conhecidas no Brasil, entre elas está a Olivetti do Brasil S/A.

A Tetrapac é a única empresa do mundo a produzir esse sistema de embalagem, respondendo também pela manutenção dos equipamentos, confecção das "caixinhas", e pelo próprio treinamento destinado aos operários que vão manusear o referido equipamento. As empresas alimentícias que dispõem desse sistema de embalagem, ficam na mais completa dependência dessa multinacional. A referida empresa (Tetrapac) dispõe de três fábricas processadoras de máquinas para embalagens no mundo, instaladas na Suécia, Itália e Brasil, e cerca de 50 fábricas de papel destinado à produção das "caixinhas".

Retomando a questão do sistema de engarrafamento de sucos de frutas tropicais, tem-se que a garrafa usada no processo de embalagem é do tipo reutilizável, portanto com maior teor de vidro, mais resistente e de preço muito elevado, quando os produtores não têm como reavê-las. Dado que cerca de 90% dos sucos são comercializados no Sul do país, capturar as garrafas importaria num alto custo de transporte, sendo mais viável comprar novas garrafas no Nordeste.²⁵

Esse fato implica que as empresas cearenses e nordestinas em geral, incorram em custos indevidos dado o maior peso da garrafa, em relação aquelas não reutilizáveis. A possibilidade de montar o processo de embalagem nas regiões

²⁵ A CIV - Companhia Industrial de Vidro é a única empresa produtora de garrafas do Nordeste, localizada em Recife (PE).

Centro-Sul, ou seja, próximo ao mercado consumidor, parece ser descartada, haja vista que os incentivos ofertados para a implantação de fábricas no Nordeste não estão disponíveis naquelas regiões. Contudo, segundo um dirigente da Agrolusa, o problema da falta de retorno das garrafas, que eleva os custos das empresas é de fácil solução, se os empresários da indústria se dispusessem a repará-lo, a partir mesmo da confecção de uma garrafa não reutilizável tipo exclusivo, que além de reduzir os custos ainda livraria o consumidor de uma embalagem que ele vê a aproximadamente 30 anos.

Além disso, poderiam ser confeccionadas garrafas de tamanho menor, mais apropriadas para embalar néctares de frutas, com a finalidade de serem vendidos em lanchonetes, bares e restaurantes, possibilitando uma concorrência mais acirrada com os refrigerantes, a um custo perfeitamente suportável.

Já a embalagem asséptica, produzida pela Tetrapac, importa em custos por demais elevados, só acessível às empresas mais modernas da indústria.

Também a embalagem Tetrapac quando utilizada no Brasil, pelo menos para a indústria de sucos, requer máquinas de geração anteriores (AB₃) a que está sendo utilizada no mundo desenvolvido (AB₆), de acordo com informações contidas nos seus manuais de propaganda.

Outra questão de ordem tecnológica que merece destaque é a adição de conservantes nos sucos de frutas, que tem se constituído no maior problema que as empresas da região têm encontrado, em especial aquelas que fabricam o suco de caju no Ceará. Os conservantes mais utilizados são o benzoato de sódio e o metabissulfito de sódio ou potássio. De acordo com Soares (1986) o benzoato de sódio é de baixo custo, mas quando adicionado, mesmo nas quantidades permitidas (0,1%), nos sucos de frutas deixa-lhes com sabores irritantes (sensação de ardor na garganta). A alternativa encontrada pelas empresas é reduzir o seu uso combinando-o com o Dióxido de Enxofre (SO_2) na forma do metabissulfitos de sódio ou de potássio. Entretanto, o descontrole na dosagem deste último conservante (SO_2) foi o responsável pela maior crise que a indústria cearense de sucos de frutas já se deparou até os dias de hoje.

O tratamento dado a questão do suprimento de matéria-prima para o processamento de sucos de frutas, por parte dos empresários cearenses, também se destingue daquele apresentado pelos empresários dessa indústria nos outros estados da Região. Como já relatamos anteriormente, nunca um percentual superior a 5% do pedúnculo produzido no Nordeste (e concentrado no Ceará) pôde ser utilizado na produção de sucos. Entretanto, esse fato não significa que a produção do caju seja abundante. Dado que cerca de 60,2% da área ocupada com o plantio de cajueiros no

Ceará é controlada pelos pequenos produtores, cujas plantações não sistematizadas se ressentem dos tratos culturais adequados, o pedúnculo vai apresentar um sério problema de falta de qualidade, porquanto sendo um fruto catado após sua queda num solo sem o grau de limpeza conveniente, vai apresentar um alto índice de contaminação e perecibilidade.

Ademais se o pseudo-fruto produzido nas pequenas plantações contivesse a qualidade adequada ao processamento, mesmo assim, seu custo de captação poderia inviabilizar sua utilização, dado a dispersão geográfica desse tipo de plantio. O próprio pedúnculo catado nas plantações organizadas deve necessariamente ser utilizado (processado) em até 10 horas após sua apanha. Não existe, ainda, tecnologia apropriada para conservar o caju, portanto, as empresas que o processam devem localizar suas fábricas nas proximidades da produção dessa matéria-prima.

As empresas sem plantações próprias têm preferências por fornecedores de plantios organizados, cujo índice de contaminação do fruto é menor. Em outras palavras, as empresas produtoras de suco de caju não têm se interessado por matéria-prima de qualidade duvidosa, pois que compromete a qualidade de toda a produção, especialmente nesse momento onde se tenta melhorar a imagem negativa atribuída pelos consumidores aos sucos de frutas engarrafados, principalmente o de caju. Por exemplo, a

Agrolusa comprou toda a produção de caju da Cione, via contratos de compra e venda, no ano de 1989 (safra de 1989).

Esse fato não provoca a modernização agrícola, mas tem aumentado um problema social, dado que os pequenos produtores primeiramente vendiam o pedúnculo perecível, e guardavam a castanha para esperar melhores preços, o que lhes garantia renda para um período de 4 a 6 meses. Contudo, se não encontram mais demanda que absorva o caju, este se destrói ali mesmo onde cai, restando como única alternativa a venda imediata da castanha a preços rebaixados pelos intermediários, no momento da safra.

No que tange a produção cearense de outras frutas importantes para a obtenção de sucos que inclusive tenham aceitação internacional (tais como maracujá, abacaxi, goiaba e até mesmo graviola), a situação é mais grave que aquela encontrada para o caso do caju.

No Ceará ocorre um verdadeiro processo de erradicação dessas culturas, em detrimento dos demais estados do Nordeste. O destaque conferido à produção de suco de caju, devido ao próprio caráter de complementariedade existente no processo de formação da indústria processadora de sucos do estado, e o financiamento dos plantios de cajueiros concedido pela Sudene têm provocado a falta de interesse dos produtores de sucos desse estado em garantir a produção das demais frutas, que em geral não são

objetos de financiamento, ou mesmo de pesquisas contínuas por parte dos órgãos estatais.

Além disso, como a maior parte desse frutos se constituem em culturas temporárias (o que não ocorre com o caju), existem amplas facilidades de substituição dessas culturas por outras, no momento em que os preços pago aos produtores não forem satisfatórios.

De acordo com os dados do IBGE, no Ceará, as plantações de abacaxi que em 1975 ocupavam uma área de 425 ha, e detinham um rendimento de 8.000 frutos por hectare, em 1985 só ocupa 119 ha, sendo que a produtividade caiu pela metade (4.252 frutos/ha). No ano de 1988 a área ocupada cai ainda mais, para apenas 17 hectares, com um rendimento médio de 5.941 frutos/ha.

Já o estado de Pernambuco cuja área plantada com abacaxi representa apenas 10% da área plantada na Paraíba, que é o maior produtor regional, obteve em 1988 uma produtividade de 21.101 frutos/ha.

O maracujá e a goiaba nem figuram na lista das culturas principais da Produção Agrícola Municipal elaborado pelo IBGE, pelo menos até 1987. No que se refere a goiaba, o Ceará produziu 29.155.000 desses frutos em 1980, passando para 5.181.000 no ano de 1988, com um rendimento médio de 5.412 frutos/ha, enquanto

Pernambuco obtém um rendimento de 225.143 frutos/ha (em 1988).

Quanto ao maracujá a produtividade do estado cearense tem se mostrado sempre decrescente de 1980 a 1984, sendo 5,38 ton/ha, em 1980, passando para 3 ton/ha em 1984. Em 1988 o Ceará apresenta um rendimento de 11.890 frutos/ha, já Sergipe, o maior produtor do Nordeste, detém 69.800 frutos/ha. Também o Ceará detém apenas 813 hectares plantados com maracujá, Sergipe planta quase 12 mil hectares, seguido pela Bahia com 5.286 ha de plantio do referido fruto.

Apenas na produção de tomate a produtividade estadual é equivalente a da região, variando entre 25 mil e 30 mil quilogramas por hectare. Mas, São Paulo é o maior produtor de tomate do Brasil, e tem apresentado um rendimento nunca inferior a 40.000 kg/ha, nos últimos 5 anos. O tomate é um fruto que somente agora está encontrando aproveitamento industrial no Ceará, com a ampliação do processo de diversificação das atividades da Agrolusa.

Percebe-se, assim, a não existência de plantios organizados de abacaxi, goiaba e maracujá, no estado do Ceará. O tomate já encontra uma leve sistematização, sobretudo na Serra do Ibiapaba, na qual a produção, mesmo a nível de pequeno produtor, já incorre num certo nível de modernização, no que diz respeito a utilização de insumos modernos.

Dado a quase inexistência da produção desses frutos tropicais destinados ao processamento de importantes sucos, no estado do Ceará, as empresas mantêm seus próprios compradores, que saem coletando algumas caixas de frutos em diversos locais. Todo o ano, nas épocas das safras, esses compradores se deslocam para os estados do Nordeste que produzem os frutos em maior quantidade. As empresas também compram matéria-prima de intermediários, embora em muito menor escala que o verificado no caso da castanha. Os diversos graus de perecibilidade dos frutos, e a falta de conhecimento tecnológico para conservá-los em perfeito estado por um período maior de tempo, impedem a armazenagem e a especulação, por parte dos intermediários.

6.2.2 Organização da Indústria Processadora de Sucos de Frutas Tropicais - Tipo de Complexo Agroindustrial que Conforma

Os sucos de frutas tropicais produzidos no Nordeste tem na região mais industrializada do país - Sudeste - seu principal mercado. A própria região Nordeste muito pouco contribui para a absorção dos sucos de frutas nela produzidos, pois que o nível de renda da população e seus hábitos de consumo não têm permitido, ainda, que os alimentos com alto grau de processamento possam ser consumidos em larga escala. Ademais a fruta "in natura", sempre a disposição do consumidor da região, representa uma mercadoria substituta para os sucos de frutas industrializados. O mercado internacional, que consome parte substancial do suco de

laranja produzido no Brasil, apresenta, ainda, poucas possibilidades de absorção dos sucos de frutas tropicais, restringindo-se aos sucos de maracujá e abacaxi.

Contudo, o Centro Sul constitui-se no mercado mais importante da indústria de sucos de frutas tropicais, onde as empresas produtoras desses sucos, do Ceará e dos demais estados do Nordeste se reúnem àquelas empresas que produzem sucos de outras frutas (uva e laranja, por exemplo) ou que apenas engarrafam os sucos de maracujá, abacaxi, caju, etc, produzidos a granel na própria região Nordeste, para travar todo o processo de concorrência, que por sua vez só pode se concretizar no mercado.

A concorrência por corte de preços será substituída sempre que a competição por diferenciação de produtos for possível no mercado, porquanto a segunda não provoca quedas nas margens de lucros da indústria, ao mesmo tempo em que pode demorar para ser imitada. Entretanto, os sucos de frutas, enquanto alimento, também não apresentam possibilidades significativas para a diferenciação de produtos, pois não têm muitos atributos a serem considerados pelos consumidores.

Uma tentativa de diferenciar o produto - sucos de frutas - foi realizada pela Maguary a cerca de 2 anos atrás (1987/88), na qual os sucos eram misturados em dois sabores tipo suco de maracujá e caju, ou outras duas frutas quaisquer, nos

molde do que já ocorre nos países da Europa e nos Estados Unidos, quando um suco de fruta tropical é frequentemente misturado a um suco de fruta temperada. Entretanto, o "novo" suco parece não ter agradado ao consumidor, sendo o produto retirado dos supermercados de todo o país.

Desse modo, o caráter subjetivo das "marcas" acompanhado pela propaganda realizada nos meios de comunicação de massa e outros esforços de venda tais como: manutenção dos produtos nas gôndolas centrais dos supermercados e lojas de sortimento em geral, ainda têm força decisiva no âmbito da competição entre firmas.

Nesse sentido, o Diretor Comercial da Cajubraz afirmou que o suco Jandaia nunca faltou nos supermercados de todo o Brasil, e que pode se observar sempre que possível a manutenção de funcionários nessas lojas modernas de distribuição, a fim de apresentar o produto aos consumidores. O mesmo ocorre com o suco Maguary. Já o diretor da Agrolusa reclama das dificuldades (altos custos) para propagar seu produto, ainda relativamente desconhecido, afirmando que nesse momento é melhor trabalhar com supermercados menores (São Paulo está repleto deles) que impõem menos exigências.²⁴

²⁴ Entrevistas realizadas com os diretores comerciais da Cajubraz e da Agrolusa em setembro/1989 e janeiro/1990, respectivamente.

Como o crescimento das firmas de produtos alimentícios, entre eles a produção de sucos, é uma função do crescimento vegetativo da população e do nível de renda, o segredo dessa indústria de sucos está na criação de novas formas de consumo e de novos consumidores. Então, as possibilidades de diversificar as atividades, dirigindo-se para outras indústrias do gênero de produtos alimentares determinarão a expansão das firmas processadora de sucos de frutas tropicais de toda a região.

No estado do Ceará, por exemplo, a diversificação das atividades da indústria de sucos não tem mostrado evidências. De fato, o evento mais importante dos últimos 10 anos, foi a fabricação do néctar de frutas, conjugado com a embalagem asséptica em "caixinhaas" Tetrapac, pela Cajubraz, há aproximadamente 6 anos, inviabilizando a imitação imediata, na medida em que esse sistema de embalagem importa em custos significativos. A Maguary iniciou, nesse ano de 1990, a produção desse tipo de suco, também utilizando o sistema de embalagem asséptica, já se encontrando em todos os supermercados do país, em fase de experiência.

Os doces de frutas só têm sido produzidos como subproduto, dado que o seu maior custo está na adição de grandes quantidades de açúcar, produto de preço muito elevado.

A incorporação de linhas de processamento de tomate,

para produzir extratos, molhos de tomate, etc, só se registra em uma empresa, no Ceará, a Agrolusa. Tais produtos já se encontram nos principais supermercados. O diretor dessa empresa afirma ainda, que está procurando expandi-la a partir da criação de novos produtos, utilizando, sobretudo, o caju e o tomate, e que em breve estarão nos mercados. Também a utilização das embalagens Tetrapac faz parte dos planos da referida empresa.

BCME-BIBLIOTECA

Um fato é decisivo, a competição por corte de preços, não faz parte da estratégia de concorrência dessa indústria. "Não é viável tentar expulsar firmas através do rebaixamento de preços", afirma o Diretor Comercial da Cajubraz, na entrevista realizada em setembro de 1989. Como todos os estabelecimentos processadores de sucos de frutas do estado são quase-firmas de firmas diversificadas, ou pertencentes a grupos maiores, aquelas que apresentem maiores custos, também detém lucros suficientes para resistir a competição por corte de preços, porquanto podem até deslocar recursos de outras quase-firmas ou do grupo como um todo, para garantir a participação no mercado. Portanto, uma competição por preços só desencadearia a queda das margens de lucro da indústria.

Para a garantia da não existência de cortes de preços na indústria, foi criada em abril de 1982 a ASTN (Associação das Indústrias de Sucos Tropicais do Norte e Nordeste), localizada em Aracaju (SE), e que tem como finalidade prestar assessoria às

empresas de sucos dessas regiões, elaborando e atualizando planilhas de custo que utilizem a melhor tecnologia disponível, bem como proporcionar acordos sobre os preços de venda desses produtos.

Como a indústria de sucos da região Nordeste tem na diferenciação de produtos ligada a manutenção de marcas, e na criação de novos produtos e hábitos de consumo, sua principal garantia de participação nos mercados, normalmente não apresentando economias técnicas de escalas, ou indivisibilidades nos equipamentos, nem mesmo um significativo volume mínimo de capital requerido para novas entradas, tem-se que as barreiras à entrada nessa indústria são de certa forma muito frágeis.

Desse modo, é possível observar a implantação de firmas novas na indústria, sobretudo nos estados da Região onde diversas frutas são mais facilmente encontradas. Assim tem-se instalado, na década de 80, empresas produtoras de suco de laranja e maracujá em larga escala, utilizando os recursos da Sudene, nos estados de Sergipe e Bahia.

No Ceará, onde o suco de caju é predominante, porquanto a matéria-prima de maior concentração é o caju, as entradas de novas firmas só não têm ocorrido devido as restrições de mercado, pois como já abordamos, este suco foi o mais atingido pelo "efeito SO₂", que determinou a queda de seu consumo nas

regiões Centro Sul do país. Além disso, o referido suco (caju) não dispõe do mercado internacional como alternativa para seu escoamento, a exemplo dos sucos produzidos a partir de outras frutas. De fato, no Ceará tem-se registrado a retirada de empresas do mercado, como no caso da Cipa que já está com suas instalações paralisadas desde 1987.

BCME-BIBLIOTECA

Por essas características da indústria de sucos de frutas tropicais da região Nordeste, expostas acima, e utilizando da classificação de oligopólios de Tavares (1978), enquadramos a referida indústria como Oligopólio Diferenciado, embora nos faltem elementos tais como grau de concentração, entre outros, que possam mais seguramente confirmar tal classificação.

Como já relatamos, o tipo de Complexo a que se submete essa indústria, sobretudo quando se trata do estado do Ceará, não difere daquele encontrado para o caso do produtos derivados da castanha de caju. Esse tipo de indústria deveria iniciar no laboratório possibilitando o melhoramento genético das frutas, para garantir um grau uniforme de variedades que atenda em termos de Brix, cor, acidez, resistência a pragas, rendimento industrial etc, as necessidades de um produto final de melhor qualidade. Entretanto, quando muito as empresas têm efetuado pesquisas com a diversificação da linha de produção.

A indústria de sucos do Ceará, então, não tem se

interessado sequer em assegurar a produção de matéria-prima, a partir de uma assistência mínima aos produtores e a garantia de compra de frutas diversas, que evite a erradicação das culturas. Nos demais estados do Nordeste, especialmente Pernambuco, Bahia e Sergipe, a situação está tomando feições diferentes, porquanto as culturas de abacaxi, maracujá e laranja já dispõem de um certo uso de insumos modernos para a agricultura, o que implica na tendência da integração dessa indústria com o segmento industrial à montante do setor agropecuário.

Uma perspectiva de integração surge ainda, a partir da Maguary, adquirida, nos anos 80, pela Souza Cruz. Essa multinacional (Souza Cruz) que em nenhum dos segmentos industriais no qual participa se interessa pela integração vertical, mantém a Aracruz (especializada em biotecnologia) trabalhando com o melhoramento genético da matéria-prima, e venda de mudas especializadas, fornecendo uma ampla assistência técnica aos produtores, seus fornecedores. Desse modo, é possível que a Souza Cruz que já se dedica a industrialização de sucos de uva no Sul do país e agora se implanta no Ceará, em breve possa manter o mesmo sistema (quanto a produção de matéria-prima) para o setor processador de frutas tropicais do estado, redefinindo, assim, as características competitivas de toda a indústria.

Contudo, é possível concluir que no momento atual, a indústria de sucos de frutas tropicais se compõe de

agroindústrias que atendem a definição de Lauschner, mas com um grau de integração que em quase nada tem contribuído para melhorar as características não capitalistas da produção do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BCME-BIBLIOTECA

O presente trabalho analisou a emergência e as transformações ocorridas na indústria processadora de sucos de frutas tropicais no estado do Ceará. A referida indústria vem ocupando espaço importante no gênero industrial de alimentos à medida em que destina seu produto ao mercado extra-regional, notadamente à região mais industrializada do país - região Centro-Sul.

A Indústria de sucos de frutas se compõe de firmas agroindustriais próxima ao agricultor, ou seja, agroindústrias em sentido restrito (usando o conceito de Lauschner), porquanto utilizam um volume considerável (superior a 25%) de matéria-prima vinda diretamente do setor agropecuário no seu processo de produção. Em outras palavras, aquelas empresas que realizam a primeira transformação da fruta "in natura".

O termo agroindústria não significa um comportamento industrial, ou seja, não implica em mais um tipo de estrutura de mercado. A agroindústria distingue-se das demais empresas por utilizar insumos altamente perecíveis, sujeitos aos regimes de safras e entressafras, entretanto, cada ramo agroindustrial pode estar relacionado a um tipo de mercado, obviamente com lógicas de funcionamento distintas.

A agroindústria constitui-se em um dos elementos do Complexo Agroindustrial (CAI). O termo Complexo Agroindustrial se refere a um conjunto de interrelações existentes entre os setores agrícola, industrial e de serviços. Fazem parte dos Complexos o segmento industrial à montante do setor agropecuário (produzindo máquinas, implementos e outros insumos modernos destinados ao setor agrícola); o setor agropecuário propriamente dito; e o segmento industrial à jusante desse setor agropecuário, que por sua vez se compõe de agroindústrias que processam a matéria-prima oriunda da agricultura, ao mesmo tempo em que está diretamente ligado ao setor de distribuição final.

A abordagem dos Complexos Agroindustriais não é suficiente para explicar a origem e a evolução desses Complexos. Realmente, a maioria dos pesquisadores dessa área concebem a formação dos Complexos no âmbito do aprofundamento do capitalismo, onde ocorre a "industrialização da agricultura", entretanto, negligenciam as estratégias de concorrência e crescimento das firmas, que por sua vez estão relacionadas as da indústria a qual pertencem.

Desse modo, se torna necessário incorporar os elementos da Teoria de Organização Industrial, que permite qualificar os mercados para o qual cada indústria composta por agroindústrias produzem e, assim, explicar o processo de concorrência que se concretiza nesses mercados, a níveis específicos.

Os padrões de concorrência e expansão da indústria que se compõe de agroindústrias em sentido restrito podem determinar a transformação da base produtiva do setor agropecuário. Em outras palavras, a "industrialização da agricultura" pode ser impelida à medida em que a tecnologia à jusante desse setor agropecuário exija matérias-primas padronizadas, que para serem obtidas necessitam da aplicação dos insumos modernos.

Contudo, as estratégias de concorrência e crescimento da firma só podem agir no sentido de modificar a base produtiva da agricultura quando as relações existentes entre os segmentos industriais e o setor agrícola podem se estreitar.

A partir dessa hipótese básica, exposta acima, partimos para a análise da indústria de sucos de frutas tropicais do Ceará, cuja organização atual está intimamente relacionada a sua origem e evolução. Na análise do comportamento da produção de sucos de frutas no estado do Ceará procuramos evidenciar, quando possível, as diferenças mais importantes existentes entre a indústria cearense e a dos demais estados do Nordeste, que fabricam o referido produto.

A produção de sucos de frutas tropicais insere-se num desses Complexos que surgem no âmbito da urbanização capitalista, do processo de integração dos mercados da economia nacional, e dos incentivos concedidos pelo Estado.

A indústria de sucos de frutas da região Nordeste recebe impulso fundamental com os incentivos oriundos da Sudene e adquire especificidades de estado para estado dessa região de acordo com a concentração da matéria-prima. Nesse sentido, os estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe se especializam na produção de sucos de maracujá, abacaxi e goiaba, e nos últimos anos (anos 80) suco de laranja, onde esses frutos são cultivados de forma mais efetiva. No Ceará o suco produzido em maior escala é o suco de caju, porquanto no litoral desse estado está o "habitat" natural do cajueiro.

A formação da indústria de sucos no estado do Ceará distingue-se da região Nordeste pelo seu caráter de complementariedade da produção. Primeiramente, tem-se o Complexo Agroindustrial dos derivados da castanha (ACC - LCC) que se organiza a partir dos incentivos da Sudene, destinados a implantação das fábricas e ao incremento dos plantios de forma organizada.

O aproveitamento do pedúnculo (mais comumente chamado de caju) na produção de sucos se faz num caráter complementar às atividades de processamento da castanha. As empresas produtoras de ACC e LCC montam suas linhas de produção de sucos, que em nada se assemelham com o processo produtivo de castanha, viabilizadas pelos recursos da Sudene. A produção de sucos de outras frutas tropicais vai surgindo, então, para evitar a ociosidade dos

equipamentos nos períodos de entressafras do caju.

As indústrias de sucos de frutas e de processamento de castanha, no estado do Ceará, estão inseridas em estruturas de mercado diferentes e, portanto, apresentando estratégias de concorrência e crescimento distintas. Os derivados da castanha, enquanto produtos destinados ao mercado externo em expansão, não enfrentam os problemas de escoamento da produção que por vezes ocorrem com os sucos de frutas tropicais, em especial com o suco de caju, destinados ao mercado doméstico.

O maior problema que a indústria de castanha tem enfrentado é a escassez de matéria-prima, e sua dispersão geográfica conjugada com o grande número de intermediários que realizam um complicado fluxo de comercialização dessa matéria-prima, atingindo um caráter de verdadeiro "leilão".

Esse fato não difere para a produção de sucos de frutas. A oferta de caju, que parece abundante, enfrenta o problema do alto índice de perecibilidade (sobretudo nos cajueirais produzidos em pequenos plantios não sistematizados), e a própria dispersão geográfica, tornando os custos de captação do referido fruto excessivamente elevados. As culturas cearenses do maracujá, goiaba, e abacaxi, entre outras, apresentam-se num processo de erradicação.

No que se refere às questões tecnológicas nem a indústria de castanha nem a indústria de sucos parecem apresentar segredos importantes, embora a produção de sucos encontre na adição de conservantes seu principal problema, porquanto ainda se registram descontroles nas dosagens aplicadas, que podem levar a referida indústria a uma situação de descrédito por parte dos consumidores.

Na região Centro-Sul, que se constitui no mercado mais importante da indústria de sucos dos estados nordestinos, se processa a concorrência dessa indústria. Na diferenciação de produtos baseada em "marcas" bem definidas, acompanhada por esforço de vendas e na diversificação das atividades estão as estratégias de competição mais utilizadas.

Pelas formas de concorrência, objetivando garantir a sobrevivência e o crescimento, exibidas pela indústria processadora de sucos de frutas evidencia-se um comportamento típico de Oligopólio Diferenciado (Classificação de Favares-1978). Além disso, a inexistência das economias técnicas de escalas, das indivisibilidades dos equipamentos e de um elevado volume mínimo de capital requerido para entrada de novas firmas, aliados aos incentivos ofertados pela Sudene têm provocado, em grande magnitude, a entrada de empresas novas. Ao mesmo tempo, a expulsão de firmas menos eficientes também tem acontecido, na medida em que as economias de escalas de diferenciação, baseadas

na fidelidade dos consumidores às marcas, não garantem fortes barreiras à entrada.

No caso de Complexo Agroindustrial do Caju, no Ceará, a exemplo de outros Complexos, também o processo de crescimento das agroindústrias (componentes da indústria de derivados da castanha ou de processamento de sucos) poderia incrementar a sua modernização. Entretanto, as mesmas condições que facilitaram a expansão desse Complexo, vão contribuir para a continuação das formas arcaicas de produção da retaguarda agropecuária.

Na medida em que a Sudene financiava a instalação das plantas de processamento da castanha e do pedúnculo, ao mesmo tempo em que garantia a oferta da matéria-prima, os empresários dessas indústrias não se engajavam num processo de pesquisa, mesmo que unidos aos órgãos governamentais, para viabilizar a modernização agrícola e a melhoria da qualidade dos frutos.

Como a diversificação das atividades deveria ser a base do crescimento desse tipo de indústria, pelo menos a produção de sucos de outras frutas necessitaria ser buscada com mais agressividade. Contudo, o Ceará não consegue dinamizar a indústria de sucos por essa via, pois que não tem se preocupado em evitar a erradicação das culturas utilizáveis (abacaxi, maracujá, goiaba, entre outras).

Desse modo, a existência do "ponto" do capitalismo maduro onde a concentração é o fato, e as empresas passam a se comportar de uma mesma forma, está longe de se estabelecer no Nordeste, e principalmente no Ceará, onde a indústria processadora de sucos de frutas, embora inegavelmente organizada dentro dos moldes capitalistas, não parece ter condições de se reproduzir nos padrões mais modernos desse sistema de produção.

As empresas processadoras de sucos de frutas do Ceará estão ligadas a uma mesma associação regional (ASTN), mas se distanciam em grande parte daquelas existentes nos estados mais dinâmicos do Nordeste. Enquanto Pernambuco, Bahia e Sergipe beneficiados pelas mesmas condições - financiamento da Sudene e concentração da matéria-prima - dispõem de indústrias mais competitivas, mais diversificadas, e mais capazes de resolver seus problemas de acumulação de capital, através de novas perspectivas para o escoamento da produção, desobstruindo os mercados; o Ceará sem encontrar uma saída, tem sua produção de sucos reduzida e suas empresas paralisadas.

No Nordeste o dinamismo do setor tem possibilitado a integração dos Complexos Agroindustriais. É bastante lembrar o fato das empresas diversificarem sua produção na direção dos sucos de laranja, cujas formas de produzir já se encontram internacionalizadas. Também os derivados de tomate, produtos que ganham importância em todo o Brasil, têm recebido grandes

investimentos das empresas processadoras de sucos de frutas instaladas nos estados mais dinâmicos da região. Ademais essas empresas ainda se dedicam a produção dos sucos que apresentam melhores possibilidades de competição internacional. Portanto, a busca do aumento da produção de frutos e da melhoria da produtividade, bem como sua padronização já é de certa forma um fato a ser registrado.

BCME-BIBLIOTECA

O Ceará definitivamente não desenvolveu tais condições de competitividade, não registrando agressividade suficiente para garantir a colocação do suco de caju produzido em larga escala no mercado externo. Esse estado encontra obstáculos até no próprio mercado interno, quando o referido suco tem sido vítima do descontrole no uso dos aditivos e conservantes, fato que foi muito explorado através da propaganda negativa promovida por outras empresas, sobretudo aquelas que produzem o suco de laranja, na tentativa de redefinir o mercado nacional.

Apenas uma empresa processadora de sucos de frutas de capital externo (Maguary) e outra de capital nacional (Agrolusa), no estado do Ceará, parecem estar conseguindo um certo nível de diversificação, com a finalidade de reduzir os obstáculos ao crescimento, embora ainda não se registre por parte delas uma ação efetiva no que diz respeito ao estreitamento das relações agricultura-indústria.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- A AGROINDÚSTRIA: desafio do presente. Revista Bancária Brasileira, vol.43, nº 506, p.29-30.
- ALMEIDA, M.I.R. A História da indústria de óleos vegetais no Ceará: 1900-1960. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1989. 171p. v.6
- BAHIA.CENTRO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO-CEPED. Setor de agroindústria do Nordeste; relatório síntese. Fortaleza: BNB-ETENE, 1982.
- BANCO DO BRASIL.CACEX. Informação semanal. nº 835-07.03.83; nº 863-19.09.83; nº 840-11.04.83; nº 972-11.11.85; nº 1.025-27.04.87.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL.FTENE. A Agroindústria do caju no Nordeste; situação atual e perspectivas. Fortaleza, 1973.
- ----. The Northeast sweets, fruit juices and tomato processed-foods industries. Fortaleza, 1977.
- ----. Oportunidades de investimentos no Nordeste; indústria de produtos alimentares. Fortaleza, 1976.
- BEHRFENS, A. Uma Resenha das principais contribuições à teoria do crescimento das firmas. Revista Literatura Econômica. Vol.2. nº 5. set./out., 1980.
- BONASPETTI, E. O Caju do futuro; Pomares industriais. Fortaleza, 1987.
- BRASIL.Ministério da Agricultura.Secretário Geral. Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola (SUPLAN). A Participação

brasileira no mercado internacional de laranja e de suco de laranja; comportamento recente e perspectiva. Brasília, 1978. 71 p.

- CARVALHO, M.I.G.de. A Agroindústria Maguary e sua influência sócio-econômica na produção de abacaxi no município de Sapé. Campina Grande: UFPb, 1984. (Tese de mestrado)
- CAVALCANTE, R.N.de F. & LOPES NETO, A. A Agroindústria do caju no Nordeste. Revista Econômica do Nordeste, nº 18, p.37-46, out./dez., 1973.
- CAVALCANTI, C.M.del. Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco). Recife: UFPE, 1979. 102 p. (Dissertação de mestrado)
- COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-CEPA-CE. Secretaria de Planejamento e Coordenação SEPLAN-CE. Análise de custos e receitas na produção e no beneficiamento da castanha de caju. Fortaleza, 1989. 24 p.
- CORREIA, R.N. Doces e sucos de frutas regionais; subsídios para a programação industrial. Recife: SUDENE, 1972.
- CYRILLO, D. O Papel dos supermercados no varejo de alimentos. São Paulo: IPE/USP, 1987.
- DELGADO, G.daC. O Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985. São Paulo: UNICAMP/ICONE, 1985. 240 p.
- DUARTE, R.R.S, et. alii. Avaliação do programa da agroindústria do Nordeste. Fortaleza: UFC/CAEN, 1982. 158p. (Série Relatório de Pesquisa, nº 21)
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. EMBRAPA. Centro

- Nacional de Pesquisa de Caju - CNPCa. Aspectos da distribuição e produção de caju no estado do Ceará. Fortaleza; 1988. 12p.
- ----. Caju - informativo, Ano I, nº 1., nov./1988
 - ----. A Indústria do caju - sua importância no Brasil e no mundo. Brasília: EMBRAPA, 1983. 42p. (mimiografado)
 - FARINA, E.M.M.Q. O Sistema agroindustrial de alimentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 16., Belo Horizonte, 1988. Anais... Belo Horizonte: ANPEC, 1988. v.3, p.292-315.
 - FRANÇA, F.M.C. Indústria de suco concentrado de laranja no Nordeste; diagnóstico e perspectiva do mercado. Fortaleza, 1986 (no prelo)
 - ----. Produção, comercialização e mercado. In: LIMA, V. de P.M.S. (ORG.) A Cultura do cajueiro no Nordeste do Brasil. Fortaleza: BNB-ETENE, 1988. p.403-447 (Estudos Econômicos e Sociais nº 35)
 - FRANCO, J.A.A. A Agroindústria e o crescimento da agricultura do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste. vol. 7. nº 1. p.75-100, jan./fev., 1976.
 - GRAZIANO DA SILVA, J. A gestão das políticas agrícolas numa agricultura moderna. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 26., Fortaleza, 1988. Anais... Fortaleza, SOBER, 1988. p. 244-273.
 - GTDN: Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. In: VERSIANE, F.R. & MENDONÇA DE BARROS, J.R. (Edit) Formação econômica do Brasil; A experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977.(Série

ANPEC.Leituras de Economia)

- GUIMARÃES, A.P. A Crise agrária, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 362p.
- GUIMARÃES, E.A. Acumulação e crescimento da firma; um estudo de organização industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 196p.
- HOLANDA, L.F.F.de. Castanha de caju (Anacardium Occidentale L.) processo mecânico e extração da amêndoa. Fortaleza: UFC/Dep. de Tecnologia de Alimentos. 1988. (Tese de Livre Docência)
- JOHNSON, D.V. O Caju do Nordeste do Brasil; Um estudo geográfico. Fortaleza: BNB-ETFNE, 1974. 169p.(Tese de Phd - Universidade da Califórnia - Los Angeles)
- JORNAL O POVO. Fortaleza, 27.01.87; 26.09.89 e 07.10.89.
- KAUTSKY, K. A Questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 401 p.(Coleção Os Economistas)
- LAUSCHNER, R. Agroindústria cooperativa como agente de modernização da empresa rural. In: Seminário de Modernização da Empresa Rural, 1., Rio de Janeiro: SUPLAN-FGV-EIAP. 53p.
- ----. Agro-industria y desarrollo economico. Chile: Facultad de Ciências Economicas. 1981. 159 p.
- LIMA, V.P.M.S. Modelos de exploração. In: LIMA, V.P.M.S. (ORG.) A Cultura do cajueiro no Nordeste do Brasil. Fortaleza: BNB-FTENE. 1988. 486 p.(Estudos Econômicos e Sociais nº 35)
- LOPES NETO, A. A Agroindústria do caju no Nordeste e em outros países grandes produtores. Fortaleza: BNB. 1981. 472p.

- MANOEL, A. Política agrícola, eficiência e concentração na agricultura brasileira; um estudo do setor canavieiro paulista. São Paulo: IPE/USP, 1985. 180p.
- MORETTI, V.A. et. alii. Demanda de exportação do suco de laranja concentrado do Brasil para países não produtores. Revista de Economia Rural. vol. 25. nº 4. out./dez., 1987.
- MÜLLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. Revista de Economia Política. vol. 12. nº 6. abr./jun., 1982.
- POSSAS, M.L. Estruturas de mercado em oligopólio. São Paulo: HUCITEC, 1985. (Economia & Planejamento. Obras didáticas)
- RAUFEN, A.J. & MARTINEZ JR., M. Possibilidades na exportação de frutas em compotas e sucos. CONGRESSO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA. 9., São Paulo. 1988. Anais... São Paulo, 1988.
- SALMITO FILHO, V. Agroindústria para o Nordeste. Fortaleza: BNB, 1977. 48 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária. Aspectos econômicos da indústria de alimentos no Brasil. São Paulo, 1978.
- SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SICCT) Coordenadoria da Indústria e Comércio. Perfil técnico-econômico da agroindústria no estado de São Paulo. Análise da agroindústria de alimentos. São Paulo, 1982.
- SEPLAN-PR-IPLAN-MINTER/SUDENE/BNB. Avaliação do programa de agroindústria e do pro-álcool. Fortaleza, 1985 (Série Projeto Nordeste, 17)

- SILVEIRA, J.D. da. Análise macroestatística da agroindústria do Nordeste. Fortaleza: PROINF/BNB-ETENE-UFC/CAEN. 1988
- SOARES, J.B. O Caju; aspectos tecnológicos. Fortaleza: BNB. 1986. 256p.
- SOUZA, F.T. DF. Nordeste, mercado de doces e sucos de frutas e processados de tomate. Fortaleza: BNB-ETENE. 1977. 112p.
- TAVARES, M.C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP. 1986. 160 p.
- ----. Introdução geral a estrutura industrial e empresas líderes. Brasília: FINEP, 1978 (Relatório de Pesquisa)

BCME-BIBLIOTECA